



# Boletim



bairrada



ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ESTUDO  
DO PATRIMÓNIO NATURAL E  
CULTURAL DA REGIÃO DE AVEIRO

Apartado 206 — 3801 AVEIRO CODEX

NOVEMBRO, 1990 — ANO X — N.º 18

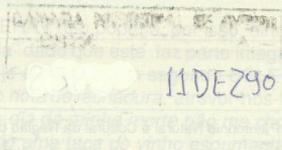
# bib RIA

## SUMÁRIO:

	Pág.
Nota de Abertura .....	3
Bairrada — Região Demarcada .....	4
O Museu do Vinho, em Anadia, Sala de Visitas da Bairrada .....	5
A Bairrada também sabe comer .....	7
Bairrada — Meu Vinho Minha Baga .....	8
Um Moinho no Vale do Cértima .....	14
Um Novo Escritor Bairradino .....	23
Apontamentos sobre a produção de cal em Oliveira do Bairro .....	21
No lançamento de "Letras Bairradinas" .....	24
Cândido Teles — "Pintor da Bairrada" .....	28
Fausto Sampaio — Um Encontro Fascinante .....	30
Rótulos .....	33
Para um Estudo da "Casa Portuguesa" na Bairrada .....	41
Vale da Mó — termas de águas-férreas .....	57
A Capela da Senhora das Febres .....	61
Uma página dos meados do Século XVII (1658) sobre Mamarrosa .....	67
Produtores de Espumantes na Bairrada .....	69
Boletim Noticiário .....	70
Prof. Dr. Aristides Hall .....	72



INTERDITO  
AO  
EMPRÉSTIMO





ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E ESTUDO  
DO PATRIMÓNIO NATURAL E  
CULTURAL DA REGIÃO DE AVEIRO  
Apartado 206 — 3801 AVEIRO CODEX  
NOVEMBRO, 1990 — AHO X — N.º 18

# bibRIA

## APOIOS:

GOVERNO CIVIL DE AVEIRO e câmaras municipais de ÁGUEDA, ANADIA, CANTANHEDE, MEALHADA e OLIVEIRA DO BAIRRO

## FICHA TÉCNICA

CAPA: Vindimas antigas — extracto de um original de Mário Costa

CONTRACAPA: Distrito de Aveiro — Brasão

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: ADERAV — Associação de Defesa e Estudo do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro  
— Apartado 206 — 3801 Aveiro Codex

EXECUÇÃO GRÁFICA: CORAZE — Indústrias Gráficas — Tel. (056) 65506 — Oliveira de Azeméis

# bibRIA

A verdade vem-nos da Medicina como dos Livros Sagrados. Para aquela "o estudo fisiológico do vinho mostra que o organismo aceita e beneficia com a sua presença por lhe levar, sob forma viva, assimilável, materiais de construção e reparação que lhe são indispensáveis. É alimento reparador, calorígeno, energético, aperitivo, antiséptico, portanto a mais higiénica das bebidas" conforme opinião do sábio/médico ilhavense Dr. Samuel Maia. Mas, não é menos verdade que ao longo dos tempos ele foi e continua sendo considerado como alimento essencial ao espírito. Entre muitas outras referências, citaremos uma bem elucidativa.

"Resolvi deleitar-me com o vinho e dedicar o meu espírito à sabedoria. Pensei embriagar-me de loucuras para experimentar o prazer que os homens têm debaixo do céu, nos poucos dias da sua vida".

*Eclesiastes, II, 3*

Um bom vinho é imprescindível para uma boa mesa.

Ele confere-lhe a classe e define o anfitrião. Porém, se a mesa é de festa, além da classe deverá ter alegria e esta é sublimada por um bom vinho espumante. E a Bairrada é mãe e educadora extremosa também para este seu filho de eleição.

A ADERAV não poderia, por isso, alhear-se das comemorações dos "Cem anos de espumante da Bairrada" dado que este faz parte integrante do património da nossa região. Essa é a razão que nos leva hoje a publicar um segundo BOLETIM inteiramente dedicado à Bairrada.

Como *nota de fechadura*, atrever-nos-íamos a comentar os versos do poeta persa, Hafiz, e a cantar:

— *No dia da minha morte não me chorem; bebam  
comigo uma taça de vinho espumante. Dessa forma  
chegarei fácil e alegremente ao reino dos céus.*

# Bairrada — Região Demarcada

---

Com uma superfície total de cerca de 18.000 hectares, a que corresponde sensivelmente 4,7% da superfície total da Região Centro de Portugal, a Região Demarcada da Bairrada revela uma concentração de solos com potencialidades agrícolas (47%) muito superior à que se regista para a média da Região Centro (19%).

Aquele potencial reside em larga medida na cultura da vinha.

Os cerca de 18.000 hectares ocupados pela vinha na Bairrada produzem em média (últimos cinco anos) 386.899 hectolitros, dos quais apenas 15% são em regra certificados anualmente.

Em relação à última colheita (1989), cujo valor global foi de 30.205.900 litros, poderemos informar que foram certificados 6.044.773 litros, sendo respectivamente 4.343.259 litros de VT e 1.701.514 de VB, verificando-se pois que houve um aumento na percentagem da quantidade de vinho certificado, que se elevou para 20%.

Este acréscimo resultou em grande parte, como veremos adiante, de um maior nº de amostras colhidas pela CVB relativamente ao passado, bem como por uma vontade mais determinada dos produtores em produzir vinho VQPRD.

Ainda referente ao ano de 1989/90, o número total de produtores de uvas da Região totalizava 8.252, dos quais 4.754 são produtores individuais e 3.498 são produtores associados (Adegas Cooperativas).

Atendendo à quantidade média de vinho produzido nos últimos 5 anos na Região, verificamos que a produtividade por hectare tem sido de 22 hectolitros, quantidade muito inferior ao máximo legalmente estabelecido, que actualmente se situa nos 55 Hl/ha, o que se pode explicar pela idade avançada e conseqüente baixa de produtividade de muitas das nossas vinhas, embora se verifique actualmente um grande esforço de modernização.

A denominação de origem Bairrada tem vindo, desde a sua criação, em 1979, a afirmar-se progressivamente, tanto no mercado interno como no mercado externo pela qualidade dos seus vinhos.

Parece-nos indispensável tentar prosseguir e reforçar mesmo esse caminho de melhoria de qualidade, agora também através da actividade da Comissão Vitivinícola, em exercício efectivo de funções apenas há cerca de ano e meio.

Neste sentido a continuação da afirmação dos vinhos Bairrada como marca de qualidade prestigiada reclama muito do esforço da parte de todos os intervenientes na série de profissionais ligados ao vinho e à vinha designadamente a nível regional.

Quanto ao trabalho a desenvolver no futuro, a publicação do Estatuto da Região da Bairrada abre largos horizontes, pois a concessão da denominação de origem Bairrada aos vinhos espumantes e aos vinhos rosés, ao mesmo tempo que acresce as responsabilidades e o âmbito da actuação da C.V.B., traz legítimas expectativas quanto à continuação da afirmação da nossa Região tanto a nível nacional como internacional.

JOÃO CASALEIRO CARVALHO COSTA

Presidente da C.V.B.

# O Museu do Vinho, em Anadia, Sala de Visitas da Bairrada

A Arqueologia, enquanto ciência auxiliar da História, "estuda as coisas antigas e relaciona-as com a vida do Homem que as fabricou e utilizou. O seu objecto abrange tudo quanto foi usado, preparado e edificado por homens de outrora, reconstruindo o ambiente em que viveram". (1)

Muitos dos utensílios e artefactos utilizados pela espécie humana, ao longo de milénios da sua existência terrena, fazem parte de colecções, mais ou menos valiosas, guardadas, tantas vezes religiosamente, em locais convenientemente preparados.

A ideia de Museu, sofreu, ao longo dos séculos, uma pronunciada evolução semântica desde a época em que os Gregos construíram no Hélicon, montanha da Beócia, um templo consagrado a Apolo. Era considerado sede das Musas, e possuía um tesouro de preciosas oferendas àquele deus da Mitologia grega.

Ptolomeu Filadelfo construiu, em Alexandria, um complexo cultural a que chamou museu, o mesmo sucedendo em Roma, no tocante às "villae" especialmente reservadas ao diálogo filosófico. (2)

Hoje em dia, é comumente aceite a noção de museu como "estabelecimento público que conserva e expõe, para fins de estudo, educação e prazer, colecções de objectos de significado cultural e científico" (3), o que é expressamente reconhecido por The International Council of Museums.

"Num plano abstrato, um museu é uma "ideia". Significa a vontade de preservar e transmitir um conhecimento, um "saber", que é parte integrante da nossa herança cultural". (4)

A concretização do Museu da Bairrada passa por um anteprojecto que, segundo o seu autor, procura estabelecer a simbiose entre o edifício em si e as vinhas da Estação Vitivinícola, tentando, por outro lado, "recriar o ambiente das caves onde o vinho da Bairrada é armazenado e sofre o seu, por vezes longo, processo de maturação". (5)

Empreendimento de grande vulto e de extraordinária importância para toda a Bairrada, o Museu do Vinho, a construir em Anadia, coração e capital desta importante Região vinícola, será constituído por três tipos de instalações e serviços:

1 - Museu propriamente dito - Arqueologia Industrial.

Pretende-se, com este corpo do edifício, dar a conhecer as técnicas e instrumentos tradicionais do cultivo e tratamento dos vinhedos, bem como, o fabrico e acondicionamento dos vinhos e espumantes.

2 - Confraria dos Enófilos.

Trata-se de uma dependência do Museu, congregando a Garrafeira da Confraria, sala de reuniões, escritório e arquivo.

3 - Comissão Vitivinícola.

Constitui um edifício individualizado com sala de reuniões, arquivo de amostras, escritórios, arquivo anexo ao escritório e outras.

É de realçar a existência dum típico pátio bairradino aberto sobre os vinhedos, com áreas cobertas e descobertas, destinadas a recepções, em contacto directo com as vinhas envolventes.

A Câmara Municipal de Anadia, como entidade promotora do empreendimento em questão, organizou em devido tempo, um Concurso Nacional de Arquitectura, tendo concorrido, para a elaboração do anteprojecto, cerca de três dezenas de Arquitectos, número considerado "record" em situações semelhantes.

Para este desusado número de concorrentes, muito terá contribuído o facto de se tratar de implantar um Museu do Vinho, na já hoje quase mítica Região da Bairrada, a qual celebrou, no ano transacto, dez anos de demarcação.

Neste Novembro de 1990, a ampolheta do tempo terá deixado escorrer o centésimo ano sobre aquela longínqua data, em que, pela primeira vez em Terras Bairradinas e Portuguesas, se iniciou o fabrico dos tão decantados espumantes.

E longa, de muitos séculos, a tradição viti-

vinícola desta próspera e típica Região.

Ultrapassado o pesadelo vivido no tempo do Marquês de Pombal graças à acção esclarecida de D<sup>a</sup> Maria I, as encostas bairresas voltaram a cobrir-se de viçosos pãmpanos, donde vêm a brotar deliciosas uvas, quais douradas arreçadas, pendentes de juvenis orelhas femininas.

Ao longo destas duas últimas centúrias de anos, muito se evoluiu na produção das Vinhas da Bairrada, cujas qualidade e genuinidade têm sido implementadas nos últimos anos.

Na área do Município de Anadia laboram cerca de três dezenas de Caves, duas Adeegas Cooperativas, uma outra grande produtora e exportadora, existindo, ainda, um grande número de vitivinicultores que operam, directamente, nos mercados nacional e internacional.

Por outro lado, a par da Estação Vitivinícola da Beira Litoral, a Comissão Vitivinícola da Bairrada e a Confraria dos Enófilos são estruturas de apoio a quem produz e consome os afamados vinhos desta Região.

A Bairrada, para além dos seus vinhos de mesa, bem cotados nacional e internacionalmente, produz cerca de sessenta por cento dos espumantes naturais portugueses.

A vitivinicultura não é, hoje por hoje, o factor económico preponderante nesta Região e,

nomeadamente no Concelho de Anadia porque, entretanto, novas e importantes indústrias aqui se têm implantado.

Os vinhos e os espumantes, acompanhando uma gastronomia rica e variada, de que é principal cartaz o leitão assado à Bairrada, continuam, porém, a ser os autênticos "ex-libris" dos concelhos bairradinos.

Construir um Museu do Vinho em Anadia, capital da Bairrada é, pois, para além de perpetuar testemunhos palpáveis duma milenária civilização vinícola, entoar um hino de louvor em honra das gentes bairradinas que, a golpe de farpão, conseguiram extrair das entranhas dos "bairros" duros e difíceis, os preciosos néctares, que têm deliciado tantas gerações de naturais e visitantes.

**ANTÓNIO DOS SANTOS MARIA**



#### NOTAS

- 1 - Fernando de Almeida, Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol 2.
- 2 - Victor Buescu, E.L.B.C. Vol 9.
- 3 - Idem, ibidem.
- 4 - In Memória Descritiva do Anteprojecto, 1<sup>o</sup> Prémio do Concurso Nacional de Arquitectura.
- 5 - Ibidem.

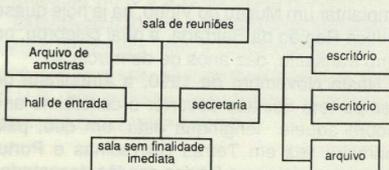
#### ORGANOGRAMA GERAL DE FUNÇÕES



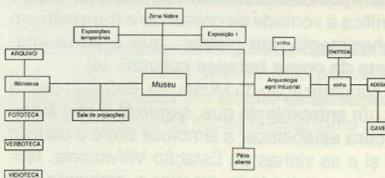
#### ORGANOGRAMA DE FUNÇÕES CONFRARIA



#### ORGANOGRAMA DE FUNÇÕES COMISSÃO VITIVINÍCOLA



#### ORGANOGRAMA DE FUNÇÕES MUSEU



# A Bairrada também sabe comer

A gastronomia constitui uma das mais expressivas manifestações culturais de um povo e está umbilicalmente ligada às mais importantes actividades humanas.

A região da Bairrada, no seio da Beira Litoral é, gastronomicamente falando, uma das mais ricas de Portugal. Toda ela tem uma situação geográfica privilegiada, reforçada com as influências recebidas de outros povos durante séculos que explicam a multiplicidade gastronómica que hoje existe na região bairradina. Forte, suculenta, apaladada, abundante e variada são os atributos fundamentais desta cozinha regional e que tem o privilégio único de ser acompanhada por aqueles que são dos melhores vinhos do mundo, os preciosos néctares bairradinos.

O Leitão assado no espeto de pau de loureiro, de pele loira e tostada, é o grande cartaz de atracção gastronómica.

Segue-se-lhe a Chanfana que, feita de cabra ou carneiro, assada na caçoila de barro preto, no forno a lenha e temperada com todos os "epitáfios" onde não falte o óptimo vinho regional, é uma iguaria impar e não há festa que a dispense.

Também o Bacalhau à Senhor Prior, oriundo de Tamengos, é um prato digno de celebração.

Mas ainda há outras preciosidades da cozinha bairradina que aqui deixamos para que jamais sejam esquecidas e que fazem ainda as honrarias do bom gastrónomo: são as Enguias assadas com Molho de Leitão; é a Cabidela de Leitão; é o Serrabulho do porcino feita em casa do lavrador; são os negalhos; é o arroz de Molho Negro (Arroz de Cabidela) de Pato, Galinha caseira e também de Coelho; é o Chibinho de Caçarola; é o Cabrito assado à Moda de Anadia e a Moleja de Ancas; é...

Também a doçaria bairradina merece hosanias do Criador: é o Arroz Doce feito com ovos; é a Aletria enfeitada com Canela; são os Amores da Curia e as Queijadinas da Tereza; é o célebre Doce da Família de Ancas e a

afamada Barriga de Freira.

Mas todo este património poderá perder-se se não surgir um grupo de gastrónomos que actue de imediato de forma a promover a investigação desse património pantagruélico bairradino nos seus múltiplos aspectos, tais como receituário, arte e técnica da cozinha tradicional, seus produtos, evolução, cozinheiros famosos, relação arte-popular gastronómica, pesquisa de receitas antigas, casas dos grandes senhores da região e das antigas casas que serviam comida para fora e outros aspectos que permitam fazer uma reconstituição histórica da cozinha dos nossos antepassados e da sua evolução no tempo.

Seria este o trabalho a ser realizado por esse tal grupo (por que não uma Confraria Gastronómica da Bairrada?) para catalizar a discussão dos problemas relacionados com a restauração e a preservação da culinária da Bairrada, como também, para dinamizar a vida cultural e a promoção do sector turístico.

Quer se queira quer não, a triste sina da nossa gastronomia é ter de suportar, a curto prazo, a invasão das "fast-food", a tal comida rápida, gordurosa com sabor a plástico e a cola e que vem tomar conta do panorama mastigativo português.

E para que nós, gastrónomos, não morramos de profunda tristeza e saudade, lançamos já o grito de revolta e incitamos todos os amantes da boa mesa a pegar nas panelas, nos tachos, nas caçoilas, nas sertãs, nos garfos, colheres e facas e fazer frente "à invasão". Por outras palavras, lançamos uma prece a todos os restaurantes, tascas e similares a preservarem a qualidade e a verdade da tradicional cozinha bairradina, para que com a sua peculiar distinção, possam proporcionar ao cliente um serviço de inegável valor servindo-lhes os tão apreciados pratos regionais, genuinamente cozinhados.

A. CARLOS SOUTO

(Presidente da Direcção da Associação Cultural Confraria Gastronómica de S. Gonçalo de Avelro).

# Bairrada — Meu Vinho Minha Baga

## De Lorvão à Vacariça uma “Eucaristia” Bairradina

“Mais depressa se bebe um trago do que se conta uma história”

(Provérbio bairradino)

O primata ergueu-se sobre as patas traseiras - marcha há 10 milhões de anos ao encontro do tambor e... do amor. Daí em diante, a hominização caminha sobre os pés. A postura erecta vai libertar a mão, a mão liberta o maxilar, este liberta a caixa craniana em favor da massa encefálica, da inteligência.

Nessa longa e sinuosa caminhada, desde sempre o acompanharam as bebidas — ou — sadia do guerreiro — caçador, mas também fluído que amena a intolerância e a evitação.

Do fruto silvestre azedo aos cereais fermentados, da videira brava à domesticada, do fermento ao destilado (1), do báculo à garrafa, quantos passos particularmente custosos!

A videira é uma planta da família das “ampelídeas” ou “ampelídáceas” (dicotiledóneas, trepadoras, fruto em racimos), cujo ancestral selvagem — “vitis vinifera silvestris” — se encontra sob a forma de lianas nas florestas e depressões húmidas desde os rios do ocidente da Europa Central até às regiões do Indo.

A domesticação partiu, sem dúvida, do Médio Oriente. Aqui se detectam as variedades selvagens — “Vitis vinifera caucasica” — mais próximas da espécie cultivada — “Vitis vinifera sativa”.

A arte do cultivo da vinha espalhou-se, desde o 1º milénio antes da nossa era, por toda a bacia do Mediterrâneo oriental. Fontes escritas gregas e romanas (2) provam que já se sabia tirar partido das variedades das planícies húmidas (grandes produtoras de vinhos mediocres) e das encostas secas (mais ricas).

Por outro lado, a “civilização do vinho” (ou seja o comércio de vinhos entre a Campânia e a Gália) remonta ao séc. II a.C., sendo uma das vias de romanização na Gália (da cerveja de

cevada...) (3).

A viticultura tomou a direcção Oeste a par da influência grega (séc. VII a.C. — colónias gregas na Península) e, depois, com o império romano, transbordou dos limites mediterrâneos.

A videira depressa se torna numa planta da Europa oceânica e continental (Gália, Lusitânia).

Mais do que qualquer outra planta, a história da difusão da videira está marcada por rituais religiosos.

Associada aos cultos dionisíacos, (4) constitui um “inconsciente colectivo comum” da Antiguidade Clássica.

Indispensável à *Eucaristia* (“bebei, este é o meu sangue”), aparece até onde chega a fé cristã — da Germânia aos países do Danúbio, com a decadência de Roma.

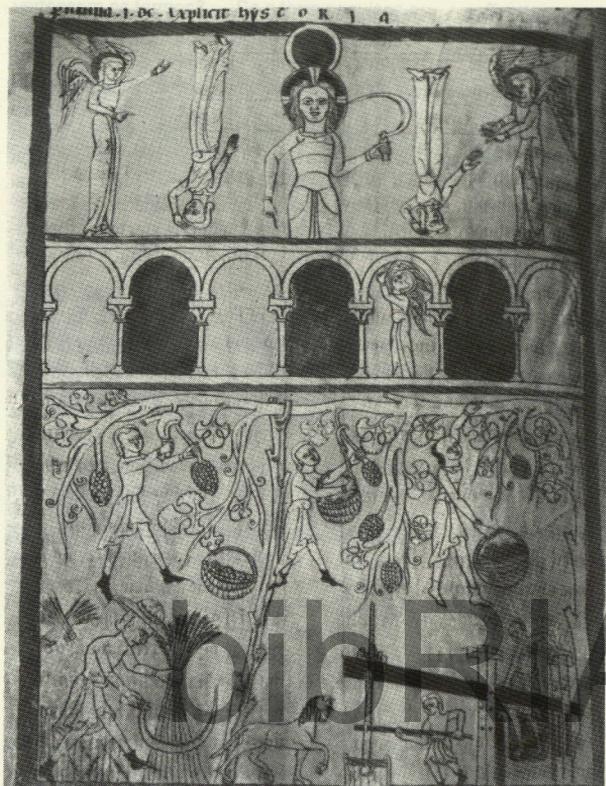
Galga terras extra-europeias, por todo o lado onde missionários e colonos se insinuam (5) — América do Norte (em especial Califórnia), América espanhola, Brasil, África do Sul (colonos huguenotes — os célebres “boers”), Austrália meridional (ingleses — séc. XIX).

A difusão da vinha é um “feito” dos cristãos (herança judaica) (6), tal como o retrocesso um imperativo dos povos islâmicos (muitas sábias tradições se perderam da Pérsia à Ásia Menor, da Palestina ao Maghreb, só e em parte recuperadas pelo influxo francês na Argélia). A própria Península também sofreu uma regressão com o domínio árabe, retomando nas cruzadas e reconquista um novo vigor.

Eis-nos em plena idade média, tempo de trevas... (?)

Ruiu, pois, o Império Romano, caiu por si mesmo. Esse Império necessário e superior, que aceitara a ditadura militar sem condições e a vacatura imperial como “doença” crónica, por nunca ter sabido construir um sistema de sucessão.

Esse Império necessário e superior que



Página do Apocalipse de Lorvão que ilustra o texto de Beatus que alude à cólera de Deus e à sua expressão na cena da vindíma. Esta iluminura é particularmente expressiva dos padrões que regiam os iluminadores de então. Nas suas representações não há lugar para as nossas leis de perspectiva, de ponderabilidade e de proporções.

acabara por "cristalizar", devido a ter regulamentado tudo excepto a circulação de bens, classes e espíritos: os todo-poderosos nos latifúndios, os proletários nos jogos de circo ("panem et circenses"), os colonos amarrados à sua concessão, os mercenários de província em província, um fisco esmagador, uma inflação galopante, uma usura desenfreada.

Caiu por si mesmo... E os reinos bárbaros que se instalaram sobre as ruínas da romanidade, manter-se-ão ou desaparecerão, assim estejam na Igreja ou fora dela. Da Roma imperial à Roma pontifical.

Durante cerca de cinco séculos os povos vão viver uma estranha civilização, sem outros laços além dos que ligam o homem ao homem sob o olhar de Deus.

Caminhos lamacentos ou cheios de pó, sem pontes. Baldios, silvados e florestas. Aqui e além uma aldeia de adobe e colmo, apertada

em redor do seu humilde campanário de madeira, à sombra de um torreão de pranchas, erigido de estacas. Se, por acaso, se encontra uma "cidade", os hortos e pastagens estendem-se entre as casas (também de madeira), o gado e galináceos amontoam-se ainda em maior número que os cristãos: duas ou três mil almas basta para que se lhe chame cidade.

Amanha-se a terra para se comer. Amanhar com quê? — Com enxadas e arados de madeira, como nos primeiros tempos do neolítico. As espigas nascem nem pesadas, nem bastas. A terra, sem estrume, tem de repousar um em cada três anos. À volta destes campos e silvados, pelas florestas, vagueiam lenhadores, carneiros, pastores com os seus rebanhos, os "fora de lei" (ermitas ou bandidos), animais ferozes e caçadores.

Fomes, epidemias e, claro, nem sombra de higiene. A mortalidade infantil é negra, a dos

adultos pouco menos. Atinge-se a velhice aos trinta anos — que esperança de vida!...

Mas, apesar dos perigos, todos têm gosto pelas andanças (ou... necessidade). Na verdade, os cavalos ainda não têm coelheira, o que impede cargas além dos quinhentos quilos. As lanças dos carros não são articuladas: uma curva é tão de temer como uma subida. Portanto, quando a fome aperta aqui, os camponeses vão procurar noutra parte a pastagem. Se o ano foi bom, o Senhor vem consumir ao local. Pode dizer-se que são nómadas da agricultura.

Quem mais viaja? — Os *clérigos* sedentos de cultura, que bem se alojam e consomem nos *conventos disseminados* (monaquismo inventado no Oriente). Depois, os peregrinos a quem os inúmeros *santuários* não chegam para acalmar a angústia e porque têm diante deles toda a vida eterna (gradual afirmação e desenvolvimento da "Lex Peregrinorum"). Também, por montes e vales, os *bufarinheiros*, os "pés poeirentos" (7), carregados de especiarias, panos e sedas, especulando com a ignorância. Mas a moeda escasseia — faz-se a troca. Os lucros armazenam-se em géneros. A penúria da moeda e a insegurança coagem os mercadores a agrupar-se e, por contrário que pareça, as cidades do séc. XI vão progredir tanto com a miséria como com o surto de prosperidade.

O comércio quase não existe, pois. Os produtos que circulam não se destinam a ser vendidos — os foros da cabana apenas passam ao castelo ou à abadia. Rendas e prestação de trabalho pagam a concessão de uma terra. As duas mercadorias de base — o trigo negro ou mouro e trabalho humano — consomem-se no lugar, ou antes, no momento.

Sem estradas, sem pontes, sem carros, sem moeda, longe de todo o poder central e próximos da Natureza, estes homens ganham para o sustento do dia-a-dia. Mas que dia? — E que ano? — Nunca o sabem. Uns contam pelo ano de reinado ou de pontificado, outros a partir do nascimento de Cristo. Quanto a saber-se a hora... o relógio constitui uma curiosidade rara. Ignoram-se as ampulhetas e os quadrantes solares só valem nos belos dias de verão.

A própria língua é das mais imprecisas, à falta de uma literatura — poética e jurídica — que lhe defina os termos. Os ocidentais cerram-se nos dialectos e os letrados redigem em latim.

Códigos, para quê? — Vivem sujeitando-se ao costume. Aquilo que foi direito de ser, eis a lei. No fim de contas, um costume que acaba por

representar o direito do mais forte.

E o espírito cristão, onde mora? — Feito à imagem dos Papas do tempo. Seminários não os há e os mosteiros só formam monges. Celebra-se missa como se pode e sabe, à mistura com velhos ritos naturistas (por exemplo a festa da árvore em Maio). Um abandono e uma crença do mundo dividida entre o Bem e o Mal (maniqueísmo). Mas, uma idade da fé.

Esta a obscura gestação (e gesta) do Feudalismo, estes os rebentos da Primavera medieval.

Não se vê em todo o Ocidente um proprietário, um cidadão completo, um estado — homens nus, sob o olhar de Deus ou de satã. São proprietários das terras sem o serem e, sendo-o às vezes, na complicação dos alódios, das "censuras" (8), dos feudos.

A linhagem já não oferece abrigo seguro. Os homens procuram protectores de braços poderosos. Afinal vinha de longe a herança: não tinham os companheiros gauleses e germânicos encontrado em César o seu chefe?, não tinham os romanos os seus clientes a que obrigavam ao "obsequium"?, não deriva a palavra "vassalo" de uma outra céltica "owas" (devotado)?

Assim se começou a tecer uma rede de fidelidade em que este se recomendava àquele mais poderoso — uma cascata de vassalos.

Linhagem e vassalagem, falta o feudo. O feudalismo nasce dos costumes agrícolas. Pagar aos trabalhadores cedendo-lhes uma terra em regime precário, por um ano, por dez, vitaliciamente.

O vilão leva ao castelo o trigo, bolas de cera, frangos da sua capoeira. É preciso cortar lenha, reparar as muralhas, limpar os fossos ou andar em fossado? — chamam-se alguns vilões. O Senhor tem visitas? — o camponês empresta a própria cama para os hóspedes. Vêm as grandes caçadas? sustenta a matilha. Rebenta a guerra? — é improvisado infante ou escudeiro debaixo da bandeira do seu Senhor.

Morto o vassalo, o filho precipita-se aos pés do Senhor: morto o Senhor os vassalos acorrem junto do filho para a "livre" homenagem. Assim se transmitiu de pai para filho a herança dos feudos que a ninguém pertenciam...

Rendeiro que trabalha e entrega as rendas ao Senhor. Senhor vassalo de um Senhor maior e, este, de um outro maior ainda, assim sucessivamente até ao alto da escada feudal. Nenhuma possessão senhorial existe que não esteja servida por um juramento de obediência. O compromisso segue a terra. Mas, se se in-

vertessem os termos? — Se a terra seguisse o compromisso? — Para dispôr da sua terra, teria de dispôr do seu compromisso. Torna-se necessário introduzir a fidelidade no comércio — eis que “nasce” a moeda. O renascimento que se anuncia vai tratar disso e as férias vão modernizar o sistema.

Entretanto, a paz de Deus vai lançar a guerra santa. A cristandade feudal vai erguer-se, crença contra crença. Vira-se o sentido milenário das invasões, vira-se de oeste para leste — inventam-se as cruzadas, em nome de Cristo, porque “Deus o quer”, porque a irritação de cavaleiros desocupados começa a incomodar, porque o país se torna demasiado pequeno (crescei e multiplicai-vos...), porque as cidades têm fome.

Isto e embora a paisagem se metamorfoseie: as terras da Europa conhecem o maior arroteamento de sempre — secam-se pântanos, abatem-se florestas, queimam-se os silvados.

Eis que o cavalo é atrelado ao arado com relha de ferro (do arado à charrua). A coelheira substitui-se à corda peitoral asfíxiante. O cavalo passa a levar o trigo ao moinho ( de água ou vento) e a farinha à cidade — à velha cidade do bispo ou às “vilas francas” que brotam do solo (“ex nihilo”), com os cascos moles agora protegidos pela bela ferradura que destronou a débil hiposandália dos romanos.

Na altura em que os “pés poeirentos” abriam os primeiros mercados às portas das cidades, *mosteiros ou nós rodoviários*, já Veneza assegurava o seu papel de testa-de-ponte bizantina às portas do Ocidente.

Na deliquescência destes séculos, uma nova arte de viver renascia. A moda, para ser moda, modifica-se sem cessar e sem peias de extravagância, o gosto pelo luxo instala-se. A indústria-piloto é a dos panos e, se a moda tem as suas exigências, ainda mais as tem essa massa de camponeses que vê, por fim, cair nas suas escarcelas algumas moedas.

Ricos tecidos, belas armas e arneses, unguentos, perfumes, especiarias. As frota afigam-se: trazem as madeiras preciosas do Líbano, o alúmen dos mares Egeu e Negro (“mordente” necessário à indústria dos panos), as peles, cera e pez de Novgorod.

Constroí-se, as casas crescem como cogumelos e as igrejas erguem-se ao céu como mãos postas (“gótico”)... do mosteiro à catedral! Fábricas de telha, estaleiros de cantaria — quando a construção progride, tudo o mais progride. É a salga do arenque, os vinhos de Bordéus, a ourivesaria, a lâ dos ingleses (grande exportação).

Esses monumentos do intelecto — as Universidades... sempre à sombra dos capítulos das catedrais.

Um turbulento mundo de artesãos agita as cidades de Amiens, Beauvais, Lille, Laon, Saint-Quetin, Provins, Reims, Troyes, Cambrai (célebres panos de “cabraira”). Tournai, Liège, Lovaina, Gand, Bruges, Ypres, Douai — nomes (note-se) de belas catedrais e torres sineiras.

O vaivém é incessante, os caminhos longos — um mês de Londres a Roma (como no tempo de César e como ainda o será até quase finais do séc. XIX). Italianos, ingleses, flamengos, alemães, “portugueses”, concerteza se lembram dos seus encontros nas feiras da Champanha, um centro de comércio internacional aberto quase todo o ano. E a cabotagem, o comércio atlântico, os almocreves.

Entretanto e curiosamente, os perfis geográficos marcam os humanos e as próprias vicissitudes históricas de um Povo.

Usemos uma carta geográfica, desenhando três grandes regiões, três grandes fronteiras etnográficas: Riba Douro, Entre Douro e Tejo, Além Tejo.

Três grandes marcos da História: Riba Douro como berço da nacionalidade, Entre Douro e Tejo como conquista (reconquista), Além Tejo como sonho e diáspora para mundos ignorados.

Riba Douro acolhe o Minho e Trás-os-Montes, Entre Douro e Tejo as bacias do Mondego e Zêzere (com a Cova da Beira), Além Tejo a “Terra do Trigo” e a “Terra do Mar”.

Riba Douro é jardim, ladainha de vales e córregos. Música feminina, cores garridas, arrecadas, pesam os mistérios da fecundidade. Vinha alta, vinho verde (leve e titilante), vinho fino “doirado”. (9)

Entre Douro e Tejo é fraga, alma e filosofia. Música que ora manda, ora catequiza ou chora, por força de um fatalismo telúrico. Vinha baixa, vinho encorpado, quente, aromático.

Além Tejo é planície e adiamiento, diálogo com o mar ou rimance. Música dolente, coral, das mouras encantadas, dos muezins e das areias do deserto.

Os Mosteiros de Lorvão e Vacariça (10), como sentinelas avançadas da cultura proto-cristã no seio da reconquista e como polos harmónicos entre as coisas do espírito e do tempo, tiveram o seu poderio fundiário milhas e milhas em redor, Bairrada adentro, com a inerente acção de fomento arquitectónico (11) (pontes, calçadas, moinhos, etc.) e agrícola (arroteamento, cultivo, irrigação, etc).

Nos mosteiros o berço da lavoura e das artes subsidiárias. No convento e no mosteiro o ba-luarde que vingou ora à sombra da reconquista, ora à dos descobrimentos.

Ponto de encontro, centros de vida intensa, unidades económicas autónomas (mas agre-gando e atraindo moradores), cadinhos eferves-centes de cultura, também de discreta e secular alegria.

Para que assim fosse, aconteciam não só o trabalho e cerimónias contemplativas, mas o teatro, os outeiros, os abadessados, as iguarias e manjares de uma cozinha que ganhou foros de celebridade (12), as adegas pejadas.

As suaves, quase sempre filhas nobilitadas, faziam-se acompanhar do seu séquito, mobi-liário, jóias, instrumentos musicais, livros, tin-teiros e areiros, bastidores, agulhas e bor-dados.

À quietude de espírito e ao recolhimento, contrapunha-se o exercício(ou mesmo exor-cismo) das artes, da música, da culinária, da libação. O prazer e o gozo também invadiam os claustros, quebrando e amenizando a austeri-dade (monotonia) do quotidiano, não obstante as regras de temperança.

Raríssimo o documento, inventário ou doa-ção (13), que não cite as "vineas" (14). Manuseando o Livro de Testamentos de Lorvão (15), o Livro Preto da Sé de Coimbra (16), os forais (17), todos referem as *vinhas* em escambos, pactos, acordos, foros, vendas, doações, prazos, etc.

Gonçalo Randulfo e seu filho Telo Gonçalves doam a Vila (18) de Pampilhosa ao Mosteiro de Lorvão em 1117, com as suas *vinhas* (19).

As iluminuras do "Apocalipse de Lorvão", códice do séc. XII (1189), de excepcional be-leza, documentam bem todo o trabalho da vinha e do vinho, prova cabal da sua preponderância nesta região, além do conhecimento de causa das virtualidades e propensão das terras bair-radinas para o cultivo da videira.

Implantam-se marcos — L<sup>o</sup> — deste Mosteiro durante o século XVI. (1563), de que se fez arrolamento (20), no actual Concelho de Mea-lhada. O Povo ainda hoje respeita estes testemunhos ancestrais, num êxtase de quase sacralidade.

Lorvão e Vacariça, Bairrada aos pés! — Ponto estratégico-geográfico, convergência natural entre o norte, centro e sul, bacia do Cértima recobrimdo os calcários com as aluviões e terraços, em cujas margens "deslizam", desde sempre, as vias de comunicação mais impor-tantes, sob o olhar inalterável da silhueta do Buçaco.

Lorvão e Vacariça, uma "Eucaristia" na Bairrada que foi alicerce de vitalidade no turpor dos múltiplos destinos, nos ritmos das estações do ano, nos tempos da vida, nos tempos replica-dos.

Lorvão e Vacariça, uma "Eucaristia" que foi sinal de crescimento, dos homens e bens.

Lorvão e Vacariça uma "Eucaristia" que abriu caminho à mutação.

A sociedade albergava apenas duas "ordens" activas: o clero e a nobreza (21). Doravante a burguesia completa-as, ou melhor, aperfeiçoa-as. As metamorfoses pelas quais passará essa sociedade até aos nossos dias, resumem-se a meras combinações da sua estrutura.

À burguesia (uma classe de "desenraizados") estava reservada a missão de espargir a "liber-dade" e de se tornar (sem querer) o motivo da gradual libertação das classes rurais. A seme-nte frutifica, o estatuto dos homens trans-forma-se, a ordem das coisas subverte-se. A força do capital mobiliário e o seu ascendente económico levam a burguesia ao poder — madrugada da grande noite burguesa.

A suserania dilui-se na soberania. O Estado surge como instituição definitiva e a tal bur-guesia prepara-se para assumir o seu papel nos dois grandes movimentos de ideias (e não só) do futuro: o Renascimento (filho do espírito laico) e a Reforma (herança do misticismo reli-gioso).

Lorvão e Vacariça, Bairrada, pão e vinho sobre a mesa — que a "Eucaristia" de agora seja o sangue do PORVIR!...

NOÉMIA MARIA BARRETO METELLO LEITÃO  
JOSÉ MACHADO LOPES

#### FORNE BIBLIOGRÁFICA

ABRAMSON M. A. Gurevitch e N. Volesnitski - *História da Idade Média*, Editorial Estampa, Lisboa, 1978.

AMZALAK M., B. - *As Feiras em Portugal*, Lisboa, 1922,  *Mercados Comerciais*, Lisboa, 1922.

ANDERSON Perry - *Passagens da Antiguidade ao Feuda-lismo*, Biblioteca das Ciências do Homem, História 1, Edições Af-rontamento, Porto, 1980.

AZEVEDO Rui de - *O Mosteiro do Lorvão na Reconquista Cristã*, Lisboa 1933.

BLOCH Marc - *La Société Féodale*, Paris, 1939, *Esquisse d'une Histoire Monétaire de l'Europe*, coll. Cahiers des Annales, Librairie Armand Colin, Paris, 1954.

BORGES Nelson Correia - *O Mosteiro de Lorvão*, Epartur, Coimbra, 1977.

CASTRO Armando de - *A Evolução Económica de Portugal dos sécs. XII a XV*, 10 vol., Editora Limiar, Porto, 1975.

CEREJEIRA D. Manuel Gonçalves - *A Idade Média na História da Civilização*, Coimbra Editora Lda, 1953.

DAWSON Cristovão - *A Formação da Europa*. Coleção Critério,

série de História, Livraria Cruz, Braga, 1973.

DIAS Pedro - *Mosteiro de Arouca*, Epartur, Coimbra, 1980.

*Dicionário de História de Portugal* - Direcção de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.

DOEHAERD Renée - *Le Haut Moien Age Occidental - economies e Sociétés*, coll. Nouvelle Clío - L'Histoire et ses problèmes, ed Presses Universitaires de France, Paris, 1971.

Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura - Editorial Verbo, VIII vol., Lisboa, 1980.

ESPINOSA Fernanda - *Antologia de Textos Históricos Medievais*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa 1972 (1. ed.) e 1976 (2. ed.).

FOURQUIN Guy - *Seigneurie et Féodalité au Moyen Age*, coll. L'Histoire, ed. Presses Universitaires de France, Paris 1970 (1er éd) 1977 (2e éd).

GASPAR Jorge - *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, col. de Estudos de Geografia Humana e Regional — Chorographia, Inst. de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, Lisboa 1970.

GOFF Jacques le - *Para um Novo Conceito de Idade Média - Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, col. Imprensa Universitária n. 14 Editorial Estampa, Lisboa, 1979. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*, col. Construir o Passado, publ. Gradiva, Lisboa, 1982.

- *La Grande Encyclopedie* — Librairie Larousse, tome 8e. Paris 1973

HEERS Jacques - *O Trabalho na Idade Média*, col. Saber, publ. Europa - América, nº 145, Lisboa, 1983.

HUBERMAN Leo - *História da Riqueza do Homem*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, s/d.

*Lei de Almotacaria* - Ed. BPSM, Lisboa, 1983.

LEMOSSE Maxime e Marguerite Boulet - *Histoire du Commerce*, tome II, Institut Jacques Sacouit - Gayet. Ed. SPID, s/d.

*Les Memoires de l'Europe - L'Europe de la Foi 800/1453* - Ed. Robert Laffont, Tome I, Paris 1970.

MATOS José - *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, col. Estudos e Temas Portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s/d.

MORENO Humberto Baquero - *A Acção dos Almoceves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portugueses nos Fins da Idade Média*. Brasília Editora, Porto 1979.

PARAIN Charles - *Caracteres Gerais do Feudalismo*. in "Sobre o Feudalismo", col. Teoria n. 17, Editorial Estampa, Lisboa, 1976, págs. 17/38

PERES Damião - *História de Portugal*, Portucalense Editora Lda. Porto.

PIRENNE Henri - *As cidades da Idade Média*, col. Saber n. 51. Publ. Europa - América, Lisboa 1973.

PRADA Valentin Vazquez de - *História Económica Mundial*, coll. Habitat, Livraria Civilização Editora, Porto, 1977.

RAU Virginia - *Feiras Medievais Portuguesas - Subsídios para o seu Estudo*, Editorial Presença, 2. ed. Lisboa, 1973.

RIBEIRO Aquilino - *As Feiras in "Ilustração Portuguesa"*, V vol. 27 de Abril de 1908, págs. 524/528.

RICHARDOT Hubert e Bernard Schnapper - *Histoire des Faits Economiques jusqu'à la fin du XVIII Siècle*, ed. Dalloz, 1971.

RODRIGUES José - *O Couto de Aguiem*, Cisial, Anadia, 1959.

SIMÕES A.A. Costa - *O Mosteiro da Vacariça*, in "Revista Instituto", vols. III e IV, 1855.

TAVARES Paulino da Mota - *Iguarias e Manjares*, in "Mealhada Tempo e Vida" (Monografia do Concelho), no prelo.

WELLS H.G. *História Universal*, col. Vida e Cultura, ed. Livros do Brasil, Lisboa.

VASCONCELOS Miguel Ribeiro de - *Notícia Histórica do Mosteiro da Vacariça*, Academia Real das Ciências, 1854.

VILAR Pierre - *Transição do Feudalismo ao Capitalismo*, in "Sobre o Feudalismo", col. Teoria n. 17, Editorial Estampa, Lisboa 1976, págs. 39/59.

ZAMORA Juan Clemente - *O Processo Histórico* ed. Livraria

Renascença, Lisboa.

## NOTAS:

(1) Da China o invento do alambique 2.000 a. C.

(2) O filósofo Demócrito (470 a.C.) estudou e caracterizou as videiras, poeta Virgílio, Homero e Hesíodo, Hipócrates receitava o vinho como remédio, Catão ("De Re Rustica"), Varrão ("Rerum Rusticaram de Agricultura"), Columela ("De Re Rustica"), Paládio (dos 14 livros s/ agricultura, o primeiro trata da vinha), Plínio, Políbio, Estrabão, etc.

(3) Coutudo, Júlio César, em "De Bello Gallico, não refere o vinho ou a vinha uma vez que seja.

(4) Os indianos atribuem a invenção do vinho a Brahma, os hebreus a Noé, os egípcios a Osíris, os gregos a Baco — sempre um néctar provindo dos deuses... Ainda uma casta de uva preta de seu nome "Baco".

(5) Quando os primeiros navegadores passaram além da "Taprobana", aportando a Ceilão, os indígenas muito se espantaram ao verem-nos ingerir "sangue" (o nosso vinho) e comer "pedras" (biscoito de trigo).

(6) Noé, talvez por inexperienceira, sofreu os efeitos do excesso de vinho (Gén. 9, 18-25).

(7) "Piepowerns", palavra consagrada no direito inglês, "pieds poudreux", "pedes pulverosos".

(8) Terras cedidas mediante prestações pecuniárias.

(9) O vinho hoje celebrado como "Porto", era chamado de "Riba Doyro", dando a entender a existência de uma certa região ainda mal definida já no séc. XI.

(10) O Mosteiro da Vacariça tinha, como subordinados, os de Leça e Tresó (logo e como que uma "teia" institucional que se substitua à civil), não esquecer o de Arouca, cenóbio e burgo lado a lado num impulso de desenvolvimento, depois os de Coimbra e Aveiro.

(11) O arquiteto Zacarias de Córdova, foi chamado ao Mosteiro de Lorvão por finais do séc. X (966-985) a mando do Abade Primo, o qual se encarregou também da construção de pontes e calçadas nos respectivos domínios (Buçaco e faldas inclinadas).

(12) Nos livros de despesa conventuais (séc. XVI e XVII) há referências a carne de vaca e carneiro, frangos, pombos, coelhos, perdizes, pescada, enguias, frutos, açúcar, marmelada, especiarias, doces.

(13) Doações por força de devoção e reliquias como as dos santos mártires Mamede e Pelágio, patronos do Mosteiro de Lorvão.

(14) Todos os nomes relacionados com a vinha ou o vinho têm raiz latina, o que demonstra o seu florescimento na romanização: vide, videira, vinha ("vitis", "vineira"), troncho de vide ("trunculus"), cacho ("capulus", bago ("baculum"), uva, vinho, vindima ("uva", "vinum", "vindemia"), podar ("puto-are") cuba ("cuppa"), lagar ("lacar"), etc.

(15) Torre do Tombo (v. g. fl. 12 — Dezembro, ano de 950, "habundantius", presbítero, — ao Mosteiro de Lorvão, herd. em "Ciliana" — Silvã — com suas terras, vinhas...)

(16) TT (v. g. fl. 42, vº, Dez., ano de 1047, "Argemendo Sindiniz ao Mosteiro da Vacariça, vazeza com pomar e vinha).

(17) TT — Forais Antigos.

(18) Convém frisar que não existe inteira correspondência entre as "vilas" do séc. X e as povoações actuais que delas receberam os seus nomes. A "vila" era uma unidade territorial de limites variáveis, com população agrupada em pequenos "vilares".

(19) Cf. Rui de Azevedo, O Mosteiro de Lorvão na Reconquista Cristã, doc. XIX.

(20) Cf. "Pampilhosa uma Terra e um Povo" na Cultura Proto-Cristã — Marcos do Mosteiro de Lorvão no Concelho de Mealhada, nº 3, Maio, 1984; ibidem, Póvoa de Melrim — a problemática da sua localização, Alice Correia Godinho Rodrigues, nº 8, Maio, 1989.

(21) "Oratores" e "bellatores"; os "laboratores", que condição?...

# Um Moinho no Vale do Cértima

Há alguns anos, quando passava as férias do liceu em casa dos meus pais, em S. João de Azenha, descobri, ao mexer em livros antigos, um bilhete cujo teor era o seguinte:

*Distribuição da Água da Azenha*

— *Eram dois irmãos —*

*8 dias = 2 dias Carotos; 2 do Zé Gomes; 2 do Doutor; 2 do Melo;*

*7 dias Patos —*

*Girada em 1 de Julho de cada ano*

O bilhete, já amarelado, tinha com certeza sido escrito havia muito tempo. Apesar de lacónico, tive a impressão de que o seu conteúdo era importante, até porque Patos e Carotos eram famílias de outros tempos de que ainda muito se falava. Achei que a minha avó, já nessa altura com mais de oitenta anos, seria a pessoa indicada para me esclarecer. O diálogo que tive com ela foi mais ou menos este:

— Avó, encontrei este bilhete!... Que quer isto dizer? — perguntei.

— É sobre a água dos Olheiros que, antigamente, era usada para regar grande parte das terras em volta da Azenha, e também para alimentar vários moinhos. Apenas o moinho da Azenha sobreviveu até hoje. Deve ser o mais antigo, pois os seus senhorios eram ao mesmo tempo donos da água. Ora o que o bilhete diz é que os Patos e os Carotos eram donos da água da Azenha — explicou a avó. E acrescentou — o José Gomes, o Doutor e o Melo também eram Carotos.

— Então há quanto tempo viveram essas pessoas?

— Há muito tempo!... — respondeu — o Doutor era tio da minha avó Ana que é tua trisavó, já vês...

— Sim... e como era a divisão entre Patos e

Carotos?

— Eles usavam a água em ciclos ou giros de quinze dias. Em cada ciclo os Patos tinham sete dias e os Carotos oito. Começava a girar em 1 de Julho de cada ano.

— O bilhete parece indicar que os Patos e os Carotos descendiam de dois irmãos, será verdade?

— O povo dizia isso, mas não tenho a certeza. Este lugar cresceu à volta do moinho. Os Patos e os Carotos devem ter sido dos primeiros a morar cá e por isso é que a água e o moinho eram deles! — concluiu a avó.

Embora compreendendo o conteúdo do bilhete, achei que a história era muito vaga, e pensei que um dia gostaria de descobrir todos os pormenores. Mais tarde, apercebendo-me também da grande importância que tiveram estes moinhos do milho, do trigo e do centeio na economia regional, resolvi dedicar algum tempo a estudar o assunto. O que aqui apresento é o resultado desse estudo, que não pretende ser mais do que o estudo de um caso, como muitos outros que há por essa Bairrada fora, em especial no vale do Cértima.

## Dos Moinhos

Sem dúvida que a região entre Vouga e Mondego teve, desde muito cedo, numerosos moinhos, graças à abundância e variedade de cursos de água, desde simples ribeiros até rios de grande caudal. Nesta região destaca-se o vale do Cértima, na margem direita do qual se encontrava a antiga zona da Aguada, englobando as actuais freguesias de Aguada de Baixo e Aguada de Cima, e, possivelmente, alguns lugares limítrofes.

“Os documentos da Sé de Coimbra e os do convento de Santa Cruz, da mesma cidade, apresentam, desde o fim do século XV e, ao

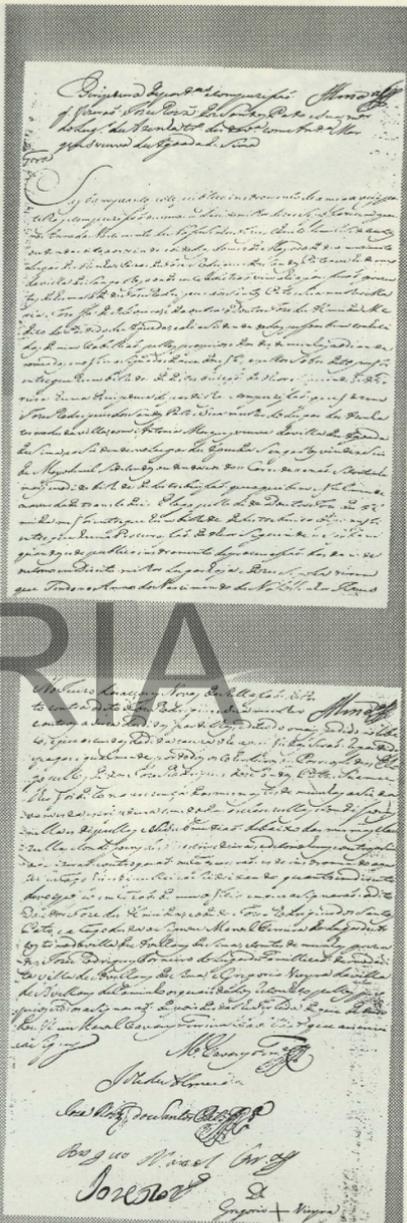


Moinho de Azenha — S. João da Azenha — Anadia.

longo do século XVI, numerosos exemplos de contratos sobre engenhos de moagem, no vale do Mondego e zonas periféricas. Esses engenhos eram, na sua totalidade, movidos pela força hidráulica e situavam-se em lugares onde os cursos de água eram relativamente frequentes. Os textos da Mitra Episcopal abrangem um período que vai de 1481 a 1569, e os moinhos e azenhas neles mencionados localizavam-se na Vacariça, Luso, Mealhada, nas encostas do Buçaco; em Vale de Canas, a leste de Coimbra; em Lavos, junto da Foz do Mondego; e, mais para norte desta região, no Couto da Ermida. Os engenhos pertencentes ao convento de Santa Cruz, distribuem-se pelo Lourçal, Antuzede, S. Fagundo, Rabaçal, Alhas, Arazede, e, sobretudo, na Aguada. As áreas de maior incidência correspondiam ao couto de Lave, ao da Vacariça e Aguada, esta última já na região do vale do Vouga" (1).

Hoje desactivados na sua quase totalidade, os moinhos caem lentamente na ruína. Em Avelãs de Caminho, próximo de Aguada, deixou há pouco tempo de funcionar, um dos que se mantiveram em funcionamento até mais tarde, o Moinho Novo, que, ao contrário do que o seu nome parece indicar, é bem antigo existindo já no século XVI. Entre os mais antigos, lembro-me ainda dos moinhos da Quebrada e dos Carregais, em Avelãs de Caminho, do Pouzadouro, da Lama e do Seixo, em Aguada de Cima; de Canha, em Mogofores, já desaparecido; da Ribeira, em S. João de Azenha, já perto da confrontação com Aguada de Baixo; de Landiosa em Aguada de Baixo; e o moinho da Azenha, em S. João de Azenha, a que dedico este artigo.

S. João de Azenha, pequeno lugar da freguesia de Sangalhos, localizado na margem direita do Cértima, tem muitas características em comum com a vizinha zona da Aguada, em especial a riqueza em água, à qual deve certamente o seu aparecimento. Não é por acaso que o centro do lugar se situa na intercepção entre a antiga estrada romana de Lisboa a Braga e a Vala dos Olheiros, que servia o moinho. Este, de rodizio (2), localizado a escassos duzentos metros do centro do lugar, é muito antigo, talvez medieval, pois já no início do século XVI se referenciava uma Póvoa da Azenha (3). No entanto só muito mais tarde se consegue apanhar o fio da sua história. No século XVIII, o moinho, com sua água, andava nas mãos de duas famílias. Uma era a família Santos, de S. João de Azenha. A



A antiga partilha do Moinho de Azenha e sua água, 28 de Maio de 1798.

outra era a dos Pintos, de Mogofores, de que uma das grandes figuras foi D. Cristóvão Pinto de Paiva. Segundo a lápide existente na capela onde está sepultado, na igreja paroquial de Mogofores, era "Fidalgo da Casa de Sua Magistade, Cavaleiro Profeso da Ordem de Christo, Deputado da Mesa da Conciencia e Ordens" tendo, de todos os seus bens, instituído um "morgado com obrigação de missa Cotidiana pela sua alma". Faleceu em Lisboa em 10 de Agosto de 1672. Os Pintos, moravam na linda casa senhorial que, por sua vez ainda hoje existe no Alto do Pinto.

## A Antiga Partilha

É assim que na segunda metade do século XVIII encontramos o Padre Manuel dos Santos na posse de três quartas partes do moinho. O resto pertencia a José Pinto Ferreira de Vasconcelos. José Pinto era filho de Domingos José Pinto de Vasconcelos e de Teresa Micaela de Azevedo e neto paterno de Manuel Pinto de Paiva. É a partir desta situação que, por sucessivas mudanças de mãos, se vai chegar, no início do século XIX, à divisão entre Patos e Carotos.

Com a morte do Padre Manuel dos Santos, os herdeiros iniciam um processo de partilhas. Entre eles contava-se o Capitão José Rodrigues dos Santos Pato, de S. João de Azenha, e o Doutor José de Almeida dos Santos e D. Antónia Marques, viúva, de Aguada de Cima. Não contente com o andamento do processo, D. Antónia levanta uma "causa de libello (...)" no Juízo das acções novas da Rellação do Porto", que decorria em 1788.

Opomo da discórdia era certamente o moinho, pois em 28 de Maio de 1788, D. Antónia e o Capitão José Rodrigues dos Santos Pato celebravam um acordo de "partilhas e composição" (4) quanto ao uso da água e do moinho, em consequência do qual ela "desistia puramente da causa de libello que (...) movia (...) na Rellação do Porto contra o dito José Rodrigues e sua mulher e outros, acerca das ditas partilhas".

Este acordo, sempre referido, nas escrituras relativas ao moinho que depois se foram fazendo, por "antiga partilha" é a base das regras de utilização em comum do moinho e sua água até meados do nosso século. Mas, para saber em que acordaram as partes, o melhor é ler a escritura. Quanto à água para moer, ficava D. Antónia Marques "com dia e meio em três dias para poder separadamente usar da água da

mesma azenha como lhe parecer no dito respectivo tempo e o mesmo fazem os sobreditos José Rodrigues dos Santos Pato e sua mulher noutra dia e meio que na mesma azenha e água lhes pertence nos ditos três dias e suas noites respectivas sem que uns perturbem aos outros no dito respectivo tempo tanto em moer como em usar da água da referida azenha".

"No tempo que for necessário para regar ficará a ter o dito José Rodrigues dos Santos Pato e sua mulher com a terça parte da água que lhe pertence por sua, e a dita constituinte [D. Antónia] com a outra terça parte, e a outra terça parte se usará dela o dito José Rodrigues e sua mulher para regar as suas terras até onde chegar a mesma terça parte, de sorte que os ditos três terços da dita água que pertenciam a seu tio o Padre Manuel dos Santos ter no tempo da dita rega, aos ditos José Rodrigues e sua mulher, dois terços, e à referida constituinte um terço, com a condição de que não poderão cobrar regadio aqueles senão de terço e meio da mesma água e do outro meio terço não. Sendo precisa a água dela para o mesmo José Rodrigues e sua mulher regarem todas as suas terras, poderá a dita constituinte Antónia Marques cobrar dele regadio e dá-lo aos lavradores".

Certificava-se também que "cada qual no seu respectivo tempo (...) poderá pôr moleiro a sua satisfação e tirá-lo e usar da dita azenha como lhe parecer".

E, zelando pela conservação, dizia-se que "enquanto aos concertos da dita azenha, se alguém não quiser concorrer para os mesmos concertos, poderá o que concertar pagar-se pelos rendimentos sem que o outro possa usar da dita azenha enquanto o que a tiver concertado senão pagar da dita despesa".

O acordo de 1788 descreve a divisão do quinhão de três quartos do Padre Manuel dos Santos. Quanto ao quinhão de José Pinto Ferreira de Vasconcelos, já o tinha o Doutor José de Almeida entretanto comprado. Dado que o Doutor era genro de D. Antónia, ficaram os quinhões de um e de outro unidos e a distribuição da água para regar e moer ficou assim depois de 1788:

Quinhões do Moinho em 1788	água p/ moer	água p/ regar
Cap. José Rodrigues dos Santos Pato e sua mulher D. Maria Josefa de Oliveira (S. João de Azenha)	1,5 dias	2 dias
D. Antónia Marques e seu genro Dr. José de Almeida (Aguada de Cima)	2,5 dias	2 dias

Mais tarde os de Aguada de Cima vendem os seus quinhões aos Carotos possivelmente a João Ferreira dos Reis ou mesmo a seu pai Manuel Ferreira dos Reis. Assim começa o longo período de mais de cem anos, em que o senhorio do moinho e água esteve nas mãos de Patos e Carotos.

### Descrição do Moinho

Com a desculpa de que "por bem conhecido se não confronta", evitava-se sempre, nas escrituras mais antigas, dar qualquer descrição do objecto da transacção ou partilha. Neste caso é necessário recorrer a uma escritura de aforamento que os senhorios do moinho fizeram em 10 de Julho de 1842 a João Martins, de Aguada de Baixo (5), para encontrar uma descrição mais ou menos completa. Tratava-se de "uma azenha no limite do mesmo lugar de S. João de Azenha com seus logradouros em roda, que partem do Norte com ele dito Manuel Ferreira dos Reis e Sul com o dito Bernardo José de Carvalho e um bocado de terra com sua nogueira ao nascente da mesma azenha, que serve de horta, e que parte do nascente com José Marques Alves do mesmo lugar de S. João de Azenha, e com Joaquim Ferreira Baralho do lugar de Sangalhos, e do Poente com presa da

mesma azenha e com rego que serve para a rega dos chãos e hortas deles senhorios directos; pertencendo à mesma azenha a água que nasce desde os Brejos dos Olheiros até os da Fonte do Castelo discorrendo por uma vala de sete palmos de largo, tendo de cada lado outros sete que servem para se lançar o entulho quando se limpa (...) compondo-se a dita azenha de uma única pedra".

### Senhorios e Enfitteutas

É dito popular que "as questões da água são piores do que as do vinho". Na verdade, "a escassez de águas durante a época estival, que se verifica em muitas partes das zonas rurais do País, e mormente nas terras de regadio, foi desde recuados tempos causa de conflitos entre lavradores e moleiros, que, uns e outros, necessitavam da totalidade dos magros caudais existentes" (6). Para garantir o cumprimento do uso e costume por que se regiam os diversos quinhoeiros, chegava-se ao ponto de criar entidades como as Irmandades das Águas e os Juizes da Água. Na maior parte dos casos, porém, optava-se por celebrar uma escritura notarial.

Com a morte do Capitão José Roiz dos Santos Pato e de João Ferreira dos Reis, os respectivos

De 1.º quart. São concedo com com 1.º out. em com. 2.º out. em com. 3.º out. Pato e de Enfitteuta de 2.º out. 1842. e de 1.º out. 1843. e de 1.º out. 1844. e de 1.º out. 1845. e de 1.º out. 1846. e de 1.º out. 1847. e de 1.º out. 1848. e de 1.º out. 1849. e de 1.º out. 1850. e de 1.º out. 1851. e de 1.º out. 1852. e de 1.º out. 1853. e de 1.º out. 1854. e de 1.º out. 1855. e de 1.º out. 1856. e de 1.º out. 1857. e de 1.º out. 1858. e de 1.º out. 1859. e de 1.º out. 1860. e de 1.º out. 1861. e de 1.º out. 1862. e de 1.º out. 1863. e de 1.º out. 1864. e de 1.º out. 1865. e de 1.º out. 1866. e de 1.º out. 1867. e de 1.º out. 1868. e de 1.º out. 1869. e de 1.º out. 1870. e de 1.º out. 1871. e de 1.º out. 1872. e de 1.º out. 1873. e de 1.º out. 1874. e de 1.º out. 1875. e de 1.º out. 1876. e de 1.º out. 1877. e de 1.º out. 1878. e de 1.º out. 1879. e de 1.º out. 1880. e de 1.º out. 1881. e de 1.º out. 1882. e de 1.º out. 1883. e de 1.º out. 1884. e de 1.º out. 1885. e de 1.º out. 1886. e de 1.º out. 1887. e de 1.º out. 1888. e de 1.º out. 1889. e de 1.º out. 1890. e de 1.º out. 1891. e de 1.º out. 1892. e de 1.º out. 1893. e de 1.º out. 1894. e de 1.º out. 1895. e de 1.º out. 1896. e de 1.º out. 1897. e de 1.º out. 1898. e de 1.º out. 1899. e de 1.º out. 1900. e de 1.º out. 1901. e de 1.º out. 1902. e de 1.º out. 1903. e de 1.º out. 1904. e de 1.º out. 1905. e de 1.º out. 1906. e de 1.º out. 1907. e de 1.º out. 1908. e de 1.º out. 1909. e de 1.º out. 1910. e de 1.º out. 1911. e de 1.º out. 1912. e de 1.º out. 1913. e de 1.º out. 1914. e de 1.º out. 1915. e de 1.º out. 1916. e de 1.º out. 1917. e de 1.º out. 1918. e de 1.º out. 1919. e de 1.º out. 1920. e de 1.º out. 1921. e de 1.º out. 1922. e de 1.º out. 1923. e de 1.º out. 1924. e de 1.º out. 1925. e de 1.º out. 1926. e de 1.º out. 1927. e de 1.º out. 1928. e de 1.º out. 1929. e de 1.º out. 1930. e de 1.º out. 1931. e de 1.º out. 1932. e de 1.º out. 1933. e de 1.º out. 1934. e de 1.º out. 1935. e de 1.º out. 1936. e de 1.º out. 1937. e de 1.º out. 1938. e de 1.º out. 1939. e de 1.º out. 1940. e de 1.º out. 1941. e de 1.º out. 1942. e de 1.º out. 1943. e de 1.º out. 1944. e de 1.º out. 1945. e de 1.º out. 1946. e de 1.º out. 1947. e de 1.º out. 1948. e de 1.º out. 1949. e de 1.º out. 1950. e de 1.º out. 1951. e de 1.º out. 1952. e de 1.º out. 1953. e de 1.º out. 1954. e de 1.º out. 1955. e de 1.º out. 1956. e de 1.º out. 1957. e de 1.º out. 1958. e de 1.º out. 1959. e de 1.º out. 1960. e de 1.º out. 1961. e de 1.º out. 1962. e de 1.º out. 1963. e de 1.º out. 1964. e de 1.º out. 1965. e de 1.º out. 1966. e de 1.º out. 1967. e de 1.º out. 1968. e de 1.º out. 1969. e de 1.º out. 1970. e de 1.º out. 1971. e de 1.º out. 1972. e de 1.º out. 1973. e de 1.º out. 1974. e de 1.º out. 1975. e de 1.º out. 1976. e de 1.º out. 1977. e de 1.º out. 1978. e de 1.º out. 1979. e de 1.º out. 1980. e de 1.º out. 1981. e de 1.º out. 1982. e de 1.º out. 1983. e de 1.º out. 1984. e de 1.º out. 1985. e de 1.º out. 1986. e de 1.º out. 1987. e de 1.º out. 1988. e de 1.º out. 1989. e de 1.º out. 1990. e de 1.º out. 1991. e de 1.º out. 1992. e de 1.º out. 1993. e de 1.º out. 1994. e de 1.º out. 1995. e de 1.º out. 1996. e de 1.º out. 1997. e de 1.º out. 1998. e de 1.º out. 1999. e de 1.º out. 2000. e de 1.º out. 2001. e de 1.º out. 2002. e de 1.º out. 2003. e de 1.º out. 2004. e de 1.º out. 2005. e de 1.º out. 2006. e de 1.º out. 2007. e de 1.º out. 2008. e de 1.º out. 2009. e de 1.º out. 2010. e de 1.º out. 2011. e de 1.º out. 2012. e de 1.º out. 2013. e de 1.º out. 2014. e de 1.º out. 2015. e de 1.º out. 2016. e de 1.º out. 2017. e de 1.º out. 2018. e de 1.º out. 2019. e de 1.º out. 2020. e de 1.º out. 2021. e de 1.º out. 2022. e de 1.º out. 2023. e de 1.º out. 2024. e de 1.º out. 2025. e de 1.º out. 2026. e de 1.º out. 2027. e de 1.º out. 2028. e de 1.º out. 2029. e de 1.º out. 2030. e de 1.º out. 2031. e de 1.º out. 2032. e de 1.º out. 2033. e de 1.º out. 2034. e de 1.º out. 2035. e de 1.º out. 2036. e de 1.º out. 2037. e de 1.º out. 2038. e de 1.º out. 2039. e de 1.º out. 2040. e de 1.º out. 2041. e de 1.º out. 2042. e de 1.º out. 2043. e de 1.º out. 2044. e de 1.º out. 2045. e de 1.º out. 2046. e de 1.º out. 2047. e de 1.º out. 2048. e de 1.º out. 2049. e de 1.º out. 2050. e de 1.º out. 2051. e de 1.º out. 2052. e de 1.º out. 2053. e de 1.º out. 2054. e de 1.º out. 2055. e de 1.º out. 2056. e de 1.º out. 2057. e de 1.º out. 2058. e de 1.º out. 2059. e de 1.º out. 2060. e de 1.º out. 2061. e de 1.º out. 2062. e de 1.º out. 2063. e de 1.º out. 2064. e de 1.º out. 2065. e de 1.º out. 2066. e de 1.º out. 2067. e de 1.º out. 2068. e de 1.º out. 2069. e de 1.º out. 2070. e de 1.º out. 2071. e de 1.º out. 2072. e de 1.º out. 2073. e de 1.º out. 2074. e de 1.º out. 2075. e de 1.º out. 2076. e de 1.º out. 2077. e de 1.º out. 2078. e de 1.º out. 2079. e de 1.º out. 2080. e de 1.º out. 2081. e de 1.º out. 2082. e de 1.º out. 2083. e de 1.º out. 2084. e de 1.º out. 2085. e de 1.º out. 2086. e de 1.º out. 2087. e de 1.º out. 2088. e de 1.º out. 2089. e de 1.º out. 2090. e de 1.º out. 2091. e de 1.º out. 2092. e de 1.º out. 2093. e de 1.º out. 2094. e de 1.º out. 2095. e de 1.º out. 2096. e de 1.º out. 2097. e de 1.º out. 2098. e de 1.º out. 2099. e de 1.º out. 2100. e de 1.º out. 2101. e de 1.º out. 2102. e de 1.º out. 2103. e de 1.º out. 2104. e de 1.º out. 2105. e de 1.º out. 2106. e de 1.º out. 2107. e de 1.º out. 2108. e de 1.º out. 2109. e de 1.º out. 2110. e de 1.º out. 2111. e de 1.º out. 2112. e de 1.º out. 2113. e de 1.º out. 2114. e de 1.º out. 2115. e de 1.º out. 2116. e de 1.º out. 2117. e de 1.º out. 2118. e de 1.º out. 2119. e de 1.º out. 2120. e de 1.º out. 2121. e de 1.º out. 2122. e de 1.º out. 2123. e de 1.º out. 2124. e de 1.º out. 2125. e de 1.º out. 2126. e de 1.º out. 2127. e de 1.º out. 2128. e de 1.º out. 2129. e de 1.º out. 2130. e de 1.º out. 2131. e de 1.º out. 2132. e de 1.º out. 2133. e de 1.º out. 2134. e de 1.º out. 2135. e de 1.º out. 2136. e de 1.º out. 2137. e de 1.º out. 2138. e de 1.º out. 2139. e de 1.º out. 2140. e de 1.º out. 2141. e de 1.º out. 2142. e de 1.º out. 2143. e de 1.º out. 2144. e de 1.º out. 2145. e de 1.º out. 2146. e de 1.º out. 2147. e de 1.º out. 2148. e de 1.º out. 2149. e de 1.º out. 2150. e de 1.º out. 2151. e de 1.º out. 2152. e de 1.º out. 2153. e de 1.º out. 2154. e de 1.º out. 2155. e de 1.º out. 2156. e de 1.º out. 2157. e de 1.º out. 2158. e de 1.º out. 2159. e de 1.º out. 2160. e de 1.º out. 2161. e de 1.º out. 2162. e de 1.º out. 2163. e de 1.º out. 2164. e de 1.º out. 2165. e de 1.º out. 2166. e de 1.º out. 2167. e de 1.º out. 2168. e de 1.º out. 2169. e de 1.º out. 2170. e de 1.º out. 2171. e de 1.º out. 2172. e de 1.º out. 2173. e de 1.º out. 2174. e de 1.º out. 2175. e de 1.º out. 2176. e de 1.º out. 2177. e de 1.º out. 2178. e de 1.º out. 2179. e de 1.º out. 2180. e de 1.º out. 2181. e de 1.º out. 2182. e de 1.º out. 2183. e de 1.º out. 2184. e de 1.º out. 2185. e de 1.º out. 2186. e de 1.º out. 2187. e de 1.º out. 2188. e de 1.º out. 2189. e de 1.º out. 2190. e de 1.º out. 2191. e de 1.º out. 2192. e de 1.º out. 2193. e de 1.º out. 2194. e de 1.º out. 2195. e de 1.º out. 2196. e de 1.º out. 2197. e de 1.º out. 2198. e de 1.º out. 2199. e de 1.º out. 2200. e de 1.º out. 2201. e de 1.º out. 2202. e de 1.º out. 2203. e de 1.º out. 2204. e de 1.º out. 2205. e de 1.º out. 2206. e de 1.º out. 2207. e de 1.º out. 2208. e de 1.º out. 2209. e de 1.º out. 2210. e de 1.º out. 2211. e de 1.º out. 2212. e de 1.º out. 2213. e de 1.º out. 2214. e de 1.º out. 2215. e de 1.º out. 2216. e de 1.º out. 2217. e de 1.º out. 2218. e de 1.º out. 2219. e de 1.º out. 2220. e de 1.º out. 2221. e de 1.º out. 2222. e de 1.º out. 2223. e de 1.º out. 2224. e de 1.º out. 2225. e de 1.º out. 2226. e de 1.º out. 2227. e de 1.º out. 2228. e de 1.º out. 2229. e de 1.º out. 2230. e de 1.º out. 2231. e de 1.º out. 2232. e de 1.º out. 2233. e de 1.º out. 2234. e de 1.º out. 2235. e de 1.º out. 2236. e de 1.º out. 2237. e de 1.º out. 2238. e de 1.º out. 2239. e de 1.º out. 2240. e de 1.º out. 2241. e de 1.º out. 2242. e de 1.º out. 2243. e de 1.º out. 2244. e de 1.º out. 2245. e de 1.º out. 2246. e de 1.º out. 2247. e de 1.º out. 2248. e de 1.º out. 2249. e de 1.º out. 2250. e de 1.º out. 2251. e de 1.º out. 2252. e de 1.º out. 2253. e de 1.º out. 2254. e de 1.º out. 2255. e de 1.º out. 2256. e de 1.º out. 2257. e de 1.º out. 2258. e de 1.º out. 2259. e de 1.º out. 2260. e de 1.º out. 2261. e de 1.º out. 2262. e de 1.º out. 2263. e de 1.º out. 2264. e de 1.º out. 2265. e de 1.º out. 2266. e de 1.º out. 2267. e de 1.º out. 2268. e de 1.º out. 2269. e de 1.º out. 2270. e de 1.º out. 2271. e de 1.º out. 2272. e de 1.º out. 2273. e de 1.º out. 2274. e de 1.º out. 2275. e de 1.º out. 2276. e de 1.º out. 2277. e de 1.º out. 2278. e de 1.º out. 2279. e de 1.º out. 2280. e de 1.º out. 2281. e de 1.º out. 2282. e de 1.º out. 2283. e de 1.º out. 2284. e de 1.º out. 2285. e de 1.º out. 2286. e de 1.º out. 2287. e de 1.º out. 2288. e de 1.º out. 2289. e de 1.º out. 2290. e de 1.º out. 2291. e de 1.º out. 2292. e de 1.º out. 2293. e de 1.º out. 2294. e de 1.º out. 2295. e de 1.º out. 2296. e de 1.º out. 2297. e de 1.º out. 2298. e de 1.º out. 2299. e de 1.º out. 2300. e de 1.º out. 2301. e de 1.º out. 2302. e de 1.º out. 2303. e de 1.º out. 2304. e de 1.º out. 2305. e de 1.º out. 2306. e de 1.º out. 2307. e de 1.º out. 2308. e de 1.º out. 2309. e de 1.º out. 2310. e de 1.º out. 2311. e de 1.º out. 2312. e de 1.º out. 2313. e de 1.º out. 2314. e de 1.º out. 2315. e de 1.º out. 2316. e de 1.º out. 2317. e de 1.º out. 2318. e de 1.º out. 2319. e de 1.º out. 2320. e de 1.º out. 2321. e de 1.º out. 2322. e de 1.º out. 2323. e de 1.º out. 2324. e de 1.º out. 2325. e de 1.º out. 2326. e de 1.º out. 2327. e de 1.º out. 2328. e de 1.º out. 2329. e de 1.º out. 2330. e de 1.º out. 2331. e de 1.º out. 2332. e de 1.º out. 2333. e de 1.º out. 2334. e de 1.º out. 2335. e de 1.º out. 2336. e de 1.º out. 2337. e de 1.º out. 2338. e de 1.º out. 2339. e de 1.º out. 2340. e de 1.º out. 2341. e de 1.º out. 2342. e de 1.º out. 2343. e de 1.º out. 2344. e de 1.º out. 2345. e de 1.º out. 2346. e de 1.º out. 2347. e de 1.º out. 2348. e de 1.º out. 2349. e de 1.º out. 2350. e de 1.º out. 2351. e de 1.º out. 2352. e de 1.º out. 2353. e de 1.º out. 2354. e de 1.º out. 2355. e de 1.º out. 2356. e de 1.º out. 2357. e de 1.º out. 2358. e de 1.º out. 2359. e de 1.º out. 2360. e de 1.º out. 2361. e de 1.º out. 2362. e de 1.º out. 2363. e de 1.º out. 2364. e de 1.º out. 2365. e de 1.º out. 2366. e de 1.º out. 2367. e de 1.º out. 2368. e de 1.º out. 2369. e de 1.º out. 2370. e de 1.º out. 2371. e de 1.º out. 2372. e de 1.º out. 2373. e de 1.º out. 2374. e de 1.º out. 2375. e de 1.º out. 2376. e de 1.º out. 2377. e de 1.º out. 2378. e de 1.º out. 2379. e de 1.º out. 2380. e de 1.º out. 2381. e de 1.º out. 2382. e de 1.º out. 2383. e de 1.º out. 2384. e de 1.º out. 2385. e de 1.º out. 2386. e de 1.º out. 2387. e de 1.º out. 2388. e de 1.º out. 2389. e de 1.º out. 2390. e de 1.º out. 2391. e de 1.º out. 2392. e de 1.º out. 2393. e de 1.º out. 2394. e de 1.º out. 2395. e de 1.º out. 2396. e de 1.º out. 2397. e de 1.º out. 2398. e de 1.º out. 2399. e de 1.º out. 2400. e de 1.º out. 2401. e de 1.º out. 2402. e de 1.º out. 2403. e de 1.º out. 2404. e de 1.º out. 2405. e de 1.º out. 2406. e de 1.º out. 2407. e de 1.º out. 2408. e de 1.º out. 2409. e de 1.º out. 2410. e de 1.º out. 2411. e de 1.º out. 2412. e de 1.º out. 2413. e de 1.º out. 2414. e de 1.º out. 2415. e de 1.º out. 2416. e de 1.º out. 2417. e de 1.º out. 2418. e de 1.º out. 2419. e de 1.º out. 2420. e de 1.º out. 2421. e de 1.º out. 2422. e de 1.º out. 2423. e de 1.º out. 2424. e de 1.º out. 2425. e de 1.º out. 2426. e de 1.º out. 2427. e de 1.º out. 2428. e de 1.º out. 2429. e de 1.º out. 2430. e de 1.º out. 2431. e de 1.º out. 2432. e de 1.º out. 2433. e de 1.º out. 2434. e de 1.º out. 2435. e de 1.º out. 2436. e de 1.º out. 2437. e de 1.º out. 2438. e de 1.º out. 2439. e de 1.º out. 2440. e de 1.º out. 2441. e de 1.º out. 2442. e de 1.º out. 2443. e de 1.º out. 2444. e de 1.º out. 2445. e de 1.º out. 2446. e de 1.º out. 2447. e de 1.º out. 2448. e de 1.º out. 2449. e de 1.º out. 2450. e de 1.º out. 2451. e de 1.º out. 2452. e de 1.º out. 2453. e de 1.º out. 2454. e de 1.º out. 2455. e de 1.º out. 2456. e de 1.º out. 2457. e de 1.º out. 2458. e de 1.º out. 2459. e de 1.º out. 2460. e de 1.º out. 2461. e de 1.º out. 2462. e de 1.º out. 2463. e de 1.º out. 2464. e de 1.º out. 2465. e de 1.º out. 2466. e de 1.º out. 2467. e de 1.º out. 2468. e de 1.º out. 2469. e de 1.º out. 2470. e de 1.º out. 2471. e de 1.º out. 2472. e de 1.º out. 2473. e de 1.º out. 2474. e de 1.º out. 2475. e de 1.º out. 2476. e de 1.º out. 2477. e de 1.º out. 2478. e de 1.º out. 2479. e de 1.º out. 2480. e de 1.º out. 2481. e de 1.º out. 2482. e de 1.º out. 2483. e de 1.º out. 2484. e de 1.º out. 2485. e de 1.º out. 2486. e de 1.º out. 2487. e de 1.º out. 2488. e de 1.º out. 2489. e de 1.º out. 2490. e de 1.º out. 2491. e de 1.º out. 2492. e de 1.º out. 2493. e de 1.º out. 2494. e de 1.º out. 2495. e de 1.º out. 2496. e de 1.º out. 2497. e de 1.º out. 2498. e de 1.º out. 2499. e de 1.º out. 2500. e de 1.º out. 2501. e de 1.º out. 2502. e de 1.º out. 2503. e de 1.º out. 2504. e de 1.º out. 2505. e de 1.º out. 2506. e de 1.º out. 2507. e de 1.º out. 2508. e de 1.º out. 2509. e de 1.º out. 2510. e de 1.º out. 2511. e de 1.º out. 2512. e de 1.º out. 2513. e de 1.º out. 2514. e de 1.º out. 2515. e de 1.º out. 2516. e de 1.º out. 2517. e de 1.º out. 2518. e de 1.º out. 2519. e de 1.º out. 2520. e de 1.º out. 2521. e de 1.º out. 2522. e de 1.º out. 2523. e de 1.º out. 2524. e de 1.º out. 2525. e de 1.º out. 2526. e de 1.º out. 2527. e de 1.º out. 2528. e de 1.º out. 2529. e de 1.º out. 2530. e de 1.º out. 2531. e de 1.º out. 2532. e de 1.º out. 2533. e de 1.º out. 2534. e de 1.º out. 2535. e de 1.º out. 2536. e de 1.º out. 2537. e de 1.º out. 2538. e de 1.º out. 2539. e de 1.º out. 2540. e de 1.º out. 2541. e de 1.º out. 2542. e de 1.º out. 2543. e de 1.º out. 2544. e de 1.º out. 2545. e de 1.º out. 2546. e de 1.º out. 2547. e de 1.º out. 2548. e de 1.º out. 2549. e de 1.º out. 2550. e de 1.º out. 2551. e de 1.º out. 2552. e de 1.º out. 2553. e de 1.º out. 2554. e de 1.º out. 2555. e de 1.º out. 2556. e de 1.º out. 2557. e de 1.º out. 2558. e de 1.º out. 2559. e de 1.º out. 2560. e de 1.º out. 2561. e de 1.º out. 2562. e de 1.º out. 2563. e de 1.º out. 2564. e de 1.º out. 2565. e de 1.º out. 2566. e de 1.º out. 2567. e de 1.º out. 2568. e de 1.º out. 2569. e de 1.º out. 2570. e de 1.º out. 2571. e de 1.º out. 2572. e de 1.º out. 2573. e de 1.º out. 2574. e de 1.º out. 2575. e de 1.º out. 2576. e de 1.º out. 2577. e de 1.º out. 2578. e de 1.º out. 2579. e de 1.º out. 2580. e de 1.º out. 2581. e de 1.º out. 2582. e de 1.º out. 2583. e de 1.º out. 2584. e de 1.º out. 2585. e de 1.º out. 2586. e de 1.º out. 2587. e de 1.º out. 2588. e de 1.º out. 2589. e de 1.º out. 2590. e de 1.º out. 2591. e de 1.º out. 2592. e de 1.º out. 2593. e de 1.º out. 2594. e de 1.º out. 2595. e de 1.º out. 2596. e de 1.º out. 2597. e de 1.º out. 2598. e de 1.º out. 2599. e de 1.º out. 2600. e de 1.º out. 2601. e de 1.º out. 2602. e de 1.º out. 2603. e de 1.º out. 2604. e de 1.º out. 2605. e de 1.º out. 2606. e de 1.º out. 2607. e de 1.º out. 2608. e de 1.º out. 2609. e de 1.º out. 2610. e de 1.º out. 2611. e de 1.º out. 2612. e de 1.º out. 2613. e de 1.º out. 2614. e de 1.º out. 2615. e de 1.º out. 2616. e de 1.º out. 2617. e de 1.º out. 2618. e de 1.º out. 2619. e de 1.º out. 2620. e de 1.º out. 2621. e de 1.º out. 2622. e de 1.º out. 2623. e de 1.º out. 2624. e de 1.º out. 2625. e de 1.º out. 2626. e de 1.º out. 2627. e de 1.º out. 2628. e de 1.º out. 2629. e de 1.º out. 2630. e de 1.º out. 2631. e de 1.º out. 2632. e de 1.º out. 2633. e de 1.º out. 2634. e de 1.º out. 2635. e de 1.º out. 2636. e de 1.º out. 2637. e de 1.º out. 2638. e de 1.º out. 2639. e de 1.º out. 2640. e de 1.º out. 2641. e de 1.º out. 2642. e de 1.º out. 2643. e de 1.º out. 2644. e de 1.º out. 2645. e de 1.º out. 2646. e de 1.º out. 2647. e de 1.º out. 2648. e de 1.º out. 2649. e de 1.º out. 2650. e de 1.º out. 2651. e de 1.º out. 2652. e de 1.º out. 2653. e de 1.º out. 2654. e de 1.º out. 2655. e de 1.º out. 2656. e de 1.º out. 2657. e de 1.º out. 2658. e de 1.º out. 2659. e de 1.º out. 2660. e de

Moinho (S. João da Azenha). Sítio onde cai a água e acciona o mecanismo do moinho.



quinhões foram divididos pelos herdeiros. Estes eram já aqueles que o bilhete que inicialmente motivou o meu estudo, menciona. Pelo lado dos Carotos eram os filhos e genros de João Ferreira dos Reis — Manuel Ferreira dos Reis, José Gomes da Costa e Silva, o Doutor José Ferreira dos Reis e Bernardo José de Carvalho, a quem chamavam o Melo. Pelo lado dos Patos, apenas dois dos nove filhos do Capitão herdaram o moinho — Maria Rosa Emília de Oliveira e Agostinho Rodrigues dos Santos Pato. Eram ao todo seis os senhorios, o que tornava difícil o uso em comum do moinho. Para situações deste tipo, já as Ordenações do Reino, de 1786, aconselhavam: "Tendo os herdeiros, ou companheiros alguma cousa, que não possam entre si partir sem dano, assim como escravo, besta, moinho, lagar, ou outra cousa semelhante, não a devem partir, mas devem-na vender a cada um delles, ou a outro algum qual mais quizerem, ou por seu apazimento trocarão com outras cousas, se as ahí houver. E se se não poderem por esta maneira haver, arrenda-la-hão, e partirão a renda entre si"(7).

Assim, a 4 de Março de 1837(8), os senhorios aforavam (9) os seus quinhões no moinho a um deles, o Melo. Não tardou, porém, que surgissem problemas. Os sete irmãos Patos que não haviam herdado o moinho reclamavam para si, ainda assim, o uso da terça parte da água que na antiga partilha tinha ficado para seu pai, o Capitão, regar as suas terras. Com esta pretensão entravam em conflito com o Melo que não contava com estas condições à data do aforamento e pretendia por isso deixar de pagar o foro.

Consultas foram feitas a quatro advogados no intuito de resolver a questão. Cinco quesitos lhes foram propostos versando os vários aspectos

do problema, de que seria fastidioso dar aqui conta. Quanto ao direito dos sete irmãos, apenas um dos advogados não concordou com o veredito do Doutor J. Roiz Cerveira: "não podiam pagar regadio as terras que os filhos do d<sup>o</sup> Pato e m<sup>o</sup> herdarão de seus pais; excepto se depois da morte dos mesmos o têm pago pelo espaço de 30 annos" (10), o que se não verificava à data do libelo. Tudo terá acabado com a divisão de sete e oito dias referida no bilhete, mas isto não pude eu documentar, por terem desaparecido alguns livros notariaes desta época. O aforamento era cancelado e pouco tempo depois realizava-se o já mencionado aforamento de 1842.

Os enfiteutas, João Martins e sua mulher Ana Rosa de Jesus, ficavam obrigados a pagar o "foro anual de trinta e cinco alqueires de milho grosso, seco e capaz de receber, posto em casa deles senhorios directos (...) em vinte e oito de Novembro fazendo a destrilha por cada um deles na forma da antiga partilha". Quanto a possíveis mudanças de mãos do senhorio útil, ficava estipulado que deveria andar sempre em uma só cabeça que será sempre o primogénito de seus [de João Martins] descendentes, preferindo o varão a fêmea, sem que jamais se possa doar, hipotecar ou alienar de qualquer maneira que seja, sem expresso consentimento deles senhorios directos ou seus successores". E finalmente, no caso de os enfiteutas não pagarem "o dito foro três annos consecutivos, ficará a dita propriedade devoluta a eles senhorios directos".

Quanto à água, os senhorios directos, reservavam para si e seus successores toda aquella que fosse necessária para regar todos os seus prédios. Os enfiteutas, por seu lado, ficavam "obrigados a trazerem a dita azenha e suas

perenças bemfeitorada e não deteriorada de maneira a que não diminua, mas antes aumente o seu valor”.

Foi esta a história que quis contar. É uma achega para o conhecimento do passado do lugar de S. João de Azenha. Parece-me ser também um bom exemplo das tradições relacionadas com os moinhos em geral, das obrigações e direitos de senhorios e enfiteutas, do uso partilhado das águas para rega, tudo elementos essenciais na vida e na estrutura social das aldeias de outros tempos. Pena é, no entanto, que, com a perda de importância económica, os moinhos tenham ficado completamente abandonados. Estão a perder-se as primeiras unidades industriais. Melhor sorte está a ter o moinho da azenha. Encontrava-se já bastante arruinado em 1916, quando um moleiro o comprou e pôs de novo a funcionar. De então para cá tem sido conservado.

## GENEALOGIA

Apresento apenas alguns apontamentos da genealogia das duas famílias (11).

A família Pato é o principal ramo da antiga família Santos que se vinha a destacar desde o século XVII em S. João de Azenha. O Ramo começou com o Capitão José Rodrigues dos Santos Pato, que viveu entre 12/05/1749 e 15/06/1819 em S. João de Azenha. Era filho de João dos Santos e de Isabel Rodrigues João. Casou em 2/08/1775 com Maria Josefa de Oliveira, filha de João Moreira da Costa e de Maria Teresa da Conceição, pessoas principais de Sangalhos.

Moraram em S. João de Azenha e tiveram os seguintes filhos: Capitão José de Oliveira Rodrigues dos Santos, n. 15/12/1778, cc. Mariana Joaquina Rosa, Barrô; Capitão Joaquim de Oliveira Rodrigues dos Santos, n. 16/07/1781 cc. Joaquina Maria da Silva, Oliveira do Bairro; Maria Rosa Emilia, n. 30/08/1784, cc. Manuel Pereira Tomaz; Alferes Julião Caetano Rodrigues da Costa, n. 24/06/1786, casou em Avelãs de Cima; Doutor Manuel Rodrigues de Oliveira dos Santos Pato, n. 6/03/1788, cc. Joaquina Inácia de Almeida, Sangalhos; António Nicolau Rodrigues Pato, n. 29/08/1791, cc. Angélica Clara da Costa Abrantes, Forcada, Aguada de Cima; Joaquina Maria Carolina de Oliveira, n. 16/04/1793, cc. José Ferreira Baralha, S. João de Azenha; João Rodrigues de Oliveira dos Santos Pato, n. 24/06/1795, cc. Isabel Maria de Jesus, S. João de Azenha; Agostinho Rodrigues dos Santos Pato, n. 6/10/1797, morou em S. João de Azenha, não casou.

Os Carotos são também muito antigos em S. João de Azenha. No século XVII já os havia, e

no século XVIII havia vários ramos. Destes, interessa referir o de João Ferreira dos Reis, n. 22/10/1758, filho de Manuel Ferreira dos Reis e de Luzia Maria Francisco, e neto paterno de João Ferreira Caroto. Casou em Avelãs de Cima com Maria Joaquina.

Morou em S. João de Azenha e teve — Doutor José Ferreira dos Reis, n. 17/11/1801, cc. Maria Ferreira dos Santos, Póvoa do Salgueiro; Manuel Ferreira dos Reis, n. 17/04/1804, cc. Maria José da Costa Abrantes, Aguada de Cima, moraram em S. João de Azenha numa casa que ainda hoje existe de frente da capela de S. João; Joaquina Maria Rosa, n. 9/04/1806, cc. Bernardo José de Carvalho, o Nelo, Avelãs de Caminho; Ana Maria Rosa, cc. José Gomes da Costa e Silva, Avelãs de Caminho.

LUÍS LOPES

## BIBLIOGRAFIA E NOTAS

[1] Gil, Maria Olímpia da Rocha, “Engenhos de Moagem no Sec. XVI” in “Do tempo e da história”, I, Lisboa (IAC), 1965.

[2] Oliveira, Ernesto Veiga da, e outros, “Sistemas de Moagem”, Ed. Instituto Nacional de Investigação Científica; é um livro essencial para o estudo dos moinhos, em especial sobre os aspectos tecnológicos. Veja-se pag. 97 sobre a sua classificação tipológica: I) moinhos de roda horizontal, que podem ser A) de rodízio, com penas; B) de rodete submerso (sistema de turbina); e II) de roda vertical, ou azenhas, que por seu turno podem ser A) de propulsão superior; e B) de propulsão média e inferior. Nos moinhos de rodete, o engenho motor — o rodízio — é uma roda, horizontal, de cerca de 1m de diâmetro, constituída por uma série muito numerosa de palas de madeira dispostas radialmente (...).

[3] “Cadastro da População do Reino”, mandado fazer por D. João III em 1527, in “Arquivo Histórico Português”; a parte respeitante à comarca da Extremadura em Vol. VI, Nº 7, Julho de 1908, com comentários de Braamcamp Freire. Diz “Esta vila de Sangalhos tem 41 vizinhos no corpo da vila (...) — It Aldea de Saa tem 14 vizinhos. — Aldea de Sam Joam, 3. — Aldea do Casal, 4. — A Povoia da Azenha, 3. — Aldea do Paraimo, 6. — A Figueira, 2. — Aldea da Moreira, 9.”

[4] Tavares, Manuel Ferreira, tabelião, “Escritura de partilhas e composição que fizeram José Roiz dos Santos Pato e sua mulher do lugar da Azenha desta vila com Antónia Marques viúva de Aguada de Cima”, Notas da Vila de Sangalhos, 28/05/1778, Arquivo Distrital de Aveiro.

[5] Costa, Manuel Pereira da Cunha e, tabelião, “Escritura de factuozim perpétuo que fazem Agostinho Rodrigues dos Santos Pato, ...”, Notas da Vila de Águeda, 10/07/1842, Arquivo Distrital de Aveiro.

[6] In lá referido “Sistemas de Moagem”, pag. 93.

[7] “Collecção da legislação antiga e moderna do Reino de Portugal”, Livro Quarto, 1786, Tit. XCVI “Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros”, nº 5.

[8] Diniz, Joaquim Ferreira, tabelião, “Escrituras de Aforamento e factuozim perpétuo que fazem o Bacharel José Ferreira dos Reis, seu irmão Manuel Ferreira dos Reis, ...”, Notas da Vila de Sangalhos, 4/03/1837, Arquivo Distrital de Aveiro.

[9] “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, diz: “Dá-se o contrato de aforamento, de emprazamento ou de enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão, a que se chama foro”. Aquele que paga o foro é o enfiteuta ou senhorio útil e aquele que o recebe é o senhorio directo ou direito. Ao contrário do arrendamento, o aforamento é de natureza perpétua.

[10] “Proposta aos Senhores Advogados”, J. Roiz Cerveira, Mateus Correia de Oliveira e Almeida, e outros, 1839, documento na posse dos actuais proprietários, os herdeiros do Sr. Manuel Costa, que gentilmente o deixaram consultar.

[11] Documentação paroucial das freguesias de Sangalhos, Aguada de Cima e Mogotores, no Arquivo Distrital de Aveiro.

# Apontamentos sobre a produção de cal em Oliveira do Bairro



A vaga de desenvolvimento económico que se fez sentir em Portugal, na segunda metade do século XIX, deixou marcas, ainda hoje bem visíveis, no concelho de Oliveira do Bairro. Dessas, pela sua importância, não pode cair no esquecimento a produção de cal e, consequentemente dos fornos. Ao percorrer o concelho podemos encontrar testemunhos da sua intensa actividade de produção em locais como Vale Salgueiro, Porto Chão, Serena, Montelongo e Seara. No total inventariámos quinze fornos, nove dos quais no sítio de Vale Salgueiro. A sua concentração neste local, uma baixa arborizada entre as povoações da Serena e Lavandeira, justifica-se pela quantidade apreciável de calcário disponível, pelas facilidades de acesso e pela proximidade relativa da estação da C.P. em Oliveira do Bairro.

O primeiro proprietário de fornos, em Vale Salgueiro, foi José Simões de Sousa, natural do Paraimo, que depois de ter sido emigrante no Brasil e participado nos trabalhos de construção da linha férrea que estabeleceu a ligação entre Lisboa e o Porto, iniciou a sua actividade empresarial em meados da segunda metade do século XIX, tendo cinco fornos em laboração. No mesmo local surgiu mais um forno de Manuel Ferreira da Silva, "o Serrano", de Montelongo, dois fornos de António Francisco Rato, de Vila Verde, e outro de, Joaquim Brasileiro do Cercal, alugado a Manuel Francisco Rato, de Montelongo da Capela. Estes empresários adquiriram os terrenos por compra, para aí instalarem as suas "unidades fabris" e explorarem as pedreiras.

O sucesso desta actividade industrial foi garantido pelo incremento da construção civil, com o adobe como único material utilizado na zona, e pelo consumo da cal na preparação das marinhãs para o cultivo do arroz, visto que, depois de preparada a terra, os agricultores a desinfectam antes de procederem à sementeira do cereal.

Para se ter uma ideia da cal aí gasta, bastará recordar a área ocupada, por esta cultura, nas



Era uma "colónia" de fornos da cal... hoje, apenas ruínas.

margens dos rios Lezíria, Cértima, Águeda e Vouga.

Para além do consumo no concelho, o mercado estendia-se até Águeda, Eixo, Eiról, Azurva, Cacia, Aveiro, Ilhavo... transportada pelos carreiros ou até Estarreja, Esmoriz, Ovar, Carvalhos e Porto levada pelos vagões da C.P., carregados na estação de Oliveira do Bairro. Os fornos encontravam-se em actividade contínua desde Fevereiro até ao início das chuvas. A cal de Fevereiro e Março era exclusivamente destinada à cultura do arroz, enquanto a da Primavera e Verão se destinava à construção civil, com particular ênfase para o fabrico de adobes. A quadra do Inverno era aproveitada para retirar a pedra das pedreiras, o que nem sempre era possível, dado que estas, com frequência, se transformavam em lagoas.

Ao longo de um século—o último forno encerrou a sua actividade em 1945—foram retiradas à terra, em Vale Salgueiro, centenas de milhar de metros cúbicos de calcário. Cada fornada produzia um volume médio de e trinta metros cúbicos de cal e o número médio anual de fornadas por forno situava-se entre as vinte e

cinco e as trinta. O forno ocupava diariamente dez a doze pessoas, chefiadas pelo capataz. Desse conjunto, o enforador era o "operário especializado", talvez mesmo um verdadeiro artista, pois a ele cabia a difícil tarefa de ir construindo, com as pedras soltas e não aparelhadas, a câmara ou fornalha, onde, durante "dois dias e duas noites", o lume inicialmente brando, haveria que cozer as pedras de calcário.

Os irmãos Joaquim e Augusto Francisco Rato, Joaquim Ferreira dos Reis, Manuel Ferreira Miguéis—"o Fortunato"— foram os últimos forneiros a trabalhar em Vale Salgueiro. O grupo restante de operários era constituído principalmente por jovens—alguns...muitos!?...ainda crianças—e mulheres que com uma alimentação frugal e de pés descalços incorporavam uma renovada e incessante fila a quem o ajudante ia colocando sobre a cabeça as pedras para serem retiradas do fundo da pedreira e transportadas até ao forno.

No final do primeiro quartel do século XX, os ordenados iam desde os 2#50 ou 3#00 escudos

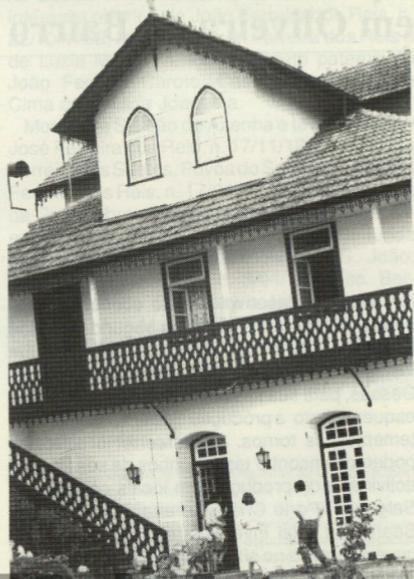


Vista superior das ruínas de um forno.

até aos 8#00 diários, de acordo com a capacidade física e a natureza do trabalho prestado por cada operário. Na cozedura de cada fornada de cal eram consumidas vinte a vinte e cinco carradas de lenha-rachão, chegando mesmo a serem necessárias trinta, no período do Inverno.

O carreiro que transportava a lenha para aos fornos ou a cal para o mercado regional recebia uma jornada de vinte a vinte e cinco escudos, enquanto o metro cúbico de cal era pago por quarenta ou quarenta e cinco.

Os mais graves acidentes de trabalho ficaram a dever-se ao desmoronamento das pedreiras que provocaram a perda de membros inferiores a operários, ou mesmo a morte, como aconteceu ao Fortunato, que tendo iniciado a sua actividade na pedreira com apenas oito anos de idade, lá a terminou aos cinquenta e cinco, sepultado pela pedreira que se desprendera. A sua apólice de seguro por acidentes de trabalho tinha o número 470, na Companhia Mundial de Seguros.



Casa apalaçada em Vila Verde (Oliveira do Bairro), de José Simões de Sousa.

O forno que encerrou o ciclo da produção de cal em Vale Salgueiro foi o de Manuel Bernardo Ferreira de Sousa, neto de José Simões de Sousa. As causas que ditaram o fim da produção prendem-se com a falta de pedra, que era explorada já a grande profundidade, a sua má qualidade—muito cascão à mistura com areia— a técnica de transplante do arroz e, finalmente, à divulgação do uso do cimento.

Resta concluir, que a indústria foi compensadora. Os proprietários dos fornos foram pessoas de bens, que transmitiram, por herança, um património imobiliário considerável, adquirido com os rendimentos dos fornos. Veja-se, a título de exemplo, o palacete construído por José Simões de Sousa, em Vila Verde.

Dos nove fornos que existiram em Vale Salgueiro restam dois. Os outros foram destruídos à medida que as pedreiras cederam o seu lugar aos eucaliptais. Julgo valer a pena intervir, no sentido de evitar que os últimos testemunhos de uma actividade importante no e para o concelho desapareçam irrecuperável e definitivamente.

ANTÓNIO OLIVEIRA

#### NOTA:

Agradeço as informações prestadas pelo Sr. Manuel Bernardo Ferreira de Sousa.

# Um Novo Escritor Bairradino

Conheci António Breda Carvalho como meu aluno de literaturas africanas e brasileiras. Conversámos algumas vezes, poucas, as suficientes para saber que acalentava anseios literários. Isto e a amizade de Arsénio Mota creio que explicam o convite para apresentar o livro de contos *A verdade no vinho*, com que, no ano passado, Breda Carvalho ganhou o Prémio Literário Região da Bairrada. Convém referir que o patrocínio desta edição coube à Fundação Eng<sup>o</sup> António de Almeida, do Porto, e à Câmara Municipal de Águeda, que mecanicamente apadrinham a estreia em volume de um autor da região bairradina, iniciativa de louvar quando sabemos existirem autarquias que pura e simplesmente não honram os compromissos assumidos com a cultura.

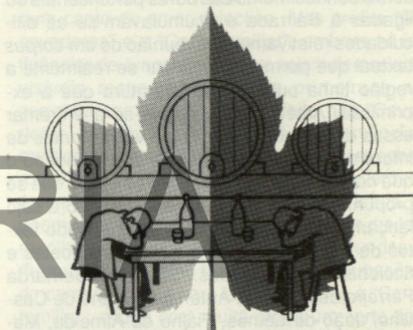
Não é este o lugar apropriado para tecer considerações sobre a existência e o alcance dos prémios literários em Portugal, tomados na sua diversidade de princípios e de valor monetário e institucional, mas atentemos em que eles se repartem por duas categorias fundamentais: os que consagram a obra de um escritor e os que pretendem contribuir para que ela surja. António Breda Carvalho é um beneficiário que ganhou um prémio e viu editado o seu livro, constituindo tal acontecimento, por certo, um valioso incentivo ao trabalho.

Nestas catorze histórias, o vinho e a Bairrada são naturalmente o motivo comum, por respeito às regras do concurso a que se submeteram. Ressalte-se o sentimento de apreço pelas raízes regionais e culturais partindo da intimidade conjugada no amor mais que perfeito, improvável de inventariar por olhos estranhos à terra, para recair em lições de mais amplo proveito. Histórias que, como escreve Arsénio Mota, têm uma "factura singela", talvez de alguma desprevenida singeleza. Mas julgo que, enquanto ensaio de um percurso pessoal em descoberta, valem como etapa de um localizado projecto cultural que Arsénio Mota idealizou. Deste encontro de vontades resultaram textos nos quais o leitor

Nem o Padre António escapou às determinações do "novo bairradino" nas histórias que se seguem.

ANTÓNIO BREDÁ CARVALHO

## A VERDADE NO VINHO



ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORES DA BARRADA

bairradino reconhecerá como seu, sem dificuldades de maior, um território sentimental, cultural, social e económico, devolvendo-lhe imagens de familiaridade. É nesse jogo de cumplicidade e identificações bairradinas que as histórias sustentam a atmosfera de veracidade. É no drama da existência, com suas contrariedades e contradições, temperadas pelo rigor do álcool, que a verdade vem e não vem à tona (porque, como se sabe, não há verdades em literatura) e é preciso, como escreve o autor, "colher nas cinzas a ilusão do ouro". Façamos um voto e um brinde à saúde da literatura!

PIRES LARANJEIRA

FICHA:

"In vino veritas"—A Verdade no Vinho"; Biblioteca de Autores Bairradinos; edição da AJEB; capa de Domingos Pires; 92 págs, 1990.

# No lançamento de "Letras Bairradinas"

Antologia organizada, anotada e prefaciada por A. Mota \*

1. Afirma Arsénio Mota que, não era fácil, há muito poucos anos atrás, prever a possibilidade de um livro como este. "Faltava tudo, mesmo o terreno onde medra a utopia". Faltava tudo, isto é, faltavam as condições culturais que facilitassem o conhecimento das obras pertencentes ou ligadas à Bairrada e acumulavam-se as dificuldades relativamente à reunião de um *corpus* textual que permitisse verificar se realmente a região tinha ou não uma literatura que a expressasse. Arsénio Mota dispôs-se a enfrentar essas dificuldades, recorreu a várias fontes de informação, juntou bibliografia e seleccionou o que nela era coincidente com o objectivo que se propunha. Deste trabalho resultou a obra cujo lançamento estamos a celebrar, reunindo textos de doze autores, exclusivamente poetas e ficcionistas já falecidos. São eles Bernarda Ferreira de Lacerda, António Feliciano de Castilho, João de Lemos, Fialho de Almeida, Manuel Alves, Adolfo Portela, Tomás da Fonseca, Acúrcio Correia da Silva, José Francisco Moreira, Augusto Pires, António de Cértima e Pedro Homem de Mello. Não é necessário chamar a atenção para a importância do conjunto dos nomes referidos. Poucos são desconhecidos. Alguns são vultos cimeiros da nossa História Literária. Nesta medida, constituem desde logo um bom motivo de orgulho para quantos, com raízes na região, desejam ver a sua Bairrada engrandecida. Mas não é este o único mérito da antologia. Como refere, muito justamente, Arsénio Mota, entre esses vultos cimeiros aparecem autores que, por vicissitudes várias, desde a incúria dos bairradinos, pouco cuidados com a preservação do seu património cultural, até às limitações da historiografia literária que comodamente privilegia, em cada época, as personalidades de primeira grandeza — estavam condenados ao definitivo esquecimento se não encontrarem esta possibilidade de serem lembrados, relidos, reapreciados. O que é um tributo à cultura bairradina e um serviço prestado à cultura nacional. Tudo razões

de peso para estarmos gratos a Arsénio Mota.

2. Todavia um trabalho desta índole só se impõe quando responde às expectativas que criou no espírito do leitor. Que Bairrada está representada nos textos recolhidos? E como representam eles a Bairrada?

Arsénio Mota dá-se conta, e com razão, dos problemas ainda hoje subsistentes relativamente à aceitação de um conceito unânime que sintetize a região. E a complexidade da questão adquire todo o seu relevo quando, por exemplo, surgem hesitações quanto à definição dos seus limites geográficos.

Arsénio Mota optou pelo critério do mais alargado âmbito consensual. A Bairrada representada na antologia é a que territorialmente está compreendida entre uma linha que é constituída a Nascente pelas serras do Caramulo e do Buçaco; a Poente pelos areais da Gândara e pela planície do Vouga; a Norte pelo vale do Águeda e a Sul pela planície do Mondego. Os autores seleccionados falam pois, não apenas do coração da região, constituído pelos concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro e Mealhada, mas ainda da vertente ocidental do Buçaco e da vertente sul do concelho de Águeda. São poucos os textos recolhidos — de certo propositadamente — sobre estes dois pontos limítrofes. Sobre o Buçaco, um texto de Bernarda de Lacerda e outro de Manuel Alves. Sobre Águeda e as suas cercanias, dois de Pedro Homem de Mello e três de Adolfo Portela. Os restantes trinta e cinco referem-se à parte mais vasta e mais inequivocamente bairradina. No que toca a este aspecto, não podemos dizer, portanto, que a antologia se desvia dos seus objectivos. Mas o intuito do organizador não era só provar que a região tinha uma literatura. Era sobretudo o de provar que a Bairrada estava dentro da literatura.

3. É claro que, para uma região estar dentro da literatura, tem de constituir a sua força determinante, o seu sujeito. Quando acontece isto, é a região que fala, que se move, que respira. Mas

# LETRAS BAIRRADINAS

ANTOLOGIA



ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORES DA BAIRRADA

isto é uma situação extrema a que, necessariamente terá de corresponder uma situação oposta. Neste último caso, a região não passa de um simples *effet de réel*, como lhe chamaria Roland Barthes, um simples truque de ilusão realista. Para dar exemplos concretos, lembro o papel da Amazônia na *SELVA* de Ferreira de Castro e o papel de certos países, como a Espanha, a França e o Brasil em certas narrativas de Camilo. Estes dois casos ilustram as duas posições extremas e ocorrem, como seria de esperar, nos textos recolhidos.

Reparem no que acontece com Bernarda de Lacerda quando fala do Buçaco. Haveria alguma diferença se ela falasse da Arrábida? O que a move não é o Buçaco em si, mas sim a religiosidade e o misticismo que ela aí encontra e lhe proporciona a visão do mundo unido ao céu. O Buçaco é assim um mero acidente face à substância — a realidade mística — que verdadeiramente a mobiliza e a põe a escrever.

Dá-se um fenómeno algo semelhante com os escritores românticos representados na antologia. É inegável que Castilho conheceu a região e nela encontrou razões de sobra para a amar e falar dela. Mas entre a realidade de que pretende falar e o seu discurso, quer lírico, quer narrativo, colocam-se os estereótipos que o Poeta coleccionou. Lêmo-lo e inevitavelmente somos obrigados a reconhecer que é dos estereótipos, mais do que da realidade bairradina, que eles nos fala.

Não acontece isto só com Castilho que, ou pela sua formação arcádica que recomendava

acima de tudo a imitação dos modelos, ou mesmo pelas circunstâncias da sua cegueira, não podia falar-nos com rigor da região. Acontece isto até com escritores como Adolfo Portela, em quem as raízes aguedenses eram confessadamente assumidas. Os seus quadros bucólicos serão da região. Mas é difícil distingui-los dos de Júlio Dinis ou Trindade Coelho. Se lhes substituíssemos a toponímia, não sofreriam nada com isso.

Nem o Padre Acúrcio escapou às determinações deste fenómeno — aliás correntíssimo nas letras e nas artes — de sacrificar a realidade da sua terra, que tanto amava, aos cânones líricos que mais o prendiam. O seu "Hino da Bairrada" não é, curiosamente, de entre os trechos seleccionados da sua autoria, o que melhor exprime a região. Foi feito para cantar as belezas da região, para se diluir na música e para com esta congregar as vozes dispersas num canto de amor colectivo. Mas prefiro "Os cavadores" e a "Carta familiar", embora as influências de Junqueiro e Nobre sejam demasiado visíveis respectivamente na primeira e na segunda composição. Com efeito nos "Cavadores" o poeta fala da cava e das inclemências meteorológicas que por vezes se abatem sobre a região, sobretudo o sol que, em certos verões, é um verdadeiro fogo destruidor de colheitas. O poema não é ainda a Bairrada, mas sem dúvida recolhe alguns dos seus traços mais fundos e mergulha no mesmo húmus das preocupações do camponês que aqui labuta. Quanto à "Carta familiar", evoca com muita graça um certo tipo de ambiente provinciano, o dum certa sociedade afidalgada que procura distinguir-se não só pelo maneirismo requintado do trato social como também pelo culto da poesia e da música, dotes que não deviam faltar às meninas. É a evocação dum mundo desaparecido comum a outras regiões do país, mas que sem dúvida fez parte da fisionomia patriarcal da Bairrada antiga.

Não sei se, como diz o Padre Acúrcio, os versos dos poetas bairradinos se podem tomar sempre como "suavísimos lamentos". Na voz do Padre Acúrcio, sim, são suavísimos e por vezes mesmo dum grande beleza, como por exemplo nesta quadra: "Quem me dera, ó bairradinas,/ Que andais, à noite, a cantar,/ Arder por horas divinas/ No fogo do vosso olhar". Também o são nas quadras e fragmentos de quadras populares com que Tomás da Fonseca perfumou as páginas da *FILHA DE LABÃO* ("Maria, minha saudade,/ Meu raminho de alecrim"; "O Sol quando nasce inclina/ Às pedras do meu anel..."; ou "Teus lábios sabem a mel"), mas seria preciso apurar se pertencem de facto

ao cancionero popular da região. Do que não há dúvida é que não é com tais predicados que eles se nos apresentam nas composições da autoria de Manuel Alves ou de José Francisco Moreira. Como sublinha Arsénio Mota, "as musas de José Francisco Moreira, um tanto obsidiadas pela ideia da morte, dão a muitos dos seus versos um tom soturno". E quanto ao *Poeta Cavador*, se sacrificou às musas do amor, é mais pelo traço galhofeiro, a cheirar a ambiente de arraial que faz salientar o seu perfil do que por outros qualificativos. É aliás nisto que ele é um grande poeta e, se não me engano, foi também na circunstância desta sua ligação ao povo que a sua poesia, sem focar verdadeiramente a Bairrada, a mostra no pulsar da sua linguagem: "Que bonitas melancias/ Tem aquela rica dama! Por tanto bem que lhes quer/ Deita-as consigo na cama".

Convenhamos em que há um grande exagero quando se pede a um poeta que, quando fala de amor, não deixe de falar da sua terra. Mas quando uma região entrou mesmo na alma do poeta, ela disputa com o amor um lugar na comunicação lírica. E é o que se verifica na poesia de Augusto Pires que, não sendo natural da Bairrada, se tornou, mais do que certos poetas da região, verdadeiramente bairradino: "O beijo que tu me deste/ foi um só e bem chegou.../ Sabia a cachos maduros,/ por isso me embriagou...". Num soneto muito bonito, significativamente intitulado "Bairrada sempre noiva", Augusto Pires chama à Bairrada "rainha pagã". Concebe-a como uma "fresca rapariga casadoira" e aconselha-a a casar-se com um noivo à sua altura — o "Minho, bom rapaz". Curioso como este poeta de raiz popular, autodidacta, soube cantar o amor indo buscar à região que o adoptou a metáfora viva capaz de dar toda a autenticidade ao sentimento que o inspira: "Terra que for amanhada/ meu amor, por tua mão,/ nesta Bairrada de amores/ dá mais flores e mais pão"; "Semeei uma terrinha/ do jeito de um coração,/ e vai, nasceram saudades,/ saudades em vez de pão". Repare-se na funda compreensão deste pobre barbeiro — que certamente se contava entre os que, "por seu mal, sem um palmo de quintal", não tinham "onde cavar neste mundo" — pelo trabalho que o camponês bairradino, em doação total, tem de consagrar à terra. Augusto Pires só o entende como uma ligação erótica: "O lavrador mais a vinha/ andam ceguinhos de amor./ Eu sou teu e tu és minha,/ diz o lavrador à vinha/ disse a vinha ao lavrador". E descreve as tarefas agrícolas da

viticultura, sem receio das palavras prosaicas, como acontecia com Cesáreo: "Valha o sulfato a preceito./ sulfato é cura dos céus:/ parece o céu liquefeito/ vindo suave com jeito,/ a trazer bênçãos de Deus". Aspectos desta rude actividade como o dos "torrões" que é preciso calcar, ou da cava "de sol a sol", não escapam à sua observação, nem ele deixa de comungar das alegrias do lavrador quando chega o momento da safra e, na adega, "incha a pança do tonel". A Bairrada entrou em Augusto Pires, com os seus encantos e as suas agruras: "Meio-dia, sol a pino,/ o sol em brasa de Agosto./ Nesta sombra até dá gosto/ o ar que corre, tão fino...// Meio dia, toca o sino.../ Pára a lida. Em cada rosto,/ uma sombra de desgosto/ ou fadiga, não atino...// Não bole folha nem ramo,/ vai o moço ao pé do amo,/ para o jantar que os seduz...// Neste solene momento,/ é na aldeia o casamento/ do Silêncio com a Luz".

Só António de Cértima emparceira com Augusto Pires nesta capacidade de exprimir a dimensão telúrica do homem bairradino. O fenómeno começa por se observar na própria poesia de matriz confessional, em que é o Poeta que se desnuda: "Eu ando a cavar a terra/ Dos campos da minha dor.../ Abaixo a enxada e não erra — Louvado seja o Senhor// Golpeio a leiva às fátias./ Surribo, manteio o chão,/ Abrindo seivas sombrias/ Nas veias do coração...". Só a quem nunca viveu na região pode passar despercebida a força semântica de expressões como mantear, surribar, golpear leivas. António de Cértima teve a consciência plena do que elas significavam e por isso se deu conta de que eram elas, melhor do que todas as imagens batidas, as que podiam traduzir as dores do seu calvário pessoal. A própria Primavera, símbolo do renovo e da alegria vital que dá esperança, é dada nestes termos: "Já chegou a Primavera;/ Vão as terras reflorir./ (Com as lágrimas — pudera! —/ Que eu nelas deixei cair".

Os trechos representados na Antologia da autoria de António de Cértima aparecem-nos fecundados por múltiplos veios de inspiração, não sendo o menor o que deriva de certas angústias metafísicas ou de certos fascínios de evasão simbolista, um tanto na moda, no seu tempo. Mas à Bairrada, no que ela tem de mais seu, não calhou quinhão menor nesse milagre de fecundação. Vale bem a pena ler o soneto que tem o título de "Ano das minhas uvas", uma belíssima composição de recorte simbolista onde o vinho dos cantares salomónicos é indistarfavelmente o que se pisa nos lagares bairradinos:

"Ó Sulamite! Sulamite!... — Amor,  
Assim tenho batido ao teu postigo,  
Subindo pela vinha do Senhor  
A procurar teu coração amigo!

Mas encontrei-te. E à hora do calor,  
Quando o sol grita nos metais do trigo,  
Mandaste-me subir, e, com ardor,  
Meu coração subiu também comigo!

Ergui as mãos morenas para a vinha  
E ali, sob o teu lado, caladinha,  
Deixei ficar oculta a minha mão...

Que eu seja sempre o teu vindimador!  
E sempre, como este Ano do Senhor,  
Eu seja o teu amado Salomão!"

Já viram que, na verdade, António de Cértima não é um poeta menor. É justo que dediquemos também alguma atenção à sua prosa. O texto que A. Mota recolheu para a antologia chama-se "Crime ao alvorecer". Desenvolve-se todo ele sem a menor quebra de ritmo, sem a menor vacilação de estilo, construindo uma intriga homogênea e de total perfeição. É assim que a ligação da personagem principal à terra é dada, no estilo terso do autor: "Era natural de Rosalindo, terrunho humilde, acocorada à beira de Água, entre filas ascéticas de choupos e de clivetes de vinha ubérrima, numa paisagem amolecida de paúl. O lar era pobre, chupado de penúria, mas o homem nem dava por isso, pois vinha de uma geração de grilhetas da gleba para quem as durezas da existência eram um dia-a-dia quase cómodo e bem vivido. O pão de farelo que sobre a escassa toalha aparecia às horas breves das refeições, era devorado com paladar, venerado com religiosismo. Lá fora, a fascinar os olhos, estendia-se o solo de leivas quentes, maternas, cujo amanho, embora áspero, facilitaria um alimento nobre à maneira primitiva, com um sabor a luta e seivas redolentes que o habitante sofisticado das grandes urbes nunca poderá fruir ou imaginar". É neste estilo que António de Cértima nos põe perante uma situação extrema de parricídio, uma original abordagem do complexo de Édipo que acontece porque o pai é o amante da mulher do filho. Dir-se-á que o escritor bairradino foi levado por um impulso doentio, sacrificando ao culto das doutrinas freudianas, então na moda. Mas eu não sei de autor português que tenha conseguido tratar com tanta compostura e realismo um tema como este. Nem conheço quem, com mais arte, tenha conseguido conjugar sob a mesma atmosfera, o elemento trágico e o lírico, a ardência da carne e o rude sentido da honra, a solitária grandeza do herói vingador e



a turmura paterna mais casta e mais íntegra. Que grande escritor é António de Cértima! Como foi possível que as instituições literárias do país o tivessem deixado cair assim no pó do esquecimento? Como é que a Bairrada não teve também o cuidado liminar de defender o valor deste seu filho?

4. É a altura de terminar. Com toda a isenção crítica procurei ver até onde ia a afirmação de Arsénio Mota de que afinal a Bairrada tem não só uma literatura como também na verdade está dentro da literatura. É um facto. A Bairrada está dentro da literatura.

Terminarei dizendo que a AJEB, com trabalhos como este e outros que já estão feitos, começa bem. Está no seu verdadeiro caminho, que é o de revelar os valores da região e de estimular os valores novos a que lhes sigam as pisadas. Se assim continuar, a Bairrada será com certeza uma região grande, uma região bela, uma região cheia de prestígio.

JOAQUIM CORREIA

\* Texto lido no III Encontro de Jornalistas e Escritores da Bairrada (AJEB), realizado em Oliveira do Bairro, em 29 de Setembro do ano corrente.

# Cândido Teles — "Pintor da Bairrada"

Já lá vão cinquenta anos de pintura!

Cândido Teles apresentava-se na pitoresca Costa Nova do Prado — bairro de pescadores por excelência, e, no verão, ocasional local de encontro de banhistas e veraneantes — num desafio à sua juventude e à sua capacidade criadora, mas também ao juízo público desse remoto ano de 39, como aquarelista.

Por esse tempo, Fausto Sampaio trabalhando a óleo, apresentava-se-lhe como o mestre, no amplo horizonte plástico, tecnicamente autónomo e fonte inesgotável de temáticas tão ricas quão diversas, onde a Natureza e o Homem tinham lugar de eleição. O "pintor do Império", porém, partindo para mais uma das suas viagens além-mar, deixava a Cândido Teles o seu próprio espaço, evoluindo também para o óleo, sem todavia deixar bem marcada, na sua paleta, a vertente aquarelista que trazia na alma. Diversas exposições da época testemunharam o seu amor à Ria, à Costa Nova e a Aveiro, nas quais os ambientes lagunares, as gentes e as fainas têm lugar de eleição.

## — pintor das campanhas africanas

Tendo optado pela "carreira das armas", Cândido Teles, como oficial do exército, teve ensejo de percorrer vastos espaços do império colonial — Açores, Angola, Madeira, Moçambique — em sucessivas missões. E, se não foi um "pintor do império" é porque este se desmornava naturalmente e o artista sentia-o. Aliás, dezenas de quadros seus, muitos deles guardados religiosamente, falam-nos da angústia das populações negras, dos dramas da guerrilha, passando sentimentos de nostalgia e de insegurança na obra da época, em geral marcada pelos tons verdes, do luxuriante ao verde negro, a que as matas do Maiombe (Cabinda) e as fainas do café imprimiram cunho específico. São documentos de intensa análise psicológica que colocam, lado a lado, o exemplar militar ao serviço do país e o cidadão culto,

consciente da nação em mudança.

## — no Alentejo, Évora

Pintar o Alentejo, no terceiro quartel do nosso século, foi simultaneamente moda e desafio, ainda que para outros tenha sido também mensagem. A Cândido Teles, colocado em Évora por opção militar, e marcado pelo cromatismo dos verdes-escuros africanos, o Alentejo tornou-se um verdadeiro desafio e veio a constituir mudança substancial na sua caminhada artística. A sua paleta foi confrontada com a aridez da terra vermelha, onde o restolho e o monte, o sobreiro e a manada são componentes de um irreal a que o artista tem de dar vida. Esta, porém, além-Tejo, tem a marca do calor, quente e seco, avermelhada do nascer ao pôr do sol. De onde em onde, lá surge um monte esbranquiçado ou a vila apinhada sobre a colina, com o seu casario meio branco meio rosa, de tão comida lhe anda a cor à força do sol. Vila maior na planura alentejana, Évora o cativou com amizade e aos seus encantos tem prestado homenagem mesmo depois da década de 60, quando artistas e agremiações culturais o tomaram entre si como "pintor do Alentejo".

Se útil foi o seu reencontro, aqui, com Júlio Resende, também o foram as experiências cerâmicas empreendidas, e de tudo ficou, na sua obra, este período, como dos mais proveitosos, pois um mundo remanescente emerge nela, de quando em quando, nas ruas e vielas, torres e campanários, cruzeiros e fontes... e sempre o alentejano e as actividades campestres como cenário de miragem onde Cândido Teles sentiu recompensada a sua capacidade criadora, face ao desafio em que se havia lançado.

## — a Ria, sempre a Ria

Apesar de nunca ter esquecido a terra-mãe (ilhavo), nem os temas com que se abalançara ao mérito artístico (a Costa Nova, os barcos da Ria, as fainas e as gentes ribeirinhas do litoral

aveirense) foi sobretudo a partir de 1977 (quando passou à reserva militar e fez do seu atelier no Arenal - lnhavo o seu "quartel") que lhes dedicou todo o entusiasmo e saber, ora temperados dos cambiantes verdes africanos, ora dos tons róseos claros da vivência alentejana. Gradualmente, porém, as neblinas densas do litoral foram-se tornando transparentes, suaves e mais acolhedoras, emergindo delas quadros do quotidiano, na pesca, na marinha, no esteiro, no areal ou no palheiro... e os barcos, o casarão, as vielas, fontanários e capelas; réis, proas e velas... enfim, um cortejo de gente simples e humilde, na luta do dia a dia, passa do palco da vida à glória da perpetuidade, como registo poético em memória de quantos, na sua simplicidade, contribuíram para o enriquecimento da região lagunar.

Com justiça lhe chamam "pintor da Ria" e, neste campo, ninguém ousa disputar-lhe a palma! O seu atelier tornou-se um repositório de milhares de apontamentos, desenhos, esboços, recolhas múltiplas, de um labor consecutivo em pesquisa de temas e técnicas, estas extravasando as tintas e pinceis para entrarem de forma positiva na escultura, na gravura e na decoração cerâmica.

É um período de ouro na obra de Cândido Teles, coroado com distinções públicas em torno dos seus "cinquenta anos de vida artística".

## — agora, a Bairrada

Particularmente na década de 80, Cândido Teles esteve várias vezes presente em exposições no Luso e em Águeda. A temática versou, em regra, a Ria de Aveiro. Mas a sua "costela" de Bairradino, quer pela via dos seus avós (lavradores na Bairrada) e de sua mãe (trabalhando na Casa de Montalvão, palacete de Ois do Bairro), quer pela sempre assumida admiração por Fausto Sampaio, foi inelutavelmente tocada com a entronização do artista como membro da Confraria dos Enófilos da Bairrada, naquele emérito santuário das Artes que é o Palace-Hotel do Buçaco.

A partir de então, Cândido Teles sentiu-se corresponsabilizado em contribuir para a valorização plástica da "região demarcada". Não na perspectiva de "homem dos vinhos", mas na componente cultural desse precioso elo das terras bairradinas, como que correndo ao apelo dos seus progenitores. Entre o passado e o presente, traça a rota da vinha e do vinho, desde o tempo da sua infância. Evoca árduas fainas que em cada estação obrigam as gentes, mas trata-as com dignidade, no respeito por quantos se lhes dedicam como fruto apetecido e valor primeiro da Região.

A Bairrada não demarca fronteiras, nem em tempo, nem em espaço, sabendo que a sua riqueza tanto pode estar na produção como nos circuitos comerciais nas vias de escoamento, nas novas técnicas de armazenagem... Pretende, isso sim, fundamentalmente aproximar um passado mais remoto de um presente que se esfuma na voragem do tempo e na permanente exigência de técnicas modernas.

São cerca de três dezenas de quadros (terão ficado a aguardar vez outros tantos?) que nos falam de actividades tradicionais captadas com sensibilidade ao ar livre como no interior e onde se movimentam figuras cheias de cor e de vida a lembrarem as grandes festas das vindimas ou as romarias da terra bairrada. Se Cândido Teles retoma, aqui, como novidade, os efeitos matéricos outrora tratados com mestria (as patines da vivência do Maiombe) continuando a explorar técnicas mistas que caracterizam a produção deste período, sem nunca perder a tendência para aquarelar o óleo, é evidente que o suporte do trabalho assenta numa clara facilidade de desenho que lhe permite captar as sutilezas da figuração humana, ajustada à tarefa que decorre.

Caracterizou a Bairrada? Não, certamente. Mas abriu uma brecha no "ciclo da vinha e do



vinho" que vem colmatar uma enorme lacuna cultural na Região. Talvez, por isso, seja já, o "pintor da Bairrada".

Outubro de 1990  
AMARO NEVES

## NOTAS BIOGRÁFICAS

António Cândido Patoilo Teles, nasceu em Ílhavo em 1921. Descende de uma família de ceramistas e pintores facto que despertou a sua vocação para as artes. Tem desenvolvido a sua actividade artística no campo da pintura, gravura e cerâmica. Pelo lado materno tem raízes na Bairrada, pois os seus avós foram lavradores em S. Lourenço do Bairro.

Na Costa Nova do Prado, em 1939, conhece, convive e trabalha com o pintor de Anadia Fausto Sampaio, o que determina o seu pendor para marinhistas. Faz a sua primeira exposição individual naquela praia aos dezoito anos.

Por força da sua profissão, vive e interpreta ambientes distintos: S. Miguel (Açores), Aveiro, Angola, Guiné, Madeira, Alentejo, Algarve, Moçambique, num intenso labor de mais de 50 anos, o que determina uma série de mutações nos aspectos técnico, temático e estético de que derivam diferentes períodos da sua pintura. Destacam-se os períodos do Alentejo, Angola e Moçambique.

No Alentejo, integra-se no ambiente árido e quente da charneca e no meio humano, reflectindo a pintura dessa época o drama das suas populações e o seu trabalho duro.

O ambiente fascinante das selvas do Maiombe (Cabin-da) faz nascer um período fecundo da sua pintura, em que o verde impera como fundo e meio envolvente da figuração humana, que trata com requintada sensibilidade.

Em Moçambique vive intensamente a guerra interpretando todo o dramatismo das suas consequências.

Faz decorações para os navios motores Si<sup>a</sup> Isabel, Madeirense, Funchalense e atuneiros Tuna Mar e Tuna Açores.

Exposições relevantes são as retrospectivas "30 Anos de Pintura" (1969), no Museu de Évora, "40 Anos de Pintura" (1979), no Museu de Aveiro e em 1988 no Museu Marítimo e Regional de Ílhavo em que reúne 264 obras só de pintura.

A sua obra é projectada em Espanha, sendo o artista integrado nas representações oficiais da S.E.I.T. nos anos de 1969 e 1971, respectivamente nas Bienais Internacionais de Madrid e Barcelona; em 1982 toma parte na Bienal de Ibiza.

É sócio fundador do Agrupamento Aveiro/Arte e presta colaboração artística na Arcimex Quatro — Aveiro.

A partir de 1979 dedica-se à prática da cerâmica artística, modelando, por encomenda da C.M. de Aveiro três painéis cerâmicos para a R. Clube dos Galitos e outro, por encomenda do Banco Totta & Açores — Aveiro.

Toma parte activa, como organizador e como elemento de júri, na preparação de Salões de pintura e cerâmica, acontecimentos de relevo.

Desde 1988 faz parte da Confraria dos Enófilos da Bairrada, pelo que tem desenvolvido a sua actividade artística na defesa dos temas bairradinos.

De forma muito segura, discreta e coerente foi construindo o seu "Currículo" e em 1985 é condecorado pelo Chefe do Estado com o grau de Oficial da Ordem de Santiago da Espada, por mérito artístico. Em 1988 é condecorado com a Medalha de Mérito Cultural da Câmara Municipal de Ílhavo.

# Fausto Sampaio

A três anos do centenário do nascimento do pintor Fausto Sampaio, um acto de reconhecimento se impõe: recordar o que representou para mim o encontro com o prestigioso artista, testemunho este que pode ser uma achega para os seus biógrafos, quando ocorrer o centenário, em 1993.

Nos anos de 1937 e 1938, pintava eu na Costa Nova do Prado as minhas primeiras aquarelas e os primeiros óleos, directamente da natureza, com os ensinamentos de meu pai, Amadeu Teles, que foi toda a sua vida um pintor regionalista, embora modesto.

Em 1939, Fausto Sampaio estava na Costa Nova do Prado recolhendo motivos para os seus quadros de temas ligados ao casario, artes da xávega e figura humana local.

Mesmo sem conhecer pessoalmente o artista, eu sempre o procurava no local de trabalho: no Sul da praia, no Bairro piscatório, na Lomba focando os velhos palheiros ou na beira-mar trabalhando os temas ligados à pesca.

Exercia sobre mim grande fascínio, em particular, o aspecto técnico da sua pintura: por um lado, a liberdade de emprego dos meios que escolhera, lançando na tela as tintas em manchas espessas e com grande desenvoltura; por outro, o colorido obtido em requintes de iluminação, de acordo com a hora do dia.

F. Sampaio, segundo testemunho do pintor e crítico de arte Mário de Oliveira, "não era um pintor de receitas... antes um pintor terrivelmente emocional, que soube interpretar os ambientes inspiradores com o pulsar dos estados emocionais, entregando-se em absoluto e com a maior sinceridade à pintura. Assim, na hora da execução, havia uma total integração entre o artista e o ambiente inspirador."

Pouco a pouco me fui identificando com o modo como F. Sampaio abordava o complexo problema da composição do quadro e o solucionava tecnicamente.

Dele recebi o pendor para o tratamento dos

# — Um Encontro Fascinante

temas de marinha, que ele trabalhava com mestria ou não fora F. Sampaio apelidado de "artista das neblinas e das delicadas e suaves transparências cromáticas".

Nasceu em mim um desejo ardente de conhecer e conviver com o artista. Manifestei tal desejo a meu pai, que através do Prof. Manuel Craveiro, perguntou a Fausto Sampaio se estava disposto a guiar-me e dar-me ensinamentos no meu trabalho de debutante na arte.

Exultante, tomei conhecimento de que o artista se dispunha a transmitir-me o seu saber e experiência de trabalho, para eu prosseguir a minha aprendizagem. Logo no dia da apresentação, ocorreu a primeira lição, em que F. Sampaio me corrigiu algumas aguarelas que tinha produzido em anos anteriores, incidindo os ensinamentos nos aspectos valorativos do colorido.

De posse do meu cavalete e da minha caixa de tintas (que o meu tio Silvério Teles, também pintor, me oferecera) comuniquei a F. Sampaio que estava pronto a acompanhá-lo e começar a trabalhar.

E para mim foi a grande revelação da personalidade do Mestre. Nada me escondia sobre a sua arte: todos os preceitos estéticos da composição do quadro, todos os preciosismos na obtenção dos diversos tons e todas as sutilezas do manuseamento da espátula e do pincel.

Fausto Sampaio, porém, era severo mas justo nas suas apreciações e comentários, nunca constringindo o discípulo.

Era grande a sua generosidade. Em 1947 cedeu-me a marcação para a realização duma exposição no Salão Silva Porto, conceituado local de exposições de arte.

Passados estes anos continua ainda o fascínio que sofri quando era seu discípulo.

Dotado de extraordinária capacidade de percepção dos ambientes, F. Sampaio é para mim um colorista exímio nos temas paisagísticos, na prática da marinha e na figura humana. De

resto, foi o maior intérprete da temática ultramarina. Segundo opinião de F. Pamplona foi "verdadeiro pintor do Império", fixando com a sua apurada técnica de espátula e notável sentido de cor, paisagens e tipos exóticos muito característicos dos locais percorridos.

A sua morte surpreendeu-o em 4 de Abril de 1956, na pujança da sua produção e na qualidade da sua Obra.

Em 1969, como profundo reconhecimento e elevado apreço pelo que para mim representou Fausto Sampaio, dediquei-lhe a minha exposição retrospectiva "30 Anos de Pintura", realizada no Museu de Évora.

Aqui deixo este modesto testemunho para que dentro da política cultural, os responsáveis da Nação, em ligação com os países de expressão portuguesa, promovam uma grande exposição, em que se reuna também a obra que ficou naqueles países.

## DADOS BIOGRÁFICOS

*Fausto Sampaio, filho do Dr. José Sampaio e de D. Maria do Carmo Sampaio, nasceu em Alfêloas, Anadia, a 4 de Abril de 1893.*

*Iniciou a sua actividade artística como pintor em 1912.*

*Em 1926 foi estudar para Paris, frequentando a Academia Julien, sob a direcção de Laurens. Em 1927 voltou a Paris, matriculando-se na Academia Renard, dirigida pelo mestre Emile Renard que frequentou, com intermitências, até 1930. De volta a Paris em 1934, passou a frequentar a Academia "La Grande Chaumière".*

*Nos anos de 1928 e 1929 concorreu ao "Salon", onde a admissão era a maior ambição dos artistas da então chamada escola de Paris, tendo sido admitidos os seus trabalhos por unanimidade.*

*Em 1929 fez uma exposição individual em Lisboa, no antigo Salão Bobone, tendo notável*

êxito, sendo adquiridos 89 quadros apresentados.

Fixou-se em Anadia, onde mantém o seu atelier, em paralelo com o de Lisboa na R. António Augusto de Aguiar, dedicando-se à procura de motivos da Ria de Aveiro e outros lugares de interesse do Distrito.

A partir de 1934, F. Sampaio na procura de novos motivos, embarcou para as províncias ultramarinas:

Esteve em S. Tomé em 1934 onde produziu uma obra notável.

Em 1936/ 37 esteve no extremo oriente, percorrendo Macau, Timor e uma parte das ilhas da Indonésia, Indochina, Singapura, Hong Kong, Filipinas, etc., fixando as personagens, a etnografia e a paisagem dos locais percorridos, tratando mais demoradamente Macau e Timor.

Em 1944 visitou a Índia fixando em quadros fiéis e expressivos com todo o exotismo local Goa, Dradá, Nagar-Aveli, Damão e Diu.

Mais tarde, em 1946 foi à África do Sul e a Moçambique, expondo em Johannesburg e em Lourenço Marques.

De S. Tomé destaca-se o quadro "O batuque", tela de grandes dimensões, notável pelo ambiente de colorido, extraordinário movimento e expressionismo das figuras.

De Macau destaca-se a obra "Vista do Porto Interior", pelas transparências atmosféricas e típicas embarcações. As suas figuras exóticas de Macau tal como "Fumador de Ópio" e os seus temas de interiores são interpretações muito relevantes.

O seu portuguesismo exemplar levou-o a pintar nas paragens do extremo oriente somente os locais e monumentos que perpetuam a passagem dos portugueses.

Na Exposição do Mundo Português, grande parte da sua obra foi exposta nos pavilhões das diferentes províncias ultramarinas.

Era membro da Sociedade Nacional das Belas Artes — Lisboa e de Sociedades estrangeiras. Era também membro honorário do Instituto Vasco da Gama de Goa.

Fausto Sampaio morreu em Lisboa em 4 de Abril de 1956.

Em 1973, o então Ministério do Ultramar, através da sua Agência Geral, numa política de valorização cultural, levou a efeito, em Lisboa,

uma exposição retrospectiva da obra de Fausto Sampaio, em que foi reunido um grande número de trabalhos que o artista executou em S. Tomé, Macau, Índia e Timor, que são documentos valiosos que ficam a atestar o intérprete notável que foi F. Sampaio de muitas terras do Ultramar, e constitui um repositório histórico e etnográfico impar, que está salvaguardado pois foi adquirido, na sua maior parte, para as colecções do Estado.

Fausto Sampaio está representado nas colecções do Estado e nos seguintes museus: Museu Nacional de Arte Contemporânea — Lisboa; Museu Nacional de Machado de Castro — Coimbra; Museu Soares dos Reis — Porto; Museu José Malhoa — Caldas da Rainha; Museu Santos Rocha — Figueira da Foz; Museu de Goa, de Aveiro; Marítimo e Regional de Ilhavo, Avanca, Caramulo. Está ainda representado nas Câmaras municipais de Anadia e de Lourenço Marques.

Além das obras já referidas são muito conhecidas as seguintes: Cristo, Tancareiras — Macau; Volta da Romaria — Anadia; Indígenas que vão esperar o Governador — Timor; Sari vermelho — Goa; Noiva — Goa; Fruta da Terra — S. Tomé; Tipo de Nativas — S. Tomé; Régulo Coronel D. Aleixo — Timor; O velho Pescador — Macau; Leon — Sol-Teng; O Curandeiro — Macau; Sala de Jogo Fantan — Macau; Fumatório de Ópio — Macau; Pescadores, Peixeiras, Redes à vista — Costa Nova do Prado, etc.

Das exposições que realizou destacam-se:

Exposições individuais: Lisboa (entre 1930 e 1954) e a retrospectiva em 1973; Porto (entre 1951 a 1955); Coimbra (1934); Johannesburg (1947).

Exposições colectivas: S.N.B.A. (1932) e outras de 1940 a 1955), Lisboa (1934), Porto (1956), Coimbra (1932), Lourenço Marques (1956), Vila Franca de Xira (1955) e as já referidas em Paris (1928 e 1929).

Obteve os seguintes prémios:

Menção Honrosa na S.N.B.A. em 1932; 3º Prémio na S.N.B.A. em 1940; 2º Prémio na S.N.B.A. em 1943.

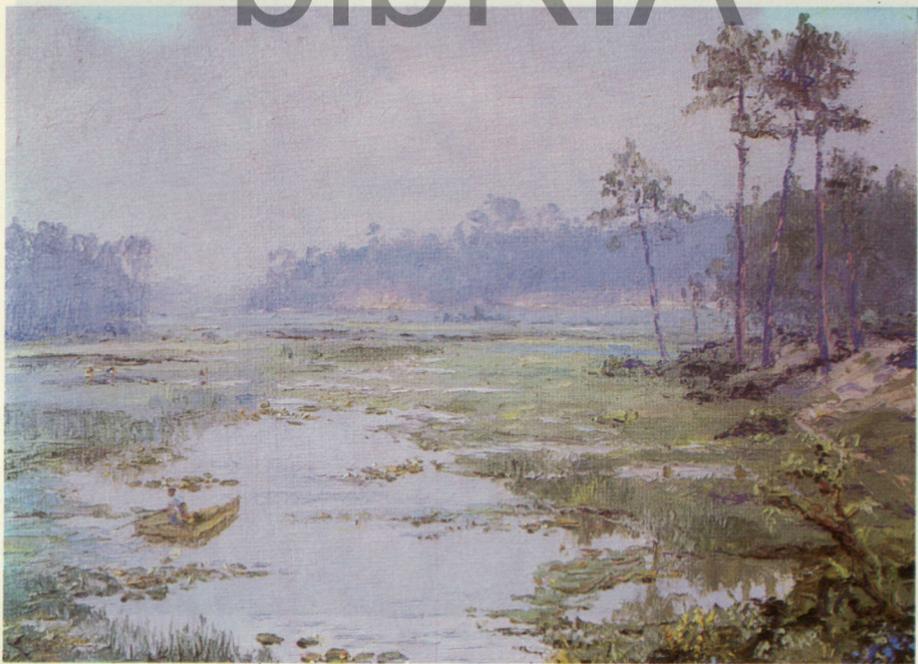
CÂNDIDO TELES



Auto-retrato-óleo s/ tela



DIDRIA





# PIORRIA

Volta da Romaria—óleo s/ tela (113X 190)—1947

**Página ao lado, em cima:**

Cantar para viver—óleo s/ tela (47X61)—1948

**Página ao lado, em baixo:**

Pateira de Fermentelos—óleo s/ tela (65X90)—s/data

## Rótulos — peças a preservar

Publicam-se, neste boletim, mais alguns rótulos. É que, "as artes e as ciências vitivinícolas, a par com a gastronomia da região, correm mundo na forma de pequenos rectângulos de papel, aproveitados por artistas para neles exprimirem o cunho da sua actividade criadora, constituindo então autênticas obras de arte, apreciadas e guardadas religiosamente por coleccionadores, enófilos, críticos de arte, etc. É a lei do mercado que o exige.

E se nem sempre alcançam esta dimensão, são sem dúvida uma imagem de marca da região do produto que publicam. Por isso, aos rótulos está desde já reservado um lugar de destaque no futuro Museu do Vinho (agora mais próximo), como peças a que a História acabará por dedicar a devida atenção.

Estes exemplares, resposta de algumas caves à nossa solicitação, são mais um pequeno contributo para o repensar desta temática, fracção relevante de um todo que importa defender: a Região Demarcada da Bairrada. Que a mensagem dê frutos...

# bibRIA



VINHO ESPUMANTE NATURAL

MÉTODO CHAMPANHÊS



*Quinta do Casal de Frades*

PRODUTOR ENGARRAFADOR

HENRIQUE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

OURENTA - CANTANHEDE

75 cl

Produto de Portugal PRODUCE OF PORTUGAL

12% vol

bibRIA

VINHO ESPUMANTE NATURAL

Método



Champanhês

**ALTOVISIO**

**SUPER RESERVA**

CAVES ALTOVISIO

750 ml

FOGUEIRA - ANADIA  
PRODUCE OF PORTUGAL

115% vol

VINHO ESPUMANTE NATURAL

*Vice Rei*

750 ml  
MÉTODO



11,5% vol.  
CHAMPANHÉS  
RESERVA

*Cavos Vice-Rei*

SOC VINHOS VICE-REI, S. A.

ANADIA-PORTUGAL

PRODUCE OF PORTUGAL

bibRIA



750 ml  
11,5% vol.

VINHO ESPUMANTE NATURAL

MÉTODO CHAMPANHÊS

*Caves São João*

*Sociedade dos Vinhos Amigos Unidos, Lda*

FUNDADA EM 1920

SÃO JOÃO DE ANADIA  
PRODUCE OF PORTUGAL

COLHEITA DE 1983  
SI  
**BRUTO**  
SPARKLING WINE

bibRIA



15L

12% vol.



*São Domingos*

VINHO ESPUMANTE NATURAL  
MÉTODO CLÁSSICO

ELPÍDIO

CAVES DO SOLAR DE SÃO DOMINGOS, S.A. — ANADIA · PRODUCE OF PORTUGAL

bibRIA

750 ml  
11,5% vol.



PRIMEIRA RESERVA

VINHO ESPUMANTE NATURAL

CAVES S<sup>o</sup> JOÃO

SOCIEDADE DOS VINHOS IRMÃOS UNIDOS, LDA.  
FUNDADA EM 1920

MÉTODO CHAMPANHÉS  
SPARKLING WINE

SÃO JOÃO DE ANADIA  
PRODUCE OF PORTUGAL

# Para um Estudo da "Casa Portuguesa" na Bairrada

De Ventura Terra e Raúl Lino a Cipriano Rodrigues Maia

*Existem em geral, no património arquitectónico dos povos, obras de raízes diferentes mas que até certo ponto se completam e influenciam. Os grandes estilos eruditos ganharam, frequentemente, aqui e além, expressões locais, resultantes de uma adaptação às condições particulares das regiões diferenciadas. E as feições populares enobrecem-se, por vezes, com a apropriação de elementos ou ensinamentos das arquitecturas eruditas, muito embora essa apropriação as tenha desvirtuado, com alguma frequência.*

*Não são muitos os estudiosos que se têm ocupado da Arquitectura no nosso país. Haupt e Watson analisaram alguns dos edifícios mais representativos das suas feições eruditas, e outros autores contemporâneos alargaram já esses estudos. A bibliografia sobre a Arquitectura portuguesa tem-se enriquecido gradualmente, embora sem atingir grande culto.*

*Mas, no que se refere à Arquitectura popular, não erudita, aos seus fundamentos, relações e particularidades, muito pouco se observou ou escreveu. O caso, aliás, não tem tanto de desprimoroso como poderia supor-se, pois o fenómeno da Arquitectura popular e regional só há poucas décadas começou a interessar vivamente os estudiosos e a ser encarado com olhos limpos de preconceitos estilísticos, que lhe diminuam o significado e a importância.*

Arquitectura Popular em Portugal, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa 1988, 3ª ed.

— Nas primeiras décadas do século XX persistem em Portugal soluções arquitectónicas de feição oitocentista, dentre as quais sobrepõe o gosto historicista, que se traduziu em diferentes versões, como o neo-romântico (Marques da Silva, habitação própria, Porto), o neomanuelino (José Luis Monteiro), o neomoderno (Raúl Lino), o neo-renascimento (tribunal de Coimbra) ou o neobarroco (Ventura Terra, Branco Lisboa & Atores, Lisboa), em quase todo o País, quer em reconstituições estilisticamente independentes quer fazendo convergir várias correntes de gosto na mesma peça (Raúl Lino, Casa José Relvas, Alparça, 1904/6). Surge também, na época, a intenção de definir a "casa portuguesa", programa desenvolvido longamente em textos (livros, imprensa periódica) e em arquitectura construída por Raúl Lino.

Essa linguagem, que se mantém ainda até fins da década de 1930 com apreciável força, vai concorrer, porém, com algumas tentativas de renovação saídas do movimento da arte nova (e suas variantes), que quase exclusivamente se confinam ao plano formal (Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro) e que, portanto, na maioria dos casos, acusam um alheamento relativamente ao domínio das concepções estruturais ou da composição. Todavia, é por essa altura (c. 1905-15) que começa a divulgar-se no País o emprego do betão armado. Aparecido, em fins do século XIX (Lisboa, Caramulo), ao nível de acidentes ornamentais e também, simulando a pedra em órgãos funcionais (degraus, balaustrades, peitoris), os exemplos de mais amplo interesse estrutural só então se difundem, através do sector da arquitectura industrial (fábricas, silos, depósitos de água, cocheiras de carruagens e pontes, em Lisboa, no Entroncamento, em Penacova, em Mirandela, etc).

Jorge H. Pais da Silva, Páginas de História de Arte, vol. II - Estudos e Ensaios, imp. Universitária, pág. 167

Não foi fácil, melhor não foi pacífica, — e muito menos o é hoje — a delimitação de barreiras geográficas para o espaço comumente considerado Bairrada. E não o foi — não o é — porque os principais intervenientes nessa acção política procuraram, acima de tudo, defini-la — "demarcá-la" — na base dos territórios que geravam e geram qualidade vitivinícola, isto é, em função de critérios e objectivos fundamentalmente económicos.

Assim sendo, tiveram naturalmente a tarefa um tanto facilitada, partindo das referências pombalinas, em relação ao vinho e das pesquisas oitocentistas do emérito cientista que foi o Prof. Dr. António Augusto de Aguiar que já havia classificado, em 1867, o "país vinhateiro da Bairrada", para o qual esboçou os contornos geográficos. Curiosamente, porém, admite-se, nesta classificação, que a Bairrada é mais do que o território vinhateiro. E como tal deverá ser olhado este espaço, num diálogo alargado que se

estenda a nascente até aos "espinhaços" do Buçaco/Caramulo, à bacia mondegana a sul, como à do Vouga, a norte, com o litoral até à Boa-Viagem a fechar-lhe o sol poente. Assim o viram muitos da poesia (1) à etnografia, da economia à vida cultural, da política à religião.

Diálogo, pois, em permanente debate, sem pôr em causa aquilo que se entende como o coração da Bairrada — esse, sim, dominado pela força económica e cultural do vinho da região. Desta forma, por exemplo, como zona aberta e consequentemente corredor e cruzamento de vias, melhor se explicariam no folclore, no viver e no ser, estas comunidades que outrora tiveram — e têm — em si, traços característicos das terras da Feira, das encostas Caramulanas (com sabor aos costumes da Beira), com pitadas do litoral marítimo aveirense (ou da Ria?) como das toadas coimbrãs, da velha capital religiosa do Portugal centro. Todavia, "Cruzeiros de templete"

que os há tão bonitos nas terras bairradinas e poderiam caracterizar-lhes a vivência espiritual, alguns, poucos, vão, para norte, além Vouga, como raros são para a Gândara. Não serão também eles, essa consciência religiosa regional?

A "pedra-alva", ou "pedra de Ançã", de Cantanhede, ou de Outil..., saída do coração da Bairrada, bem como a cal, não foram elas as principais responsáveis pelas construções das vilas ribeirinhas de Esgueira, Aveiro, Verdemilho, lihavo, Vagos, Sôza... num aproveitamento lógico dos recursos económicos à mão? Se o problema se pusesse para os "barros", são excelentes os do Vale do Cértima até à bacia do Vouga; mesmo o vinho, como pensar numa região demarcada sem equacionar a principal porta de escoamento, por séculos — o porto de Aveiro — para onde convergiam Cértima/Águeda/Vouga, e mesmo o rio Boco? Claro que o escoamento não era só de vinho, de pedra, de minério... havia também o azeite, o pão, a madeira, o carvão, as peles, a grã, as frutas, etc, etc, (como, ao invés pelas mesmas vias, produtos entrados na Barra, do mar e da ria).

Importaria pensar que, até ao fecho da barra de Aveiro, pela 2ª metade do século XVII, uma realidade bem diferente e plena de desenvolvimento se vivia neste espaço do Vouga ao Buçaco, totalmente alterada, depois, até que, de novo, o fluxo das águas veio revitalizar (de 1808 em diante) os portos aveirenses. Antes, como depois dessa desventura da natureza, quase toda a região bairradina convergia — como converge — para este centro vital de exportação.

E o século XIX, apesar de todas as turbulências que o caracterizaram, veio consagrar em absoluto o papel privilegiado, no panorama nacional, da força económica e política da Bacia do Vouga e, naturalmente, dos eixos rodoviários e ferroviários que a interligavam, com os centros fundamentais do País. A Bairrada foi crescendo beneficiando desta situação e, muito em especial, entre dois pólos, Aveiro e Coimbra, enriquecendo com os seus tradicionais filões entesourados — a pedra e o barro, os minérios e as águas — enquanto o vinho emerge entre os produtos que da terra podem germinar, ele que, consagrado na política vinhateira dos finais de Seiscentos, e reforçado o seu poder com a acção pombalina, entrou, em glória, nos anais da economia nacional, beneficiando da política fontista das vias de comunicação.

Já, então, os cordelinhos da vida política passavam por terras aveirenses e bairradinas, ora sob os "fogos" de José Estêvão, Mendes Leite, o Pinto Basto (Vista Alegre), Castro Matoso e José Luciano de Castro, da "Casa" da Oliveirinha e outros, em Aveiro; ora, este último — José Luciano de Castro (1834-1914), várias vezes Presidente de Conselho de Ministros, "o homem que mais permanentemente dominou a política Portuguesa nos últimos trinta anos da Monarquia" (2) - que sendo natural da Oliveirinha veio a casar em Anadia e por aqui fez passar, muitas vezes, as decisões nacionais, ou o Visconde de Seabra (1798-1895) que foi Ministro da Justiça e Reitor da Universidade, com casa em

Mogofres — "um dos mais ilustres juristas da história portuguesa" (3) ou, Emídio Navarro (deputado, Ministro das Obras Públicas, jornalista e embaixador) a quem, sobretudo, o Luso/Buçaco muito ficaram a dever, e tantos outros de entre os quais se podem citar membros da nobreza fundiária e do alto clero, mais identificados com as casas da Graciosa, de Montalvo, dos Cerveiras (Aguiar e Mogofres), de Valdeiro, de Águeda e da Borralha... apoiados, por um forte contingente de proprietários "vinhateiros", e tantos "brasileiros" do torna-viagem, como burgueses ligados aos interesses coloniais e às indústrias nascentes: extracção mineira, hotelaria, ferragens, cerâmica, etc.

O "rotativismo" foi permitindo que estes novos "barões", viscondes e conselheiros se constituíssem em grupos de apoio para a caça ao voto, mas também suportes de pressões regionais no que, naturalmente, importava dar sólida imagem de força económica, mais fácil de testemunhar na habitação do que na participação política e social. Daí que, não tendo "casa" de dignidade, por herança de antepassados, muitos destes novos senhores apostassem na construção da "casa de família", moderna e ampla, exuberante, por vezes, sem deixar dúvidas a ninguém da capacidade da bolsa que a mandou fazer. Seria uma forma de afirmação, entre muitas.

Por vezes, foi mais o aparato (e não tanto o conforto e a sólida construção) que funcionou como objectivo fundamental. Em todo o caso, porém, ricas vivendas e quintas se levantaram na viragem do século, algumas denotando clara influência dos manuais de arquitectura da escola parisiense, outras ao gosto brasileiro, mais identificados com as raízes lusas. Além disso, arquitectos havia mais tradicionalistas que, ainda na viragem para Novecentos, defendiam com entusiasmo as vertentes revivistas tanto de carácter gótico como românico, muçulmano ou manuelino (como exemplo, bem representativo do melhor que nos ficou desta vertente a nível nacional, está na Bairrada esse emérito santuário das artes que é o Palácio do Buçaco).

Esta variedade de influências não era — longe disso — uma questão regional. Era antes, um sério problema nacional, mais evidente, sem dúvida, a nível dos grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, o qual veio gerar compreensivelmente grandes polémicas entre urbanistas e arquitectos da época. Registe-se, por exemplo, que o *Prémio Valmor*, embora instituído em 1898, para "ser anualmente dado em duas partes iguais ao proprietário e ao arquitecto do mais belo prédio ou casa edificados" (4) em Lisboa, só veio a ser aprovado na Câmara em 21 de Janeiro de 1903, após amplas discussões, pois contemplava em espírito obras apenas de índole clássica (note-se que, até à morte do arq<sup>te</sup> Ventura Terra, em 1919, este foi por diversas vezes galardoado com o prémio, enquanto Raúl Lino, por contrariar o "classicismo", nunca o recebeu, até então). Já, entretanto, era bem notado o que acontecia pelas zonas do Estoril e Cascais "onde a velha nobreza e a nova burguesia mediam forças do seu poderio económico numa impressionante série

dos mais variados tipos de habitação apalaçada" (5) como também se verificava pela Foz, Miramar, Espinho, ou mesmo na Póvoa do Varzim, uma espécie de "estorils" à volta do Porto. Isto é, fervilhavam as zonas "chiques" do final de Oitocentos e primeiros anos do nosso século ao sabor de novas correntes, beneficiando de um período de equilíbrio económico que caracterizou a Europa, como também de uma política de fomento industrial, em resultado da acção fontista. (E, neste aspecto, lembremos os anos de ouro do Caminho de Ferro, com a Bairrada a ser atravessada em várias direcções e o centro ferroviário da Pampilhosa, a escassos dias de viagem das capitais europeias).

As intervenções de maior fôlego, na época, a nível da arquitectura domiciliária, foram, indiscutivelmente, as que couberam a Ventura Terra e Raúl Lino. Aquele, de forte influência francesa, dirigiu as grandes obras de recuperação do velho convento beneditino que transformou em Palácio de S. Bento e, entre muitas outras intervenções de grande qualidade, projectou a fachada do Banco de Lisboa e Açores (1906) na baixa pombalina "a mais imponente fachada da Baixa, com colunas, varandas, rotundas sobre mísulas enconchadas, cabeças de leão — fachada luxuosa mas elegante, definida com nobreza dentro dum padrão francês" (6). Acima de tudo, é a imagem de força, de solidez, que transpira nesta obra. E muitas outras produziu de boa qualidade, na linha da inspiração "clássica-francesa", até à sua morte, admirado no panorama da arquitectura nacional.

Foi nesse contexto que Raúl Lino, profundo conhecedor dos principais centros europeus e consecutivamente em viagens pela Europa e Norte de África, em pesquisas permanentes e contactos com as correntes mais avançadas da arquitectura internacional, se assumiu como "um arquitecto ímpar no panorama da arquitectura da carneira do século em Portugal". (7)

Detentor de uma vasta cultura e experiência adquirida com alguns dos mais célebres arquitectos internacionais da época, não se absteve de criticar violentamente a arquitectura que então se fazia em Portugal como "uma verdadeira mascarada", (8) afirmando-se preocupado em "restabelecer a perdida harmonia da nossa arquitectura". Naturalmente, visava, também, os caminhos seguidos por Ventura Terra. Surgem com ele e outros seus seguidores, a partir daqui, os primeiros exemplos da designada "casa portuguesa" que os seus adversários hão-de designar com ironia, pelo estilo "português suave". Recusando os cânones classicistas e, até, revivelistas, como aliás, a própria arte-nova, Raúl Lino enveredou, nas suas constantes viagens pelo Alentejo e um pouco pelo interior do País, cada vez mais, na pesquisa de um estilo que traduzisse a alma nacional. E com efeito, tendo-se tornado o grande teorizador da "casa portuguesa" como escreveu Ramalho Ortigão a este respeito, nenhuma outra obra foi tão "simplesmente, locatamente, saudosamente, poeticamente, portuguesa, um pouco tocada de árabe, como também o é a nossa tradição, a nossa história, a nossa vida rural, a nossa lavoura, a nossa arte, a

nossa língua, o nosso sangue, todo o nosso ser". (9) De facto, em cada proposta que apresenta, há sempre a preocupação de fazer habitação que dê comodidade a quem a usa, no respeito pelo espaço em que se implanta. Muitas vezes, parece que as propostas esquecem ou ignoram as casas vizinhas, as ruas com que confinam. O objetivo não é criar o isolamento, mas, sim, preservar a vida e unidade familiar, dando-lhe o maior recato.

Se a proposta de Raúl Lino ganhou fôlego e seguidores de mérito na arquitectura portuguesa, a verdade é que, com o andar do tempo, veio a ser entendida como o "último surto do romantismo", na expressão do próprio Raúl Lino e tratado por muitos que não tinham nem a formação cultural do grande arquitecto, nem a capacidade criadora, o projecto da "casa portuguesa", em geral "acabou por cansar e esquecer com a perda de velocidade da própria geração que o propusera — e degradar-se-ia, pelos anos fora", (10) apesar dos esforços críticos e dos constantes apelos ao trabalho sério na construção da "casa portuguesa" que o grande arquitecto desenvolveu em múltiplas publicações sobretudo em *A Nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933).

Refira-se que Raúl Lino que tanto revolucionou o panorama da habitação nacional, com especial relevo na procura de uma identidade cultural cujas raízes assentavam na reminiscência muçulmana e na tradição agrícola, ajustando os projectos ao espaço envolvente e criando ambientes de feição campestre, romântica e confortável, tinha nascido em 1879 (Ventura Terra nascera em 1866) já intervinha com polémica, mas com qualidade, nos anos de viragem do século (como o fez, por exemplo, com o projecto de pavilhão para a Exposição de Paris, em 1900) e veio a desempenhar lugares da maior projecção na área dos seus estudos, em particular após 1940 (faleceu em 1974). Teve que enfrentar — e fê-lo sempre com coragem — os grandes combates da arquitectura nacional, defendendo sempre uma arquitectura de raízes portuguesas, contra a habitação "importada".

Foram muitos os seguidores de Raúl Lino, na primeira metade do século XX, como não faltam ainda hoje os tenazes defensores dos princípios que enformaram a "casa portuguesa". Mas o período de glória na confecção de habitações e prédios em estilo "português suave", foi o que se entendeu, após o triunfo da República e com a 1ª Guerra Mundial, até à crise que antecedeu a 2ª. Aquentou-se com vigor enquanto a "arte-nova" se esbatia e espalhou-se um pouco por todo o Portugal, com excelentes exemplares, muitos deles assinados por arquitectos e construtores regionais.

Não pretendendo identificar os discípulos de Raúl Lino, nem sequer para o espaço bairradino onde ainda se conservam alguns bons projectos, um verdadeiro "arquitecto" importa desde já lembrar, pela projecção alcançada, muito para além das fronteiras regionais, com indicações de diversas fontes orais a garantirem que trabalhou na equipa de Ventura Terra (em projectos de Lisboa — caso do Banco de Lisboa e Açores).

## Cipriano Rodrigues Maia — "O arquitecto"

Sobre a vida e obra de Cipriano Rodrigues Maia, consideramos escassos e, por vezes imprecisos os dados conseguidos, insuficientes mesmo para estabelecer um ritmo claro da sua evolução artística e até do seu posicionamento social. Certas, sem dúvida, são as referências constantes na certidão de nascimento, onde se lê por registo do pároco, que a 28 do mês de Maio de 1876, "n' esta igreja Parochial de S. Pedro D'Avellans de Cima, conselho de Anadia Diocese d'Aveiro", recebeu os *santos óleos* do baptismo "um indivíduo do sexo masculino, a quem dei o nome de Cypriano e que nasceu (...) pelas seis



Casa de Cipriano Maia - Avelãs de Cima

horas da tarde do dia dezoito do dito mez e anno, filho legítimo primeiro do nome d' António Rodrigues Maia, trabalhador, e de Maria Joaquina, trabalhadora, ambos naturais do dito lugar d' Avellans de Cima (...) neto paterno de Joaquim Rodrigues Maia e Maria Dias Leitoa, e materno de João Martins Cardoso e Joaquina Maria das Neves, todos naturais do mesmo lugar d' Avellans de Cima". (11)

Quanto aos anos de juventude, sua educação, desventuras ou venturas, mestres que lhe possam ter apoiado a vocação, contactos, ambiente familiar, viagens, etc, existem muitas lacunas e impressões, pois, das pessoas de família mais próximas, apenas um seu filho, António Oliveira Maia (n. 12.03.1914), refere, sem data nem itinerários bem definidos, que o pai já em criança manifestava dotes excepcionais

e fez uma mobília completa de sala para a casa dos progenitores, apreciada pelo talento e tenacidade nela evidenciados. Saiu para o Brasil com a idade de 14 anos e ali, no Rio de Janeiro (?), terá frequentado uma escola de Artes e Ofícios (?), onde concluiu estudos. Não se sabe, ao certo, quando regressou a Portugal, mas tudo leva a crer que se tenha iniciado na confecção de obras de arquitectura, no Brasil.

E faz lógica a sua integração na equipa de Ventura Terra e em vários projectos da sua autoria, talvez mais como "mestre de obras", quanto a nós, entre os primeiros anos de 900, até pouco depois da implantação da República (as suas convicções monárquicas ter-lhe-ão criado algumas dificuldades no ambiente republicano de Lisboa).

Escasseiam, porém, os marcos de movimentação, como a participação nesses grandes projectos. De qualquer forma, teve contactos com os nomes mais notáveis da arquitectura portuguesa, nesses primeiros anos do século XX. Ainda, então, se devia movimentar à vontade, sem o peso dos compromissos sociais, pois que casou relativamente tarde. Com efeito, é o que consta, averbado ao lado da certidão de nascimento. "Casou catolicamente com Maria Rodrigues de Oliveira, em 24 de Março de 1906, na freguesia de Avelãs de Cima, concelho de Anadia".

Por esta altura, cremos que o seu nome, como construtor, mas também, por certo, como entalhador, já deveria merecer confiança regional. De facto, no lugar da Cerca, desta mesma freguesia, ergueu-se uma capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento, "construção harmoniosa" (12) que diz na fronteira "architectada e dirigida / por / Cypriano Roiz Maia / 1911". O que, certamente, atendendo às proporções da capela, de boa estrutura, sóbria nas suas linhas gerais e de airoso fachada, bem ainda a denotar influências de pendor neoclássico, nos leva a concluir que a construção lhe deve ter sido entregue por se lhe conhecerem outras obras produzidas ou, melhor, architectadas. No interior, é sobretudo o trabalho de marcenaria que justifica a visita, onde o púlpito se destaca como peça de excelente confecção. Tudo é obra do entalhador Cipriano Maia, autêntico "cartão de visitas" para a arquitectura regional (admitimos que tenha sido também ele a projectar a capela da Moita). Importa, porém, não perder de vista, que Cipriano Maia — conforme nos foi garantido por seu filho já referido — era convictamente monárquico. Assim sendo, a República, por um lado, criou-lhe dificuldades na sua movimentação em Lisboa e a vida familiar, por sua vez, chamava-o para a terra natal. Acresce que Cipriano Maia sempre cultivou as melhores relações com a família da "Casa da Graciosa" (Famalicão-Anadia) de forte cunho senhorial, naturalmente defensora do sistema monárquico. Com ela e sobretudo com a Sra. condessa, D. Maria Joana, abriram-se-lhe extraordinárias perspectivas regionais. Foi o caso, em parte, das obras de recuperação da Casa da Graciosa e do palacete "da condessa", bem como da planta inicial para o colégio de Famalicão (das freiras de S. José de Cluny) que a condessa "apadrinhou" (depois, continuado por Luís de Almeida que



Colégio de Farnalção -  
Construção existente em  
1922.

terá ampliado o projecto). Ao mesmo tempo, Cipriano Maia é responsabilizado pela construção de uma ponte em S. João da Azenha — a ponte da Mioteira, já demolida, enquanto se dedica a levantamentos topográficos na região (recordemos que o concelho de Anadia vivia, neste tempo, a euforia das termas — Curia e Vale da Mo. Entretanto, outras obras com maior ou menor vigor, autênticos palacetes rurais, foram surgindo.

Sem uma ordem cronológica exaustiva, há casos que permitem, todavia, testemunhar o alto nível do seu trabalho na arquitectura portuguesa, no decorrer da 2ª década do nosso século. Entre eles — e vamos apenas analisar alguns — avulta a “casa do Exmo. Sr. António Joaquim de Carvalho” (13) em Oliveira do Bairro, cuja construção se deve ter iniciado em 1916, (admitimos que as obras já decorressem desde os primeiros meses deste ano), “projecto do construtor civil / Sr. Cipriano Rodrigues Maia / de Vale de Esteвам, concelho de Anadia” (o que pode querer dizer que, nesta altura, o autor do projecto não viveria em Avelãs. (Por esta época, supomos, já deveria andar em construção a sua “casa”, estruturalmente de feição neoclássica, bem ao jeito de projectos que se desenvolviam em Lisboa. A utilização de materiais cerâmicos é uma aposta regional que dava um toque de distinção a “sua” casa. Nesta, bastante deteriorada, relevam-se os revestimentos interiores dos tectos, nas divisões de maior dignidade, em caixotões de boa confeção). Dada a importância desta obra no centro de Oliveira do Bairro, vamos seguir de perto o texto da revista “A Construção Moderna” em que o projecto é analisado. Aqui se lê que “colabora, hoje, pela primeira vez, na nossa revista, um nosso amigo, antigo assinante e distinto artista, como se vê pelo trabalho apresentado, do que, sem lisonja, é digno de figurar nestas colunas, a par dos principais artistas que as tem honrado”.

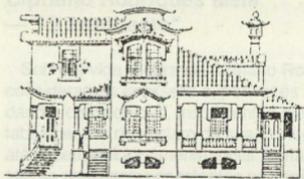
Ora, desde já ficamos a saber que Cipriano Maia,

como “antigo assinante”, ia acompanhando desde há anos esta conceituada publicação e, portanto, o que de novidade ia surgindo no panorama nacional. Mais ainda, este é um marco decisivo na sua obra de arquitecto, vindo-se “pela primeira vez” integrado na revista, isto é, publicitado a nível nacional, “a par dos principais artistas”. De resto, importa salientar que o texto é assinado por N.C., nem mais nem menos, o que significa que é o proprietário e coeditor Nunes Colares que lhe lavra, com o prestígio que o seu nome consubstancia, a entrada na alta roda da especialidade. Para tal, sem dúvida, seria preciso reconhecer ao mestre bairradino virtudes que merecessem o empenhamento de Nunes Colares.



Casa do Prof. A. Joaquim Carvalho.

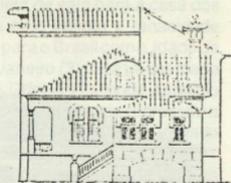
Quanto à caracterização da casa, diz N.C., sem hesitação alguma: “É, sem contestação o tipo de casa portuguesa tradicionalista, o que o autor pretendeu fazer, e serviu-se para tal fim dos recursos de que pode dispôr, com tal felicidade e arte, que conseguiu obter um conjunto harmónico dos mais interessantes que temos visto”. (14) Não deixa de ser curioso que o autor do texto venha à liça, aproveitando o projecto em causa, para discutir questões



Alçada sobre a Avenida



Alçada sobre a Estrada



Alçada Lateral

A casa do Sr. António Joaquim de Carvalho.

que se arrastavam, nessa época, como “filosofias” da arquitectura nacional ao mesmo tempo que, aí, se faz a descrição sumária das grandes novidades que a casa vai apresentar. (15)

A terminar, escreve Nunes Colares: “bem fêz o ilustre artista, que o é, sem contestação, o Sr. Cipriano Rodrigues Alves, em projectar uma casa portuguesa para um português, o Exmo Sr. António Joaquim de Carvalho ilustre professor de Oliveira do Bairro, em cuja vila e num dos seus mais lindos locais, vae ser construída a bela vivenda, motivo por que felicitamos os dois artistas, por que, necessariamente, o proprietário que, de bom grado, aceita a inspiração do artista que fez um tal projecto, também deve ser um artista, na genuína expressão da palavra” (refira-se o engano de Maia por Alves).

De facto, a leitura do texto, para quem conheça a casa — que felizmente existe, em óptimo estado de conservação — não é lisonja, mas a verdade dos factos. Cremos, mesmo, que Nunes Colares deve ter estado em Oliveira do Bairro em análise à obra e ao local, não obstante escrever, neste artigo, que a vivenda “vae ser construída” quando talvez devesse dizer que já estava a ser construída. Como quer que seja, pelo que ela representa na arquitectura portuguesa e, sobretudo, a nível regional, no centro da vila de Oliveira do Bairro, importaria que o “bem público”, encabeçado pela respectiva edilidade, a classificasse e esclarecesse convenientemente as razões dessa tomada de posição, a par com outras de “interesse concelhio”.

Na obra de Cipriano Maia, não sendo, de certeza, nenhum dos seus primeiros projectos, é o que lhe traz a consagração como “arquitecto” da tradicionalista “casa portuguesa”. O local bem aproveitado pelo projecto que se lhe soube acomodar, confere-lhe lugar de destaque, ainda hoje, entre o que há de melhor, dos princípios do século, na arquitectura da Bairrada.

Mas, precisamente por isso, leva-nos a outras considerações.

Se o projecto inicial do “colégio” de Famalicão ia progredindo, sem grandes rupturas com a ligação que Cipriano Maia mostrava ter (e seu filho confirma) ao arq<sup>o</sup> Ventura Terra, este projecto, em Oliveira do Bairro, mostra uma clara viragem para a “filosofia” da arquitectura de Raúl Lino, de resto reconhecida pelos próprios responsáveis pela “Construção Moderna”. E foi tal o êxito alcançado com esta casa que o rumo das suas “plantas” vai seguir, sem hesitação,

os princípios básicos da “casa portuguesa”.

Entretanto, outra bela moradia, no coração de Avelãs de Cima e pertencente à família Costa — 1918, vai avançando com vigor, na sensibilidade de Raúl Lino, onde se vislumbra um belo “casamento” de reminiscências de Ventura Terra com ampla escadaria e varanda. Agradável conjunto, sem dúvida, bem proporcionado nas linhas exteriores, mas cujo desenvolvimento visava o conforto e recato da família,



Casa da família Costa, em Avelãs de Cima.

acima de tudo.

Aqui, o “cimento”, a grande novidade que iria revolucionar a arquitectura substitui, em parte, a tradicional pedra bairradina, numa manifestação clara de aplicação de técnicas novas, aprendidas na capital. Largos e esbeltos arcos decorativos, que fazem lembrar a arte-nova tardia, desenvolvem-se com mestria e elegância na fachada norte e sul (na casa da família Costa decorrem obras de beneficiação, nesta altura).

Sem prejuízo de voltarmos ao espaço bairradino para análise de outros projectos, queremos registar a título de exemplo, pelo menos, dois lindos pacotes que, fora dele, foram lavrados pela mão de Cipriano Maia. E dizemos lavrados porque, em todas as obras que apreciámos, ficou-nos a convicção de estarmos em presença de um verdadeiro desenhador, hábil em soluções, adaptado às exigências, capaz de entender os seus clientes e de dar a cada um a solução pretendida, ajustada ao espaço onde se ia implantar a obra. Por outro lado, acompanha as técnicas mais avançadas da sua época, com desenvoltura invulgar. São os exemplos em apreço que confirmam este nosso juízo. Naturalmente, ao longo

da 2ª década do nosso século, o seu nome tornou-se bem cotado na "Arquitectura Portuguesa" (16), aparecendo com relevo em vários números desta conceituadíssima revista, dirigida também por Nunes Colares e editada em Lisboa, hoje rara de encontrar como obra completa. Com efeito, no seu nº 5 do ano XIII (precisamente em Maio de 1920, pois que a revista era mensal) a propósito da "Casa Portuguesa" feita para o Dr. João de Vasconcelos, na

referências, da arquitectura às artes decorativas (estas não necessariamente da responsabilidade de Cipriano Maia) e, podemos dizê-lo, são justificadas e merecidas.

O cliente, neste caso, — o Sr. Dr. João de Vasconcelos — era — "um distinto advogado que dá honra ao foro português, mas também um grande artista, de fino gosto" que pensou numa casa ampla para a sua família — o "seu belo solar, que é ao mesmo



FACHADA PRINCIPAL (Estrada de Freixo a Mello)  
(Casa do Dr. João de Vasconcelos, na Serra da Estrela)

Serra da Estrela, se pode ler: "o architecto do projecto é o sr. Cipriano R. Maia, já conhecido dos leitores, e que em cada novo trabalho vai accentuando mais e mais a graça naturalíssima e raro talento com que idealiza e executa obras de estilisação tradicionalista". Torna-se, pois, claro, que a referida revista já lhe teria dedicado relevo suficiente para que fosse "conhecido dos leitores". E não se poupa esta edição a rasgados elogios, o que, aliás, podemos sem dificuldade encontrar noutros textos. Assim por exemplo:

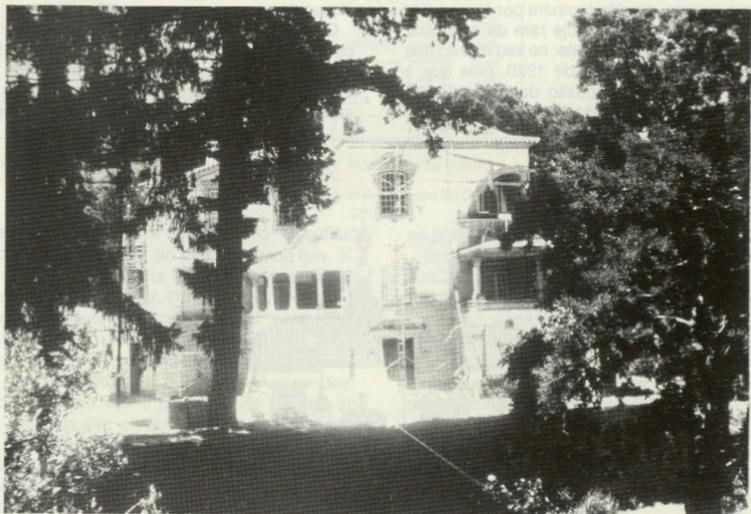
"Não há dúvida que o sr. C. Maia se revela, na posse de brilhantes qualidades, um artista digno do renome que já tem, e, na "equipe" dos nossos architectos mais distintos, forma a par dos primeiros, afirmação que conscienciosamente fazemos embora vamos contra a sua excessiva modéstia. Foi felicíssimo neste projecto, pelo que julgámos ter marcado com pedra branca, como os romanos, o dia em que o concebeu assim, tão interessante e artístico. É obra que fica na arquitectura nacional como modelo de arte e de bem gosto". (17)

Com efeito, a obra que na citada revista é descrita pormenor a pormenor, quer nas fachadas como no interior, nas escadarias como nos enquadramentos, merece em cada um dos compartimentos elogiosas

tempo a corôa de glória do distintíssimo architecto que o idealizou e um modelo perfeito da casa portuguesa". (18)

No ano seguinte (1921), talvez de regresso ao País após a ida que fez a Manaus (Brasil), a mesma revista voltava a dar grande destaque a um novo projecto de Cipriano Maia, desta vez para o Sr. Joaquim Marques Lincho, em Sá (Idanha-a-Velha). São mais quatro páginas de considerações a propósito das quasiúnculas em torno da "casa portuguesa" e sobre a casa em análise, a qual "dá uma ideia dos solares da época de D. João V embora mais movimentada, com o seu torreão de telhado pontiagudo, o seu terraço, galeria ou varanda alpendrada, ladeando duas fachadas do edificio, a principal e a lateral sul". Alçados e interiores ilustram as descrições, explicando-se que "o seu autor o nosso amigo e distinto architecto, Cipriano Rodrigues da Maia, é especialista neste género de construções e julgamos mesmo que nunca fez de outras. Pelo menos, todas a que dele temos publicado, são de estilisação nacional e bem variadas, pelo que não há senão que elogia-lo.

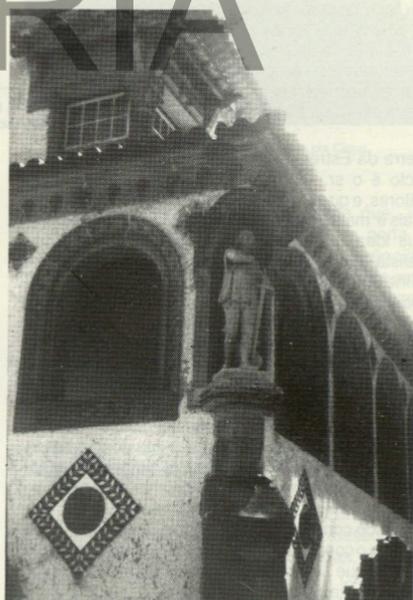
Tem estudado bem a fundo todos os elementos construtivos e decorativos da antiga casa portuguesa e nas inúmeras construções que tem projectado tem-nos empregado com muita sensatez e bom



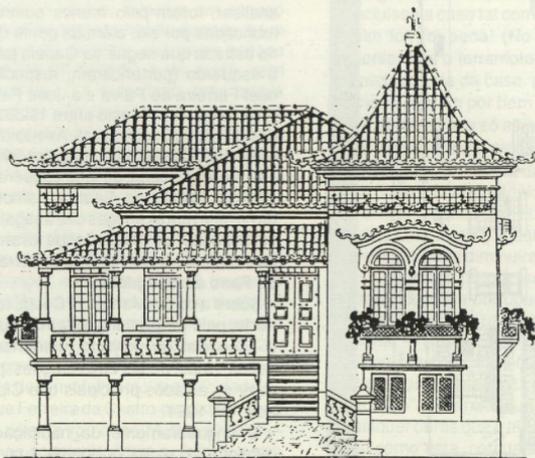
Casa do Dr. João de Vasconcelos - Serra da Estrela, em obras de restauro.



Casa do Dr. João Vasconcelos (pormenor).



Casa do Dr. João de Vasconcelos - Serra da Estrela (pormenor).



FACHADA  
PRINCIPAL  
Casa do Dr.  
Joaquim M.  
Lincho

gosto, sendo hoje considerado um dos primeiros artistas do nosso país neste género de arquitectura". (19) E perguntar-se-á porquê em Idanha. Sobre isso pode ajudar o esclarecimento dado pelo Sr. António O. Maia, já referido: a casa da Graciosa tinha ali casas e propriedades e daí a indicação do mestre pela influência que esta família ali teria e pelo reconhecimento da qualidade do trabalho que C. Maia tinha já desenvolvido o qual, aliás, podia ser testemunhado agora pelas revistas citadas.

De facto, ao acabar a 2ª década do nosso século e ao abrir-se a 3ª, com o seu nome propagandeado nas revistas da especialidade, Cipriano Maia não devia ter mãos a medir, estando no auge do seu prestígio. A mesma revista, no número atrás citado, adverte para a situação, muito claramente:

"O nosso amigo e distinto architecto, Cipriano Rodrigues Maia, tem tanto trabalho para diferentes pontos do país, que chega a não poder tomar conta de todos os que se lhe apresentam. E, com alguma curiosidade, chega a responsabilizá-lo, neste número da "Arquitectura Portuguesa", pela grande adesão que a população dá à "casa portuguesa" como grande propagandista que dela é: "Tem contribuído bastante para a sua difusão, pois além dos projectos

que aqui tem publicado, tudo o que tem feito é de molde a despertar o gosto pela casa portuguesa, realizando assim uma propaganda pelo facto, que é a mais útil por que é a mais convincente de todas as propagandas".

Não admira, pois, que Cipriano Maia, nos inícios da década de 20, fosse architecto solicitado, muito em especial entre a burguesia fundiária e vinhateira da Bairrada como entre "brasileiros" e antigos colonizadores africanos, militares, funcionários públicos ou profissões liberais ascendentes.

A Bairrada fervilhava com o "boom" europeu do pós-guerra, desenvolvem-se as Termas da Curia e Luso, cresce a vitivinicultura... e a construção civil traduzia esta situação. A sua casa deveriam chegar muitas solicitações.

Desejando, mais tarde, voltar a tratar a questão da casa portuguesa na Bairrada e mesmo na obra de Cipriano R. Maia, por esperarmos, a partir destes apontamentos, informações mais amplas que permitam estudar a evolução da sua obra, diremos desde já, que o maior número de obras da sua produção, no espaço bairradino, se situa no concelho de Anadia.

Mais objectivamente, na freguesia de Avelãs de Cima, Moita, Sangalhos, Avelãs de Caminho, há



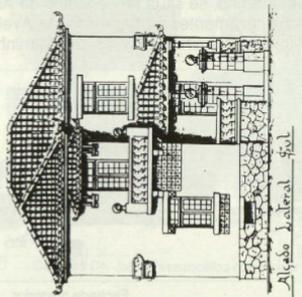
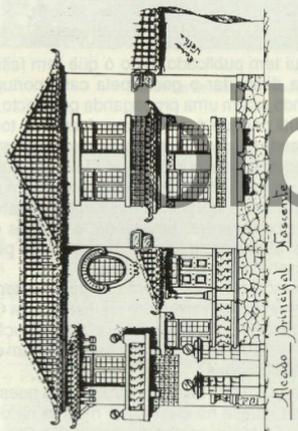
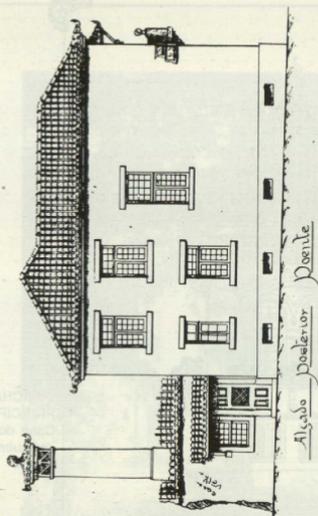
Fachada lateral sul



Fachada lateral norte



Fachada posterior



marcas deste labor. Só no pequeno lugar de S. João da Azenha — o que se nos tornou mais fácil de analisar, foram pelo menos quatro as habitações rubricadas por ele, além da ponte da Mioteira: duas na estrada que segue da Capela para Aguada, logo à esquerda (pertenceram, respectivamente a Manuel Ferreira de Paiva e a José Ferreira Costa, "industrial de vinhos, esta entre 1922/23); duas outras, da Capela de S. João para Avelãs (a primeira, do Sr. Manuel F. Costa, "industrial de vinhos" com data de 1921, e logo acima, do lado esquerdo da via, a do Sr. António Rodrigues Seabra, "africanista", que em torno dele reunia amigos das antigas "campanhas de colonização" de Angola, onde foi um dos fundadores da cidade de Bela Vista, na penetração do Caminho de Ferro de Benguela).

Sobre a do Sr. Manoel F. Costa, remodelada, mais tarde, pelo proprietário, diremos que ainda mantem o essencial do projecto, claramente "casa portuguesa", mas, dadas as alterações, preferimos reproduzir os alçados principais que Cipriano Maia assinou, em 1921.

O enquadramento da habitação, como era da "filosofia" do estilo "português suave", aí estava, em espaço amplo com verdejante envolvimento, sem esquecer as varandas e os átrios a que as heras emprestariam o restante ambiente romântico.

Logo adiante destas, vamos deter-nos mais em particular, sobre a casa do Sr. António Rodrigues Seabra, pois tudo nos leva a crer que, não tendo sido a última projectada por Cipriano Maia, (a planta está datada de 25 de Junho de 1922) pelo menos foi das últimas, acompanhada de perto por si nos primeiros meses de construção.

A análise do projecto integra-se perfeitamente nas correntes de opinião manifestadas nas revistas citadas e revela uma harmonia e cuidada escala de proporções que não deixaria de encantar o cliente, detentor de vasta quinta no coração de S. João da Azenha (freguesia de Sangalhos - Anadia). Se a fachada principal — voltada para Avelãs, é de maior encanto até porque se abre para amplo e bem disciplinado jardim, que a enquadra e envolve, não lhe fica atrás o alçado para o Castelo de S. João, duma riqueza de imaginação que comprova o que atrás temos dito sobre as capacidades do arquitecto.

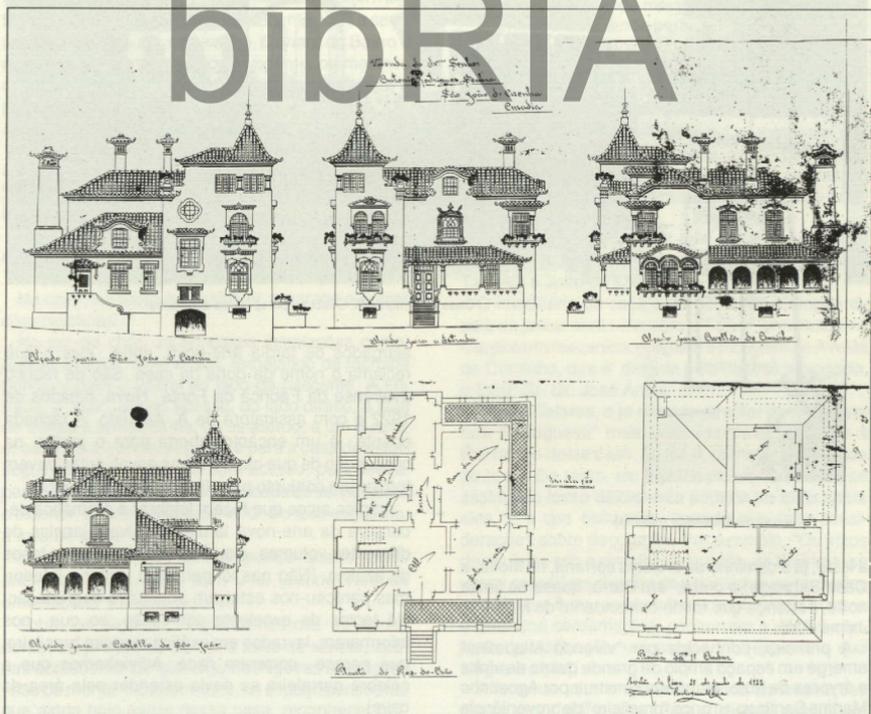
Dir-se-ia que amplos projectos, implantados em vastas áreas poderiam disputar, em curto espaço de território, (Avelãs, Barró, Moita, Farnalhão, Sangalhos, Avelãs de Caminho, Oliveira do Bairro...) a primazia do melhor palacete. Todos bem diferentes, seria este dos mais harmoniosos, o menos clássico, o mais "casa portuguesa". Um movimentado jogo de planos, tirando partido de telhados e cimalthas requêbradas em que emergem torreões e chaminés tão bem desenvoltas quanto bem integradas, quebram o estatismo dos planos principais e cativam a vista. Cada alçado parece trazer uma solução diferente à casa e atrevemo-nos a pensar que os próprios espaços de lazer, as varandas, sobretudo, mostram que o projecto visava mais a fruição da família do que os visitantes. O "alçado para a estrada" não sendo o mais rico demonstra que a casa era para ser vivida,

como se defendia na "casa portuguesa". Daí a sintonia que era desejável entre o arquiteto e o proprietário. Mas esta casa visava, também um espaço polivalente. O escritório logo à entrada da casa, a um lado, e do outro a sala de estar, deixavam espaço livre para as tarefas da cozinha e da mesa, sem qualquer interferência. Por outro lado, uma ampla cave, em toda a dimensão da casa, era reservada à vida agrícola, essencialmente de carácter "vinhateiro", para dar resposta ao largo espaço que envolve a "casa". No andar superior, fica a intimidade dos quartos, girando em volta da sala, amplos e ajustados às necessidades do tempo.

Dizíamos que terá sido dos últimos a ser projectado por Cipriano Maia. Com efeito, a doença que o consumia de há tempos, contraída no Brasil, (segundo o relato do seu filho o pai deslocou-se a moderna cidade de Manaus — a capital amazónica — entre o fim da guerra e os primeiros anos da década de 20, a solicitação do governo brasileiro) — e recordemos o grande surto de desenvolvimento desta "cidade de seringueiros", que Ferreira de Castro magistralmente caracterizou no célebre romance "A Selva" (20) — veio a precipitar os acontecimentos e obrigou a que os trabalhos desta casa fossem suspensos por alguns meses. A obra ia adiantada, certamente, mas outras mãos tomaram conta dela e permitiram-se, a nível de alguns pormenores como no 2º andar e cimalkhas, alterar o projecto inicial. Os seus habitantes, herdeiros

directos, dizem-nos que foi o próprio Sr. António Rodrigues Seabra que acabou por impôr que se não concluísse a casa tal como constava no projecto. Se assim foi, foi pena! (No entanto, há também que salientar que o terramoto de 1969 danificou a parte da rectaguarda da casa, pelo que os actuais proprietários acharam por bem simplificar essa área). Por isso, talvez a casa só estivesse acabada entre 1924/25 a avaliar, ainda, pelos painéis de azulejo que ali estão fixados à entrada da porta principal, em honra de S. João e Santo António, rubricados por Francisco Pereira, do fabrico da "ELA" (Empresa de Louças e Azulejos, de Aveiro) e datados do ano de 1924.

Nem assim lhe diminuíram o carácter. Portudo isto, mas sobretudo porque se enquadra na tradicional corrente da *casa portuguesa* e pode-se considerar, nesta perspectiva, um bom exemplo na arquitectura regional — impunha-se que a edilidade anadiense, sem prejuízo de classificar outras casas do seu concelho, considerasse esta como "imóvel de interesse concelhio" evitando que se viessem a observar quaisquer obras que a afectassem. Acresce que uma casa como esta, com tectos e escadaria de marcenaria que se ajustam ao prestígio da arquitectura, necessitará com frequência de obras de beneficiação o que, é verdade, devia ocorrer sob orientação de organismos vocacionados para defesa do património construído da Bairrada, ou quem sabe, a



nível nacional. Quanto a esse bom trabalho de marcenaria, sobretudo da sala de jantar e da escadaria, cabe dizer que foi da responsabilidade de João Gomes Soares, de Eírol, nome também a reter na arquitectura regional, cujo projecto tem data de Agosto de 1925 e foi executado em madeira proveniente de Angola. Como este diz que "encarrega-se de estudos de projectos e construção de qualquer obra", poderá ter sido o principal responsável na alteração do projecto inicial, sabendo-se no entanto que o próprio proprietário a desejou também.

Fora deste espaço, mas dentro da Bairrada, mais duas casas merecem destaque neste trabalho: Uma,

nortenha que foi buscar, para o efeito, alguns dos trabalhadores de construção civil à região do Porto. A planta, essa é de Cipriano Maia, talvez do ano de 1921, embora a casa registe 1922.

O que mais nela se evidencia é o vigor aparente da estrutura arquitectónica onde o cimento tem papel de relevo, permitindo imitar a pedra de revestimento. A escadaria de acesso ao andar nobre é o melhor exemplo desse vigor, com larga varanda a correr ao longo dela, na fachada sul e poente. O jogo de telhados e chaminés cria soberbos pormenores de perspectiva, temperados por apontamentos azulejares e pequenos frisos de policromia de painéis mais



Casa de António R. Seabra - perspectiva sul/poente.



Janela do Escritório (poente)

a leste, já a caminho da encosta serrana, na Moita, a Casa Santiago; a outra, em Barró, quase no limite norte, pertença que foi do comandante de Marinha, Jaime Pato.

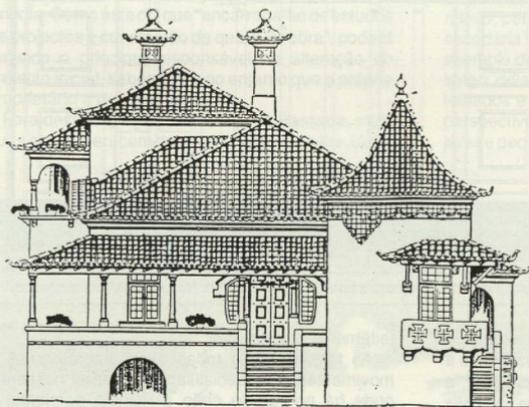
A primeira, conhecida por "vivenda Miquelina" emerge em espaço amplo de grande quinta de vinha e árvores de fruto, mandada construir por Agostinho Martins Santiago, um rico "brasileiro" de proveniência

alargados de tardia arte-nova, entre eles o que reclama o nome da dona da casa. São de fabrico aveirense da Fábrica da Fonte Nova, datados de 1922 e com assinatura de A. Augusto. A fachada poente é um encanto, aberta para o jardim, na concepção de que casa e áreas envolventes devem formar um conjunto para fruição dos habitantes.

Ampos arcos que fazem lembrar a gramática decorativa da arte-nova tardia, envolvem janelas de diferentes volumes, algumas decoradas com frisos de azulejo. (Não nos foi permitido visitar o interior, mas pareceu-nos estar em adiantada degradação. Há tectos de excelente confecção, ao que nos informaram, lavrados em exótica madeira brasileira, que parece correrem risco. Adivinhamos que a célebre garrafeira se devia estender pela área da cave).



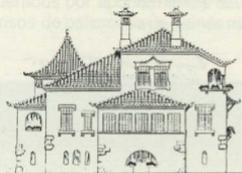
A vivenda do Ex.mo Sr. Jaime Pato em Barrô (Concelho de Águeda)



FACHADA PRINCIPAL



FACHADA LATENTE (nascente)



FACHADA POSTERIOR (sul)



FACHADA LATERAL (poente)

acima de tudo "por mais esta prova do seu talento e bom gosto".

Parece-nos, pois, dispensarem-se quaisquer acrescentamentos e mais considerações para que também a edilidade aguedense encontre motivos justificados para a classificação e eventual recuperação, de acordo com os planos originais.

Quanto a Cipriano Rodrigues Maia, contaram-nos os mais velhos que entre 1922-1923 passou alguns meses internado no Hospital de Águeda, aos cuidados do Dr. António Breda, emérito clínico das primeiras décadas do nosso século. E sabemos que "às vinte e duas horas do dia dezasseis do mês de Outubro do ano de mil novecentos e vinte e três, no lugar e freguesia de Avelãs de Cima, dito concelho de Anadia, faleceu de mal brig". (24) Consta ainda que era "casado, de quarenta e sete anos, mestre de obras", adiantando-se que "o falecido deixou descendentes menores, deixou bens, não fez testamento e vai ser sepultado no cemitério paroquial da referida freguesia".

Naturalmente, impunha-se uma visita a este cemitério onde pensámos vir a encontrar sepultura que se ajustasse à qualidade do "arquitecto". Nem uma pedra, sequer, menciona o seu nome e apenas uma pedra tumular dá pista sobre herdeiros. No resto, nada, absolutamente nada evoca este nome grande que tão elogiosas referências mereceu em vida e tão valiosa obra produziu.

Poucas pistas sobre a sua vida e, na sua terra, no

chão sagrado da última morada, nada recorda o seu nome...

Pensamos, todavia, que o facto de à sua morte seus filhos serem todos pequenos e, certamente, sua mulher ser doméstica, tendo de criar os filhos do casal com dificuldade e pouca instrução, podem explicar este silêncio. Com efeito, à morte de Cipriano Maia, a viúva ficou com o pesado encargo de seis filhos menores: Elpídio, Ernestina, Cipriano, António, Herculano e Leontina (pois o Manuel, que fora o 3º na ordem de nascimento já havia falecido).

Afinal, que conheceram os herdeiros de sua obra? Que conhecimento pessoal tiveram de seu pai? Quem nas horas de dificuldade, a despontar para a vida, poderia entender os horizontes largos que se ofereceram aos pais, nesses tempos de prosperidade? Mesmo a sua casa em Avelãs singela e rural, não demonstra em nada que ali viveu quem muito e bom produziu. Sabemos que ele sonhava mais alto...

Cipriano Rodrigues Maia, "distintíssimo" arquitecto "ilustre artista" ou, simplesmente como reza na certidão de óbito, "mestre de obras..." jaz absolutamente esquecido na Bairrada, mesmo até na sua terra natal, onde apenas vive um dos filhos, A. Oliveira Maia (os outros foram todos para o Brasil). A sua obra, porém, essa fala dele, mostra-lhe a qualidade e merece que ele seja "desenterrado" de tão profundo silêncio.

Seja feita justiça, em memória dos homens que

têm ajudado a construir a Bairrada, como um espaço culturalmente amplo, ainda que definido em horizontes geográficos. Importa, também, defender o que, nestes horizontes, avulta como de maior e melhor expressão.

Assim se compreenderá, também, melhor, porque é que, ainda hoje, a Bairrada é um espaço privilegiado da "Casa Portuguesa" embora nele reconheçamos, também existirem abastardamentos longe da seriedade e da mestria que Raúl Lino e Cipriano Maia apregoaram. Mas, como estes, outros bons arquitectos ajudaram a povoar o espaço termal e vinhateiro da região.

Torna-se imperioso o seu levantamento, reforçando-se, assim, a alma da Bairrada.

*Silviano Rodrigues da Silva*

## Proposta de Cronologia (\*) da vida e obra de Cipriano Maia

- 1876 - Nasceu em Avelãs de Cima, a 18 de Maio  
1890 (?) - embarcou para o Brasil  
1900 (?) - cursou Escola de Artes e Ofícios, em Rio de Janeiro  
1904 - regressou a Portugal entre 1904/05 (?)  
1905 (?) - Integrou a equipa de Ventura Terra, em Lisboa até à implantação da República  
1906 - casou em Avelãs de Cima  
1910 (?) - radicou-se na Bairrada, vivendo em Vale de Estevão (?);  
1910/11 - arquitecta e constrói a Capela da Senhora do Livramento, no lugar da Cerca, em Avelãs de Cima;  
- a ponte da Moteira, em S. João da Azenha;  
- projectou a capela da Moita (?)  
1911/13 - obras de restauro do palácio da Graciosa e obras no palacete da condessa de Fimalicção;  
1912/15 - projecto do colégio de Fimalicção, das freiras de S. José de Cluny;  
- obras em Idanha, em casas da família da Graciosa  
1916 - casa do professor António Joaquim de Carvalho, em Oliveira do Bairro;  
- construção da sua casa, em Avelãs de Cima;  
- serviços de cartografia...  
- casa em S. João da Azenha de M. Ferreira de Paiva  
1918 - casa da família Costa em Avelãs de Cima;  
1919 - casa do Dr. João de Vasconcelos, em Gouveia (Serra da Estrela)  
1919/20 - ida a Manaus (Brasil) onde terá permanecido diversos meses. (Não sabemos quantos nem o que, de verdade, ali construiu).  
1921 - casa do comandante da Marinha, Jaime dos Santos Pato, em Barrô (Águeda)  
- casa do sr. Manuel F. Costa, em S. João da Azenha  
1921/22 - "Casa Santiago" - vivenda Miquelina  
- na Moita  
- casa do sr. Joaquim Marques Lincho, em Sá - Idanha-a-Velha  
- casa de José Ferreira da Costa, em S. João;  
1922 - casa do Sr. António R. Seabra, em S. João da Azenha  
1923 - morte, a 23 de Outubro, em Avelãs de Cima

(\*) Naturalmente esperamos vir a comprovar algumas das interrogações deixadas e, por certo, rectificar e aumentar estes dados.

AMARO NEVES

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) — veja-se o "Hino da Bairrada", letra do Padre Acúrcio Correia da Silva, "In Memórias, Antologia", 1959. O hino começa: Do Buçaco até ao Vouga. Desde o Caramulo ao mar..."  
(2) — *Dicionário de História de Portugal*, in José Luciano de Castro;  
(3) — Idem, António Luis de Seabra;  
(4) — Pedreirinho, José Manuel — *História do prémio Vaimor*, pub. D. Quichote, Lisboa 1988, pag 16;  
(5) — Idem, pag 17;  
(6) — França, José Augusto — *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol II, pag 149. Nesta obra terá colaborado Cipriano Maia, segundo informações do seu filho António;  
(7) — Rio - Carvalho, Manuel — *História da Arte em Portugal*, ed. Alfa, 1986, vol XI, pag 173. O autor dedica a Raúl Lino um capítulo bem ilustrado, não tendo apresentado qualquer esboço dos trabalhos do autor, o que seria neste caso, valioso contributo para entender o nosso trabalho  
(8) — Pedreirinho, José Manuel, *ibidem* pag 18;  
(9) — Rio - Carvalho, Manuel, *ibidem*, pag 177;  
(10) — França, José Augusto — *A Arte em Portugal no Século XIX* - Raúl Lino e a "casa portuguesa", livraria Bertrand, Lisboa, 1966, Vol II, pag 159  
(11) — Certidão de Nascimento de Cipriano Rodrigues Maia, obtida no Registo Civil de Anadia;  
(12) — Gonçalves, A. Nogueira — *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro — Zona Sul*, Lisboa, 1959, pag 75;  
(13) — *A Construção Moderna*, revista quinzenal, ano XVI, nº 16, Lisboa, Agosto de 1916, nº 472. Esta revista, fundada em 1900, durou até 1919 (ano da morte de Ventura Terra). "A revista multiplicava sobretudo informação sobre recentes edificações portuguesas, publicando alçados e planos" (V/ José Augusto França, *op. cit.* pag 186), numa perspectiva não bem definida no quadro das correntes modernas da arquitectura. Dirigiram-na Nunes Colares e arqº Ramalheira.  
(14) — Idem, *ibidem*: *Não emprega a janela de angulo, mas, sim, a porta de angulo, a que, no rez do chão, dá acesso privativo ao escritorio, o que é muito bem imaginado, por conservar aquela peça de habitação independente do resto da mesma, dando-lhe saída directa para o exterior, enquanto que as outras peças tem servidão por outras escadas.*  
*O chafroz feito no cunhal, sustentado por um colunêlo, formando assim a porta de angulo, é de uma inspiração feliz e muito artistica. As janélas, geminadas, com docel ou sobreceu em telhas mouriscas, o que tambem é empregado na porta de angulo; as varandas de alpendrados, suspensas por colunêlos; as suas janélas de rotula ou crivos de origem mourisca; os cachorros laterais às janélas, para os craveiros e mangericos; o emprego do azulejo monocromico por sobre as janélas dos corpos salientes; a fórma movimentada dos telhados em planta, terminando nos angulos em bico, á maneira oriental; emfim, a chaminé em grade, á moda minhota ou alentejana, formam um conjunto bem mais interessante que os modêlos que importamos da França, Suissa e outras nações, quando tantos e tão lindos elementos temos para formar a casa portugüesa, para nacionalisar a architectura no nosso pais!*

E, como se vê pelas plantas, este arranjo de arquitectura não forçou o seu autor a seguir a orientação da casa antiga na distribuição interna das diferentes peças que a compõem.

A planta é tudo quanto ha de mais racional e mais moderno, isto contra a opinião de alguns teimosos que entendem que, desde o momento em que se empregue a arquitectura tradicionalista, se tem de fazer defeituosa a planta interna da habitação, como se uma cousa tivesse alguma relação com a outra!

(16) — Revista publicada a partir de 1908, mais defensora da "arquitectura portuguesa" e, logicamente, da "casa portuguesa", entre as melhores da especialidade;

(17) — *A Architectura Portuguesa*, revista, Ano XIII, nº 5, de Maio de 1920, pag 17/18;

(18) — Idem, ibidem

(19) — Idem, Ano XIV, nº 12, Lisboa, Dezº de 1921, pag 45/48. Admitimos que as referências "tem estudado" e outras possam significar se não uma colaboração directa, pelo menos uma identidade de filosofia geral, na linha de Raúl Lino.

(20) — A título exemplificativo, transcrevemos uma entre muitas das análises feitas pelo grande romancista que tão bem conheceu e viveu essas grandezas e misérias da floresta Amazónica. "Era, então, a Amazónia um Íman na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatro pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse, desde que a audácia se antepusesse aos escrúpulos. Com os rebanhos, idos do sertão do Nordeste, demandavam a selva exuberante todos os aventureiros que buscavam pepitas de ouro ao longo dos caminhos do mundo. E como não era na brenha espessa que se encontrava, para os ligeiros de consciência, a aurífera jazida, quedavam-se os ladinos em Belém e Manaus, a traficar com o esforço mitológico dos que, entre todos os perigos, se entregavam à extracção da borracha.

Fora assim que seu tio enriquecera e tinha já duas quintas em Portugal; fora assim que pobretões sem erva nem beira se transformaram, dum instante para o outro, em donos de "casas aviadoras", tão poderosas que sustentavam o dédalo fluvial grande frota de "gaiolas". Aos que desbastavam a saúde e a vida no centro da floresta, vendiam por cinquenta aquilo que custava dez e compravam-lhes por dez o que valia cinquenta."

(21) — a "vivenda Miquelina", pela individualidade que consagra no enquadramento azulajar da habitação, merece-nos

algumas considerações. De facto, entre as casas que observámos, é a única que dá espaço de relevo à dona da casa. Conhecida como casa da "família Santiago" parece confirmar-se, aqui, o tradicional entendimento popular de que, quem manda na casa é a mulher, ou talvez, por outras palavras, o reconhecimento pelo marido de que este espaço, para ser bem familiar e de boa administração, tem de ser gerido pelo esposa.

Neste caso, o que trouxe o casal Santiago para esta região é ainda assunto que não esclarecemos. Miquelina da Conceição Santiago seria natural de Meios, concelho da Guarda. Emigrante no Brasil, pela viragem do século, casou com Agostinho Martins Santiago (natural do Norte de Portugal) talvez em S. Paulo, onde, ela e o marido desenvolveram indústria de ferragem, entre outras occupações, grangeando grande fortuna.

Radicanos nos anos 20 na Bairrada, compraram vastas áreas de terreno — dezenas de propriedades rústicas — explorando em especial vinho e produtos afins.

Do casamento, nasceram 2 filhos: Isaura, casada no Porto com membro fidalgo de família Távora e Pedro, a viver na área de Serpins como abastado proprietário;

Viúva do 1º marido, Miquelina casou com Américo Rodrigues Sampaio, mordomo da casa (actualmente com 89, a residir em Cantanhede).

Isolada — e hoje em adiantado estado de degradação — a casa ampla, além ribeiro e envolvida por arvoredo fruticola e de jardim, tem sido objecto de apreciações, tecidas na base da credence popular, pela vida e até fausto em que a família viveu.

(22) — *A Architectura Portuguesa*, Ano XV, nº 3, Lisboa, Março de 1922, pag 7/11;

(23) — Idem, ibidem

(24) — Certidão de óbito nº 321 do Registo Civil de Anadia. Quanto à doença, regista-se em diversas enciclopédias (por ex. Verbo), onde se lê tratar-se de doença estudada por Richard Bright, "considerado o maior clínico inglês do século XIX" que se dedicou especialmente a doenças de rins. "A expressão mal de Bright designou certas formas de nefrite crónica". Não consultámos o Hospital de Águeda — onde nos disseram ter estado internado alguns meses entre 922/923 por entendermos que as informações, a existirem, pouco adiantariam ao carácter deste trabalho.

## NOTA

O presente trabalho de levantamento não teria sido possível sem a dedicação e disponibilidade manifestadas pelo Sr. Engº Luís Lopes que nos acompanhou nas veredas escuras desta pesquisa.

## Vale da Mó — termas de águas-férreas



Emergindo do arvoredo, numa atmosfera quase irreal, Vale da Mó vai moendo sonhos, na esperança de melhores dias.

Conhecer todas as potencialidades da Bairrada em beleza e extensão, em riqueza e demais recursos, até aos limites fronteiriços das suas demarcações — deve ser propósito dos bairradinos, num desejo ardente e contínuo de descobrir e defender toda a sua grandeza, ao desvendar seus bordejos de colinas, várzeas, vales e outeiros. E conhecer na totalidade, tanto quanto possível, até aos mais pequenos fragmentos que podem albergar também eles um grande tesouro. Vale da Mó quase no extremo leste da Bairrada é um desses fragmentos — uma pequena aldeia, com termas de água férrea.

Agarrada às faldas do Caramulo, a 250 metros de altitude(1), no meio de arvoredo, como as suas 43 casas semeadas, quase todas, à volta da estrada nº 336 (2), que liga Bolfiar ao Buçaco, e onde entronca a municipal nº 608 que vai da Moita — Vale da Mó não tem mais que umas 120 pessoas de permanência efectiva.

Administrativamente pertence à freguesia da Moita e ao concelho de Anadia distando da sede apenas uns 9 Km.

"A zona do Vale da Mó faz parte da folha 1/50000 — 16D, mas a sua geologia ainda não foi cartografada.

Dispomos apenas de alguns elementos referentes a trabalhos de cartografia geológica realizados em 1975 por Courtoleix, na área da carta 1/25000, nº 208 dos S.C.E. (Serviços Cartográficos do Exército).

Segundo esses estudos, a emergência termal do Vale da Mó ocorre em formações pertencentes ao Permo-carbónico (estefaniano e autuniano), o que significa terem de 240 a 290 milhões de anos, sendo essencialmente constituídas por um conglomerado bem consolidado, de cor vermelha intensa, tendo nas suas fracções grosseiras seixos e calhaus de quartzito muito bem rolados.

E, próximo, estas formações contactam a leste com o complexo xisto grauvaquico de idade câmbrica, provável, muito mais antiga ainda, com 500 a 600 milhões de anos.

Mas o processo termal do Vale da Mó estará ligado a uma estrutura tectónica ainda não estudada." (3)

Precisamente as grandes perturbações tectónicas, climáticas e geográficas ocorridas no final do período terciário e começo do quaternário poderão ter contribuído para dar a esta zona a sua actual configuração. (4)

Trata-se de um vale agreste, irregular, serpenteado por pequenos caminhos, os chamados caminhos de cabra e também por outros vales mais pequenos, valigotos cavados de certo ao longo dos tempos pela força erosiva de grandes degelos, precipitações e enxurradas no meio de penhascos de piso incómodo e incerto a fugir por outeiros aqui e ali à espreita dos viandantes mais afoitos e arrojados em busca do desconhecido, enquanto lá em cima, no dorso do monte, a estrada já alcatroada, o chama de passeio pela Junqueira até Algeriz, Fontemanha, Mortágua e quem sabe mais até onde.

A vegetação é densa e a arborização forte e variada; é peculiar o valor de certas espécies indígenas rasteiras como a cicuta, que predomina nalguns pontos e é de registar também o medronheiro que está a desaparecer, mas que já foi abundante, a ponto de haver alambiques em vários locais dos montes à volta para destilar a aguardente do medronho, o que constituía uma boa fonte de receita. Há ainda o pinheiro, a acácia, o sanguinho e o lentisco, estando presentemente a avançar o plantio do eucalipto.

Por aqui passaram alguns dos povos primitivos, como justificam vestígios (mamoas, moedas) encontrados nos arrabaldes; talvez procurassem o clima, as águas e algum minério. A propósito, há no Vale da Mó grandes galerias subterrâneas que sempre têm tentado alguns arqueólogos e espeleologistas que as procu-



A Capela da Vale da Mó, e que resta do antigo convento doado às freiras ursulinas, no século XVIII, pelo Marquês de Pombal.

ram, em especial na Gralheira, mas que nunca conseguiram explorar nem explicar. Razão por que o povo se põe a imaginar: atravessarão a serra até onde? Iriam ter ao antigo convento? Seriam um refúgio ou escavações para extrair metais? Alguns objectos (como uma mó) encontrados à entrada de uma das galerias parecem confirmar a última hipótese. Contudo, são interrogações que mais uma vez ficam no ar.

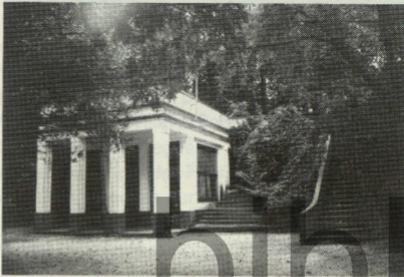
Vale da Mó foi lugar importante de passagem de pessoas e bens. Por aqui os almocreves transportavam produtos como carvão, madeiras, gados, cereais; havia albergaria onde se comia e pernoitava. Ligava as terras do centro bairradino com o interior serrano onde havia núcleos populacionais já bastante evoluídos, como Fontemanha com foral datado de 1210. (5) Perto do sítio de nome Alto da Cruz, no lugar da Mata, havia também uma hospedaria. E o nome Alto da Cruz vem-lhe de lá poisarem os mortos quando os traziam dos lugares da serra para Ferreiros e mais tarde para a Moita.

Quanto ao topónimo "Mó" deriva precisamente do transporte das mós que por lá se fazia para os moinhos de vento e azenhas de que se podem verificar ainda alguns restos como no Pisão, onde também se cultivava e tratava o linho. É possível, todavia, que na sua evolução semântica (6) "Mó" tenha vindo de Monte ou

mesmo até de Monte farinha. Seria então o Vale do Monte de farinha ou Vale do Monte, evoluindo a seguir até à forma actual — “Mó”.

Talvez por volta do século XIII aqui se tivessem fixado duas famílias vindas de Ferreiros, a dos Muros e a dos Alegres, seguindo-se-lhes depois a dos Semianos e a dos Helenos (também Canoas de alcunha). Ainda há alguns habitantes descendentes ou ligados por herança a estes antepassados. (7)

Pensa-se terem sido pessoas de Vale de Boi, aldeia próxima e terra natal do poeta Manuel Aves, as primeiras a beneficiarem das virtudes da nascente férrea do Vale da Mó. Enfraquecidas, recuperavam as forças ao dessedentarem-se naquelas águas. (8) Estas nascem num recanto, como num poço, junto à estrada



Num recanto idílico, o modesto edifício hidroterápico, construído em 1922, continua a lembrar o valor das suas águas “bicarbonatadas, ferruginosas e magnesianas”.

do Luso.

Mas foi no princípio do nosso século que a povoação atingiu talvez o seu auge, com um hotel já em 1906, “O novo Hotel Union” (9), uma hospedaria que ardeu e mercado duas vezes por semana e que na altura, dizem, era superior ao de Anadia que cá se abastecia.

As águas adquiriram então grande projecção, graças também a vários impulsionadores, sendo um deles Adelino Alegre, sobrinho do deputado da 1ª república, Manuel António da Costa, natural de Ferreiros (Anadia).

Em 25 de Novembro de 1920 foi passado alvará (10) da nascente a Óscar Manuel Guedes Alvim, farmacêutico. A este se juntaram os médicos Dr. Simões, Dr. Fernando Costa e Almeida e o já citado comerciante Adelino Alegre que fazeram das Termas um lugar conhecido e desejado por todos aqueles que de norte a sul do país procuram o repouso e a saúde do corpo e do espírito.

Foi erguido então o edifício das Termas, ajardinou-se e embelezou-se o local.

As análises laboratoriais feitas na época pelo professor Charles Lepierre consideraram a água

“francamente mineralizada, medicinal, hipossalina, ferruginosa e hipotermal, reconstituente nos estados de depressão nervosa, fadiga, anemia e clorose”.

Da estação de Mogofores vinham constantemente carruagens com as pessoas que procuravam as Termas das águas férreas. Lá estiveram em cura de repouso e veraneio políticos e pessoas de influência na época. Aliás, o poeta António Feliciano de Castilho e o seu irmão Augusto, pároco em Castanheira do Vouga, aqui estiveram (11) a conselho do seu médico, já antes, no tempo das lutas liberais e até foi precisamente em Vale da Mó que os adversários políticos — os miguelistas, os vieram procurar.

Hoje as águas são classificadas como “bicarbonatadas, ferruginosas e magnesianas”, (12) únicas no País com tais características, mas o seu caudal é muito modesto de 4 m<sup>3</sup>/24 horas, à temperatura de 15,3°C. Seria preciso um estudo hidrológico para aumento do seu caudal, de forma a permitir um melhor e mais completo aproveitamento. E ao estabelecimento hidroterápico de 1922, sem quaisquer instalações sanitárias, juntou-se-lhe apenas um consultório médico. As plantações de ligustrum e loendro desapareceram ou transformaram-se em árvores, as roseiras acabaram e apenas a beleza paisagística natural envolve a fonte férrea.

A povoação tem água canalizada (não as Termas), luz eléctrica e recolha de lixos domésticos. Há uma Escola Primária, serviço de correio com carteiro e telefone público, lavadouro, chafariz no largo, duas pensões, dois pequenos cafés e duas acanhadas mercearias.

Falta dizer que na aldeia de Vale da Mó há uma capela (13) do século XVIII revestida de grés vermelho e que é o que resta do antigo convento e que testemunha o lugar de penitência e oração (14) aqui existente em pleno bosque.

As freiras ursulinas receberam este convento das mãos do Marquês de Pombal, juntamente com outros bens de antigas Ordens Religiosas extintas.

No mesmo século XVIII, o pároco de Vale da Mó, padre Francisco, era um dos (15) que constava na lista de possuidores de fazendas no couro de Mogofores.

Havia na aldeia a festa do Sagrado Coração de Jesus, na terça-feira a seguir à Páscoa, com procissão e música e era costume as quatro famílias principais engordarem uma vaca que então matavam e dividiam por todos.

Actualmente há na capela apenas alguns ofícios religiosos.

Quanto ao povo, humilde, generoso, aberto e trabalhador, tem vida rude, subindo e descendo encostas e ladeiras, mas o seu organismo é

Sem velas, sem asas e sem tecto, destruído e abandonado, o velho moinho já não mói o grão... impotente e inerte vê avançar os eucaliptos.



vigoroso, desempoeirado, pois os ares são puros e saudáveis... Envolvem-nos becos e recantos de sonho num emaranhado multissecular de densos arvoredos que as copas vão remalhando até ao vale onde a nascente férrea sempre os espera cantarolando magias de namoricos esquecidos... Os mais novos esses vão fugindo... ou estudam, ou se empregam, ou casam fora ou emigram.

A economia continua quase apenas de subsistência, baseada nalgumas leiras de agricultura, matos, madeiras, lenhas, alguns tostões de pequenos arrendamentos na época balnear.

Ultimamente alguma emigração tem vindo também a rejuvenescer um pouco o pequeno povoado que continua sempre à espera de melhores dias.

Para terminar e numa singela homenagem ao saudoso Professor Bento Lopes, também ele enamorado destes sítios, recordemos as suas palavras "Por enquanto ali só fala a natureza que nos empolga, domina e convida a permanecer".

ROSINDA OLIVEIRA

#### NOTA:

· Pelas informações fornecidas, os nossos agradecimentos:

- aos membros da Câmara Municipal de Anadia, Dr. Luís M. D. Ventura,
- e Dr. António dos Santos Maria,
- ao Pároco da Moita, Sr. Padre Rei,
- ao Sr. Fernando Pereira, da Pensão Pereira, Vale da Mó,

— ao Dr. José Moreira, dos Serviços de Geologia e Minas.

#### BIBLIOGRAFIA

- (1) — Bento Lopes, *Monografia do Concelho de Anadia*, 1980, pp. 67
- (2) — *Anadia, Guia Municipal*, 1990, pp. 41
- (3) — Informação do Sr. Dr. José Moreira, dos Serviços de Geografia e Minas
- (4) — Alberto Souto, *A geologia do quaternário e o homem paleolítico do Vale do Cértima*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. V, pp. 57
- (5) — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 11<sup>º</sup> Vol., pp. 594
- (6) — Pedro Cunha Serra, *Topónimos do Distrito de Aveiro*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. XXXII, pp. 36
- (7) — Conforme informações recolhidas pela família de Fernando Pereira, descendente dos Alegres
- (8) — *Termas de Portugal*, Associação Nacional de Indústrias de Águas Minerero-Medicinais e de Mesa (A.N.I.A.M.M.)
- (9) — Américo Costa, *Dicionário Chorográfico de Portugal*, Vol. VIII, 1943, pp. 181
- (10) — *Guia de Portugal*, 3<sup>º</sup> Vol., 1944, pp. 464
- (11) — Ercília Pinto, *A Bairrada refúgio de poetas*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. XVI, pp. 152
- (12) — José Carlos Balacó Moreira, *Indústria extractiva do Distrito de Aveiro*, Separata do "Boletim Municipal de Aveiro", nº 5, Ano III, 1985, pp. 37
- (13) — A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro, Zona sul*, VI, Lisboa, 1959
- (14) — Bernardo da Fonseca Sylva, *Informações paroquiais, Moita, 1721*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. VI, pág. 213 e 214
- (15) — Stefan Widszczewsk, *Liste des locataires qui possèdent des parcelles au Couto de Mogofores...*, Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. VI, pp. 312 a 316.

# A Capela da Senhora das Febres

— do culto e da guerra entre aldeias vizinhas.

Foi muito forte o culto prestado, desde tempos imemoriais, à Senhora das Febres, junto à Pateira de Fermentelos. Pela sua importância, movimentou interesses das povoações vizinhas que lhe reclamavam direitos de posse, donde vieram lutas violentas. Com efeito, já em resposta a um inquérito, proveniente do bispado de Coimbra, que visava saber quantas capelas havia em cada freguesia e a propósito da ermida da Senhora das Febres escrevia, em Maio de 1726, o padre-cura de Oitã, (José Manso Preto), que era nomeado pelo vigário de Espinhel e tinha uma cóngrua de 200 reis:

*"Há outra, que está em um local, junto ao lugar do Rego do Espinheiro e que tem duas imagens de Nossa Senhora. É uma chamada dos Inventos e outra das Febres e estas imagens as festejam os seus devotos no dia da Natividade da Senhora, a oito de Setembro, onde vem bastante gente destas vizinhanças naquele dia e de todas as freguesias vizinhas e, pelo ano adiante, vêm alguns devotos oferecerem-se à Senhora".*

A capela da Senhora das Febres era assim muito concorrida pelo povo, vindo de várias partes mendigar graças e arrimo para os seus males, especialmente as febres palustres, uma vez que, em tempo de invernos a sério, as águas *"tudo inundavam e alagavam, transformando em pântanos e lodaçais as margens mais baixas dos ribeiros ou levadas que por aqui corriam e se espraiavam"*, ou agradecer os divinos favores concedidos.

Era um rodopio de devotos que ali acorriam, cumprindo promessas, fazendo novenas, pedindo graças e não havia terra à beira-Cértima que não soubesse onde ficava aquele pequeno

santuário, que dispunha de um pequeno alpendre, a anteceder o templo, onde havia no mínimo três imagens: Nossa Senhora das Febres e Nossa Senhora dos Inventos, que também é chamada, em alguns documentos compulsados, Senhora dos Emendos, e S. Roque. Aliás, o padre cura José Manso Preto diz que são duas e diferentes e, portanto, não é a Senhora dos Inventos que terá passado algum dia a chamar-se Nossa Senhora das Febres, como o fez erradamente o professor e pároco de Espinhel Padre Manuel Gomes de Andrade, em artigo publicado em 20 de Junho de 1922. Depois de afirmar que *"a evocação da Virgem, sob o título das Febres, filha-se, portanto, com certeza, nas condições sanitárias da região e que a imagem era uma escultura em pedra sem valor artístico"*, não deixa de adiantar que *"a imagem é muito antiga e intitulava-se a Senhora dos Inventos. Venerou-se, até 1846, numa ermida situada perto do lugar do Rego, à beira do pântano e, em tempos muito remotos, esteve na Gândara da Piedade, desta freguesia, junto a uma fonte de água puríssima, ainda hoje conhecida pelo nome de Fonte da Senhora das Febres"*.

Padre Manuel Gomes de Andrade tinha razão em afirmar que a invocação de Nossa Senhora das Febres estava intimamente relacionada com a existência do paludismo nas margens da Pateira, bastante endémico, ocasionando em várias épocas autênticas hecatombes, como a que ocorrera em Ois da Ribeira, cerca do ano de 1872, mas já não a tinha em relação à troca do nome. A Senhora das Febres não tinha nada a ver com a invocação da Senhora dos Inventos ou Invendos, como menciona o pároco de Espinhel ou dos Emendos, como referem certos documentos por nós compulsados no Arquivo

da Universidade de Coimbra.

Mas se a Senhora das Febres tem uma odisseia porque, se acima a localizamos junto do Rego do Espinho, exactamente do lado de Fermentelos, e hoje é venerada no lugar de Perrães, desde o ano de 1846, segundo o padre Manuel Gomes de Andrade, que ouvira ainda um dos únicos sobreviventes intervenientes no rapto da imagem, (ou melhor, das imagens) ou 1843, segundo António Joaquim Dias — também a Senhora dos Eventos teve a sua odisseia de carácter lendário.

Em resumo, a lenda é esta: a imagem apareceu na margem esquerda do paul, no meio de uma floresta de carvalhas, segundo uma tradição antiquíssima a que se refere Frei Agostinho de Santa Maria no seu *Santuário Mariano*, publicado em 1721. Depois, o pároco de Espinhal levou-a para a sua igreja, de onde a imagem acabou por fugir para o mesmo local da floresta de carvalhas, onde entretanto em seu louvor, lhe foi erguida uma ermida. Mas o caso não ficava por aqui, porque as gentes, entendendo que o local era impróprio, *"a quise-ram transportar para a Gândara da Piedade, na margem direita do paul, mas na mudança, de barco, este se afundava com a imagem, sinos e tudo. Espantoso para o povo é que a imagem viera à superfície mas os sinos não desapareceram na profundidade da vaza"*. Segundo a mesma lenda, durante muitos anos, e precisamente no Dia de S. João, os sinos bimbalhavam e se ouviam.

O padre Manuel Gomes de Andrade, considera como inverdade a passagem da imagem pela igreja de Espinhal *"porquanto se tal existiu, dela não resta vestígio algum"*, mas para ele é seguro que ela esteve na Gândara da Piedade, já sob a invocação de Senhora das Febres para o que invoca como provas o onomástico local, a tradição e ainda algumas ruínas visíveis em 1920. Em data que não se sabe, mas que foi muitíssimo antes de 1726, a imagem foi passada para capela nova que foi construída em território de Requeixo, junto do lugar do Rego. Possivelmente, quando se verificou a formação da lagoa e, depois, consequentemente uma certa pantanização.

Diz o pároco de Espinhal:

*"Os aluviões do Águeda e do Cértoma, amontoando-se na sua confluência, represaram a*

*corrente deste último, começando-se a formar uma lagoa, como não podia deixar de ser, na próxima curva do rio, perto da igreja de Requeixo, a poente da Mata Real. Como desde Paradela até ali, numa extensão de 5 quilómetros, muito aproximadamente, o declive é quase imperceptível, a represa veio recuando e alastrando, cobrindo matagais e arvoredos (ainda hoje se chama a Mata e a Queimada — mata-queimada por certo a uma larga superfície de terreno que emerge do fundo da lagoa nos três meses de Verão) e o que não cobriu, encharcou (séc. XV e XVI). Foi então, creio firmemente que as margens do rio Cértima se começaram a tornar miasmáticas e doentias. O paludismo atacou a população e, esta crente e aflita, ergueu os olhos para o monte, evocando a Senhora dos Inventos contra as febres que a minavam. Senhora das Febres deve ela, pois, ter começado a chamar-se nessa altura."*

Quanto a nós, o pároco de Oiã, que devia por seu ofício conhecer os santos, isto é, as imagens e as contos como duas e de invocações diferentes, estava correcto, quando deu a resposta ao Bispo de Coimbra em Maio de 1726. É natural que muito antes se começasse a chamar Nossa Senhora das Febres a outra Senhora, mas nunca à Senhora dos Inventos ou Inventos, que assim se chamou por muitos séculos e ainda hoje.

Confrontados os povos das ditas terras de Perrães e Fermentelos com uma situação desfavorável, o aparecimento do paludismo e o acesso cada vez mais difícil à ermida situada na Gândara da Piedade, o que os impossibilitava de cumprir as suas promessas ou ir pelo menos amiudadas vezes implorar os favores do céu para os males que os começavam a atormentar a sério, o pároco de Oiã, que era nomeado pelo de Espinhal (*"de combinação"*) com o último diz o padre Manuel Gomes de Andrade que assim foi) passou a imagem para capela nova situada em território então de Requeixo, mais tarde da Freguesia de Fermentelos, junto ao lugar do Rego. Todavia, a capela, embora em terreno fora do limite da paróquia de Oiã, ficou a pertencer à jurisdição do seu pároco que daí tirava bons proventos. Diz o padre Manuel Gomes Andrade:

*"a passagem do rio foi-se tornando cada vez*

*mais difícil, e os povos da margem esquerda, Fermentelos, Rego, Perrães, (...) — impossibilitados de cumprir os seus votos, em certas épocas do ano, trataram de passar a imagem para o seu lado, de combinação com o pároco de Espinhel, que, por intermédio do seu encomendado em Oiã, a esse tempo filial desta igreja, continuou a exercer a sua jurisdição na capela nova, situada, aliás, em território de Requeixo, como, de facto exercia em 1721 e muitos anos depois, sem contestação de ninguém."*

Efectivamente, eram as gentes de Perrães (incluindo Rego, Gesta e Silveiro) aquelas que mais sentiam necessidade de ter a Senhora perto, e o seu anseio era trazê-la para dentro de muros. Por outro lado, o pároco de Oiã desejava manter os proventos, enquanto o de Fermentelos ansiava ser ele o usufrutuário dos rendimentos da capela que na realidade era uma «*bom pé de altar*». Por exemplo, em 1775, segundo Padre Áureo de Figueiredo, o *pé de altar* de toda a freguesia de Fermentelos rendia o mesmo que as promessas à Senhora das Febres. Dai um mal-estar latente que levou à discórdia dos dois povos ribeirinhos, até que o desacato aconteceu com "o roubo" das imagens, que, de verdade, nunca o foi, como, por documento que nunca vimos citado, um pouco mais adiante, se provará.

O padre Luís Lopes Ferreira, de Fermentelos, em resposta a um inquérito diocesano, (constante do livro *A Diocese de Aveiro no Século XVIII* de autoria do mons. João Gaspar), refere em 30 de Setembro de 1775, dois factos importantes: a situação da capela nos limites de Fermentelos e a jurisdição que o pároco de Oiã tinha sobre os rendimentos da capela, que eram, francamente, aliciantes:

*"... Acresce mais a este propósito dizer que nos limites desta mesma freguesia de Fermentelos está sita uma capela, com a invocação de Senhora das Febres à qual ocorre um grande concurso de povo que de romaria vem à dita Senhora, cujas ofertas renderão uns anos pelos outros cinquenta mil reis, pouco mais ou menos, os quais percebe o revd<sup>a</sup> cura paroquial da igreja da freguesia de S. Simão de lugar de Oiã, porém, ignora o título por que o percebe, não estando a dita capela dentro dos limites da*

*sua freguesia..."*

Segundo o documento o cura de Fermentelos não entendia claramente por que «*percebia*» o seu colega de Oiã os cinquenta mil reis mas sabia-se porque isso vinha já do fundo dos tempos. O *Tombo de Perrães*, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, elaborado em 1730, tem exarado «*de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário*».

Que era também ermida de grandes rendimentos, não há dúvida. Afirma-o Frei Agostinho de Santa Maria, no seu "*Santuário Mariano*", tomo VII, publicado em 1721:

*"é esta casa muito frequentada de romagens e de todos aqueles devotos são muitos os romeiros que concorrem a visitar a Senhora, a qual, como misericordiosa mãe, que é dos pecadores, a todos acode e favorece em seu trabalhos e apertos (...) as muitas memórias e sinais das suas maravilhas estão apregoando o muito que ela pôde com o seu santíssimo filho, porque até se vêem quadros em que se referem notáveis e maravilhosos sucessos, cabeças de cera, braços, pernas, corações, mortalhas e muitas coisas deste género".*

Com esta pincelada minuciosa, se visualiza o interior da ermida que o cura de Oiã José Manso Preto, em inquérito datado de 1726, refere como uma das quatro capelas existentes em toda a freguesia.

O autor do *Santuário Mariano* vai mesmo ao pormenor, o que revela ser possuidor de segura informação, naturalmente prestada pelo padre D. Cristóvão de Santa Maria, religioso da congregação de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Padre Santo Agostinho, o qual testemunhou "*muitas vezes*" os vestígios e alicerces da ermida do Monte, junto à Quinta do Morangal, na Piedade.

Revela que não tinha a ermida do Rego do Espinheiro mais de um altar, estando a imagem colocada no meio do retábulo. A imagem não tinha mais do que dois palmos e meio e tinha em seus braços um menino Deus e ainda era apresentada aos devotos de roca e com vestidos. Porém, no retábulo estava outra imagem, a da Senhora dos Evendos. Da parte da epístola ficava outra, a de S. Roque. A Senhora das

Febres era festejada a oito de Setembro, tal como ainda hoje em Perrães, com missa cantada e sermão e, no decorrer do ano, aconteciam outras «festas notáveis» por iniciativa dos seus devotos que *"lhes mandam cantar missa numa acção de graças de favores recebidos e se lhes fazem muitas novenas"*, conforme Frei Agostinho de Santa Maria.

O reverendo padre dom Cristóvão de Santa Maria foi testemunha dos alicerces e vestígios da ermida do Monte, junto à Quinta do Morangal, informação esta que não será muito anterior a 1721; por sua vez, o *Tombo de Perrães*, feito em 1730, regista que os moradores do dito lugar *"governam e administram a ermida"*, *"de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário"*. Frei Agostinho de Santa Maria coloca a questão ainda mais distante no tempo, referindo que quando a Senhora apareceu no sítio do Rego do Espinheiro era aquele *"distrito um deserto e mato continuado"*. Terá sido, segundo ele, a ermida um polo de aglutinação de pessoas e interesses e assim é que, passado algum tempo, que não precisa, já havia no lugar do Espinheiro do Rego um aglomerado populacional de trinta casais ou vizinhos, o que faz remontar o caso a tempos imemoriais, já que, em 1600, o referido lugar era razoavelmente habitado. No ano de 1606, a ermida é referenciada no Livro nº 130 dos Rendimentos e Despesas da Santa Casa da Misericórdia, a propósito da entrega de 80 reis pelo mamosteiro André Pires, importância nela recolhida. Em 1638 foi, morador do lugar de Fermentelos, termo da vila de Óis da Ribeira, ao qual se passou o seu privilégio e se obrigou a tirar as esmolas e a vir dar conta com o entojó na forma costumada", conforme relata o livro 353 da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, a 9 de Maio desse ano.

Mas a odisséia da Senhora das Febres não acabou ali. Ganhando autonomia, como freguesias civis, Fermentelos e Oiã nunca se entenderam muito bem naqueles tempos e, por isso, vários acidentes ocorreram por via da posse da capela. Se estava em território de Fermentelos, mister era que pertencesse à jurisdição do seu pároco. Mas o pároco de Oiã defendia a sua testada, para salvaguardar os direitos. Os de Fermentelos contestavam tal situação que achavam aberrante e anómala. Tão anómala que erçados de despeito e convenci-

dos que a razão lhes assistia, foram, em barulhento grupo, em 10 de Setembro de 1843, arrancar, à força, a chave da capela ao padre cura de Oiã conforme escreveu no seu diário, António Barbeiro, de seu nome correcto, António Joaquim Dias, publicado pelo prof. Artur Nunes Vidal em 1951, em *"Lembranças de Fermentelos"*, (pág. 8). O documento, além de situar o ano em que tal aconteceu, tem ainda a vantagem de confirmar também a existência simultânea de duas imagens: a de Nossa Senhora das Febres e a de Nossa Senhora dos Inventos (que é a da lenda).

O diário reza assim:

*"A 10 de Setembro de 1843, foram vistos vários sujeitos tirar à força a chave da capela da Senhora das Febres ao reitor de Oiã e ficaram os de Fermentelos de posse dela muito pouco tempo. Daí a pouco tempo vieram os de Perrães armados e arrombaram as portas da capela e levaram a Senhora, S. Roque e a Senhora dos Inventos e tudo o que puderam levar, logo depois deitaram fogo à mesma capela que ardeu tudo e a esbandalharam toda fazendo eles uma em Perrães. E para que conste aos vindouros, fiz, Dias."*

Porém, um tal Nunes, que escrevia de Fermentelos para a "Soberania", não é exactamente da mesma opinião do barbeiro, seu conterrâneo. Enquanto este último faz coincidir o atear do fogo à capela com o "roubo" das imagens, Nunes aponta o incêndio para o ano seguinte, ou seja 1844. Além disso, conta, com algum pormenor e graça, como surgiu o grito de guerra — *"Ela é nossa"*. Como tantas outras coisas, este acontecimento não desaparecia facilmente da memória colectiva, transmitia-se de geração em geração. Simplesmente também Nunes não sabendo das razões de jurisdição, não deixava de afirmar que a Senhora das Febres havia sido *"roubada"* de Fermentelos pelos de Perrães.

Este colaborador da "Soberania do Povo" desceu mais ao pormenor, ao contrário do autor do *Diário de um Barbeiro* que referencia a data de 10 de Setembro de 1843 para o roubo das chaves. Torna-se um pouco mais vago quanto aos posteriores acontecimentos que não situa, mas limita-se a afirmar que *"daí a pouco tempo vieram os de Perrães armados" (...)* *"logo depois deitaram fogo..."*.

Quem quer que fosse o colaborador Nunes, devia estar por dentro dos acontecimentos, dada a proximidade no tempo. Se não participava neles pelo menos ouviu a história de fonte directa. Vai mesmo ao ponto de afirmar que o incêndio não se verificou na noite do suposto roubo, mas no ano seguinte quando se avolumaram as razões para os de Perrães ficarem irritados com o procedimento dos vizinhos.

O que revela que estava mais bem informado do que António Joaquim Dias — é o modo como narra a procissão de revoltosos que foram tirar as chaves ao cura de Oiã, seguindo, foitos e alegres, um tocador. Nessa hora, nascia um grande slogan: *"Toca, Cardoso, que a Santa é Nossa"*. Cardoso era o tocador que os precedia.

As gentes de Perrães, Gesta, Silveiro e Rego agiram, assim, a coberto de uma certa legalidade, que vinha exarada em documento antigo. Não estava só em causa o rendimento da Senhora das Febres para os de Fermentelos, que não percebiam nada de jurisdição (julgando que a ermida se achava em seu território). Embora servindo-se de um *golpe-de-mão*, bem profano, não fizeram mais do que lhes competia, como cidadãos de corpo inteiro e ciosos dos seus direitos: aquele pedaço de terreno onde estava implantada a capela e seu pequeno largo, pertencia-lhes, ou melhor, pertencia à Ouvidoria de Perrães. A base legal é esta: exarado na contestação do procurador do duque de Aveiro numa demanda havida entre o Real Convento de Santa Maria de Lorvão, senhorio directo do Rego do Espinheiro e o *Sereníssimo Estado de Bragança*, que se apoderara indevidamente de algumas terras do dito lugar, aparece textualmente:

*"...No que toca ao lugar de Perrães, provará que tanto é verdade correr a demarcação pelas confrontações articuladas que até a Ermida de Nossa Senhora dos Emendos está dentro da jurisdição do Duque e os moradores do dito lugar de Perrães a fabricam, governam e administram em tudo o que é necessário, de tantos tempos a esta parte, que não há memória dos homens em contrário e isto aos olhos e à face da justiça do Sereníssimo Estado de Bragança e seus vassallos, sem contradizerem nem porem em dúvida ou embargo algum. Sempre correu esta verdade entre os moradores daquele con-*

*torno e os presentes o ouviram assim aos seus vassallos e todos têm por constante o que é suposto..."*

Aqui está: se os moradores de Perrães governavam e administravam a ermida em tudo o que era necessário *"de tantos tempos a esta parte que não há memória dos homens em contrário"*, isso vem provar, segundo a nossa óptica, baseada em documentação da época, que os de Perrães agiram absolutamente em defesa dos seus direitos, postos em causa pelos de Fermentelos, onde se vivia realmente um mal-estar latente por causa daquele *"enclave"* de bons e proveitosos rendimentos.

Sustenta ainda Nunes que o pároco de Oiã, de acordo com velhas usanças, costumava cobrar os rendimentos da Senhora das Febres, mas que *"nem sequer ali se rezava missa no respectivo dia"*. Era celebrada no primeiro domingo, depois da festa. Então era cantada missa na capela e o pároco de Oiã dava de jantar aos padres numa casa de Fermentelos *"e depois ia-se cantando com as chaves até Oiã"*. Até que, a 10 de Setembro de 1843, surgiu a revolta. Alguns indivíduos, armados de cacetes e seguindo um que tocava viola, o tal Cardoso, cercaram a casa onde se amesandavam o cura de Oiã e seus amigos. Encouraçados por aquele aparato belicoso, intimaram-no a que entregasse as chaves da capela, o que o bom do reitor de Oiã fez, *"em respeito à conservação das suas costelas"* — diz o cronista, jocosamente. Naquele momento, ficava tudo bem. Mas os de Perrães, Silveiro, Gesta e Rego, metidos em bríos, não se ficaram, antes, se ofenderam por sólidas e justas razões e procederam da forma como se sabe.

Em represália, os de Fermentelos adquiriram nova imagem da Senhora das Febres e, no ano seguinte, fizeram-lhe a festa, precisamente no dia habitual, 8 de Setembro, com grande exuberância e *"convidaram a Filarmónica de Aveiro para assistir"* e era a vez primeira que tal acontecia — a presença da música.

Nesse ano de 1844 (esta informação é importante), já o lugar de Perrães fazia a festa em honra de Nossa Senhora das Febres. Porém, outro contratempo surgiu. Os de Fermentelos não deixavam passar osromeiros que da ermida do Rego do Espinheiro queriam seguir para a festa de Perrães, que se realizava no

mesmo dia. Os habitantes desta última povoação não tiveram outra alternativa senão chamar militares de Aveiro que os acompanharam ao local da ermida do Rego do Espinheiro na intenção de romper as barreiras. Em vão. Os de Fermentelos não desarmaram, antes se armavam e, comandados pelo célebre João Tomás Dias Antão, antigo militar da causa liberal a favor de D. Pedro e capitão de milícias, emboscaram-se numas balsas, próximo da ermida.

Quando os outros estavam a entrar no que se diz, em linguagem militar zona de morte, levantaram-se os de Fermentelos, à voz de Tomás Dias Antão, que lhes bradou: "*Rapazes, coragem, aqueles militares não têm melhor dedo do que vós tendes para puxar o gatilho*". Era a retirada dos Perranenses, deixando-os com a sua festa. Todavia, ficaram a remoer, entre a pele e o brio, aquele susto, aquela cilada. O despeito foi crescendo de tal modo que, em 1844 foram de noite à capela e deitaram-lhe o fogo.

É a versão que se nos afigura mais lógica. Quando os de Perrães foram pela Senhora, não tinha cabimento o deitar o lume ao pequeno templo. Não iam desforrar-se, iam pregar uma boa partida, dentro da justiça que sabiam estar do seu lado. No ano seguinte, sim, já havia motivo que bastasse para espicaçar o seu brio: aquela cilada, aquela ameaça. Só então atearam o fogo.

Como é natural, a partir daí, instalou-se uma guerra surda entre as duas populações vizinhas, cujas sequelas eram bem patentes em 1900. Veja-se só esta passagem. No ano de 1901, e no mês de Agosto, alguém de Perrães, que Nunes não especifica, foi "*roubar*" moliço à lagoa de Fermentelos, mas alguns cidadãos dali lhes disseram: "*Os senhores vieram este ano roubar-nos o moliço, mas nós no dia 8 de Setembro, havemos de ir buscar a Senhora das Febres, porque ela é nossa*".

Tanto bastou para que, jogando pelo seguro, nesse ano, os de Perrães pusessem guardas à volta da capela. Por seu turno, os de Fermentelos passavam gracejando a propósito de como iam roubar a imagem e iam-se do aparato belicista. Nesse ano, deitaram mesmo foguetes e gritavam: "*Ela é nossa*". Mas por muitos outros haviam de continuar a vir de Aveiro piquetes militares. Ainda hoje o destino da imagem continua a ter um destino desconhecido e

sombrio, já que só em à luz do dia no dia da sua festividade, mesmo assim, vigiada de perto, embora os "*pimpões*" não arrufem tanto com o dito de "*Toca, Cardoso, que a Santa é nossa*". Depois a imagem, volta aos cofres ou a sítio onde só uma pessoa sabe... Tão pouco vêm à festa armados de carão e marmeleiro pelo menos desde o dia em que foram corridos de tal modo que se perderam uns dos outros com uma sarabanda de varapaus dos Perranenses. Talvez por pensar que seria inglório apanhar, no entusiasmo da refrega e da conversa áspera sem nenhuma devoção, antes, com azedume e despeito umas arruchadas, lombo abaixo ou pela cabeça. Afinal, os de Perrães não lhes usurparam nenhum direito, antes defenderam os seus. Era a eles que a ermida pertencia desde tempos imemoriais.

Será interessante saber que, em 15 de Abril de 1856, sendo vereador, Francisco Martins Ribeiro, do lugar de Águas Boas, foi apresentado na Câmara de Oliveira do Bairro um requerimento de vários moradores de Fermentelos e de Perrães, "*pedindo se lhes demarcasse o terreno pertencente ao adro da antiga capela da Senhora das Febres*".

Este documento reforça a prova de que a ermida de Nossa Senhora das Febres pertencia a Perrães ao concelho de Oliveira do Bairro.

Hoje, a Senhora das Febres (que não chega a ter "*dois palmos e meio*") conforme relata Frei Agostinho de Santa Maria) tem o Menino ao colo do lado esquerdo mas roca já não tem) e do pequeno e frágil pedestal sobressaem alguns anjos, como se fora Nossa Senhora da Assunção. Por sua vez, da imagem que imprópria-mente chamam de Senhora das Febres grande, em oposição à outra, mas também Senhora dos Envidos — é esta a correcta evocação, embora da mesma Senhora se trate...é bem maior. Diz o padre Áureo de Figueiredo que "*o povo que troca muita coisa, não muda assim os nomes da imagens. A Senhora dos Inventos continuou a ser a mesma, com a mesma imagem e na mesma capela (Rego do Espinheiro), ao lado ou juntamente com a imagem da Senhora das Febres*". A Senhora dos Evendos tem, do lado direito, o menino sobre o braço, enquanto na mão contrária, segura uma romã que, golpeada, deixa sorrir o vermelho carnudo do recheio.

# Uma página dos meados do Século XVII (1658) sobre a Mamarrosa

Ao realizarmos alguns trabalhos de pesquisa, passou-nos pelas mãos, ocasionalmente, um documento que nos interessou e, por isso, o estudámos e do qual fizemos a transcrição, podendo, a partir desta, fixar-se o texto.

Este documento, que diz respeito à fundação do Convento de S. João Evangelista das Carmelitas Descalças de Aveiro, foi muito conhecido e manipulado por Rangel de Quadros que dele nos dá não só ideias pormenorizadas mas também citações de várias passagens.

Ora as fundadoras, vindo do Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide e do Convento de Santo Arberto de Lisboa, partiram de lá a 6 de Julho de 1658 e chegaram a Aveiro a um Domingo, 14 do mesmo mês, demorando, portanto, 8 dias na viagem, que fizeram quase na totalidade a pé, ainda que pudessem ter utilizado outros meios de transporte em voga na época, como é o caso do uso da liteira, citada na última parte da jornada, e não só (de Olhalvo para Ameixoeira).

A peripécias da viagem foram escritas pelo Irmão Leigo Sebastião de Jesus, com o título abreviado *Memória da Jornada*, cujo texto oferece um delicioso sabor linguístico de tipo gongórico, para além de curiosíssimos esclarecimentos sobre o modo de viver dessa comunidade, no século XVII. O autor da *Memória*, todavia, fora escolhido "Para ir diante fazer as aposentadorias, por ser dotado de todas as qualidades necessárias para a empresa", como se diz na "Crónica da Ordem" (Liv. XIII, Cap. IX. p. 427), registando o nome de todas as povoações de apoio por onde passaram.

Só a partir da recepção e da aposentadoria em Coimbra, é que a nossa região começa a estar em causa.

Saindo desta cidade, informa o documento que as Madres vieram pousar a SIOGA (Larrobos, S. João do Campo), povoação que então

pertencia ao antigo concelho de Ançã.

De Sioga partiram para a MAMARROSA. Ainda que o texto não dê qualquer informação sobre esta viagem, é evidente que passaram pela região da Bairrada. Mas acerca da Mamarrosa, o documento é bastante esclarecedor; da sua leitura, podem tirar-se várias informações:

—Havia, na Mamarrosa, um homem rico e caritativo, senhor de uma grande casa com sete portas, pelas quais se processava todo o serviço.

—As Religiosas eram gente que não queria ver nem ser vista e, por isso, se instalaram na Igreja, recusando essa casa muito devassada.

—A Igreja era em hum campo muito fresco retirada do lugar; logo, o templo ficava afastado da povoação.

—As Religiosas tiveram permissão do Superior para saírem da Igreja e darem um passeio pelo adro, onde havia sepulturas.

—Foi com a chegada à Mamarrosa que algumas Religiosas se sentiram doentes, tendo havido ordem para comerem galinha.

—Pela 2ª vez, no texto, se fala em liteira, como meio de transporte, repetindo-se ainda a palavra na entrada das Religiosas em Aveiro.

Ora, na "Crónica da Ordem" (Liv. XIII, Cap. IX. p. 432), afirma-se sobre esta povoação: "Faltava-lhes chegar a huã terra distante de Aveiro duas legoas, a qual o nome Resa (sic), tinha realidade de Espinhos, pela falta que nella havia de tudo o necessário para huã sufficiente acomodação".

Mas, logo no início do Cap. X da "Crónica" (p. 432), sobre a chegada a Aveiro, há uma nova referência à povoação anterior, cujo nome é Rosa e não Resa: "As veneráveis Fundadoras de Aveiro, aquem a nossa penna, deixou no Lugar da Rosa convertida em Espinhos..."

O Irmão Sebastião de Jesus dá uma impressão e uma informação mais positivas do

lugar do que o cronista da Ordem.

O autor da *Memória da Jornada* também nada nos diz da viagem entre Mamarrosa e Aveiro; por isso, continua a pairar no nosso espírito uma interrogação: A partir daqui, qual o caminho percorrido para chegar a Aveiro ?

Da Mamarrosa a Aveiro são, hoje, 18 quilómetros, se seguirmos por Sobreiro de Bustos, Palhaça, Salgueiro, Aradas. Nessa altura, porém, não consta que estas povoações fossem muito conhecidas; por outro lado, a passagem entre Palhaça e Salgueiro seria, ao tempo pouco transitável e até propícia a assaltos de toda a espécie, na chamada Gândara do Fontão—factos que permanecem ainda na memória de alguns, antes da construção da actual estrada de paralelepípedos.

Parece-nos, pois, que outra via que ligava povoações mais conhecidas, porque mais antigas, tivesse sido procurada pelas Religiosas e seus acompanhantes, todos vindos de Lisboa, embora entre Bustos e Ouca o caminho também não fosse bom e o matagal fosse então bastante denso.

Assim, não é de excluir que o itinerário das fundadoras do Convento de S. João Evangelista das Carmelitas Descalças de Aveiro tivesse também, como pontos de passagem, os lugares de Ouca, Boco, a Vila de Soza, Ermida, Ilhavo, Vila de Milho—(Verdemilho) e, por último, Aveiro, aonde chegaram no mesmo dia, Domingo, pelas 7 horas da tarde, como está registado na *Memória da Jornada*.

Para já, não vemos o que se possa opor a esta opinião, visto que a Mamarrosa era, desde os primeiros reis, dentre os lugares pertencentes a Soza, um dos mais conhecidos, bem como Ouca, onde o Convento de Jesus de Aveiro mantinha instalações e celeiro...

É claro que a nossa intenção foi destacar e dar a conhecer o trecho em que se fala da Mamarrosa. Mas a totalidade do texto apresenta outros interesses e curiosidades que merecem a nossa atenção.

ANTÓNIO CAPÃO

## JHS

Partimos da Li p.ª amama Roza donde eu chegei (sic) apercurar Cazas pera nossas Releigiozas; Iñu homen Rico p̄ ali ha me dava hũa Com grande Vontade e dizendo eu q̄ ma mostraçe e Vi p̄ era hũa Caza grande Com Sete portas por onde Se Servia toda a de mais Caza eu então lhe disse m. to agradeço a Vm. o.ª a Caridade q̄ me fas mas não Serve p.ª Releiozas q̄ he gente que nem quer Ver nem Ser Vista ao p̄ elle me disse pois P. e da minha alma Leveas a Igreja q̄ não achará a qui Caza p̄ lhe Sirva e eu Sentirei m. to q̄ ellas estejam em outra e não na minha; e assim as Levei a Igreja adonde estiverão m. to a Sua Vontade, q̄eraem hum Ccanpo m. to fresco Retirado do Lugar a li estiverão nossas M. es na Capella mor e nos no Corpo da Igreja; o homen q̄ nos dava a Caza nos mandou ali de gentar Com m. ta Caridade e grandeza de pois mandou Nosso P. e por despedida de Última jornada que era a quella por q̄ na quelle mesmo dia aviamos de ir Aveiro, mandou q̄ todas nossas Releiozas Saissem fora da Igreja e dessem hum passo pello adro fizeramo ellas Com grandissima modestia e S. tas conçideraçõis Sobre as Sepulturas dos de funtos e de pois Se tornarão a Igreja aencomendar aquellas almas ao S. or e todos os bem feitores q̄ athe ali lhe tinham feito bem, de pois Se me terão nas Liteiras pasardo (sic) no Ssas Releiozas Sempre Com grande Amor e Vnião e Vitando Cada hũa Com grande cuidado a quilo em q̄ podia dar pena a Sua Irmã Sem nenhuma Se queichar inda q̄ bem Sentirão a jornada alguas e a Sim não podião Comer nada o q̄ Vendo as outras Com pena tambem fazião o mesmo, mas as doentes dizião as Sãs Comão Irmãs da minha alma e não tenham pena de nos Respondião as Sãs Como querem Irmãs q̄ Comamos Se as não Vemos Comer nada; Vendo isto a M. e Vig. ra lhe disse P. e Nosso as Irmãs na (sic) Comen hũas por q̄ pareçem q̄ Vem doentes outras Com pena de as Verem a Sim, mandou Logo Nosso P. e q̄ Comesem as Sãs o q̄ lhe dessem e as doentes que Se lhe mataçe hũa galinha; Comerão então no p. ro dia galinha e ao Seg. do lhe mandou nosso P. e matar outra, mas ellas instarão Com tantos Rogos q̄ lhe não dese galinha q̄ ja estavam boas e não tinham nesidade athe q̄ nosso P. e lhe disse La Se a Venhão Se a não querem Comer não na Comão; a Legião se ellas m. to com a licença e logo o Senhor permitto darlhe Saude, assim p.ª Consolação de Suas Irmãs como p.ª poderem Levár o Rigor do Caminho, da Li nos partimos p.ª Aveiro donde nossas M. es a Vião de ficar e chegamos na quelle mesmo dia q̄ era ao Domingo as Sete oras da tarde e eu cheguei (sic) diante hũa ora afazer a Saber a Nossos P. es q̄ Vinhão nossas Releiozas e rão tantas as pessoas a perguntar quando Virão q̄ lhe não

# Produtores de Espumantes na Bairrada existentes no Verão de 1990

Nome	Endereço		Telefone
1) Caves Aliança, SA	Sangalhos	3780 ANADIA	034-741160
2) Caves Altoviso-Vinicola do Passadouro, L <sup>a</sup>	Fogueira	idem	034-741238
3) Caves Barroção, L <sup>a</sup>	Fogueira	idem	034-741350
4) Caves Borlido, L <sup>a</sup>	Sangalhos	idem	034-741512
5) Caves Fundação, L <sup>a</sup>	Peneireiro-Curia	idem	031-52125
6) Caves Império, SA	Sangalhos	idem	034-741204
7) Caves Messias-Soc. Agr. Com. Vinhos Messias, SA		3050 MELHADA	031-22027
8) Caves da Montanha-A. Henriques, L <sup>a</sup>		3780 ANADIA	031-52260
9) Caves Monte Crasto-Vinhos Justino Sampaio Alegre, SA		idem	031-52006
10) Caves Castelar-Vinicola Castelar, L <sup>a</sup>	Avelãs de Caminho	idem	034-741461
11) Caves Primavera, L <sup>a</sup>	Aguada de Baixo	3750 ÁGUEDA	034-666101
12) Caves Solar S. Domingos, SA	Ferreiros	3780 ANADIA	031-52068
13) Caves S. João-Soc. Vinhos Irmãos Unidos, L <sup>a</sup>	S. João da Azenha	idem	034-741118
14) Caves Valdarcos, L <sup>a</sup>	Malaposta	idem	031-52331
15) Caves Vice-Rei - Soc. Vinhos Vice-Rei, SA	Arcos	idem	031-52175
16) Caves S. Silvestre, L <sup>a</sup>	Fogueira	idem	034-741484
17) Caves Real Cave do Cedro-Abel Aug. C. Aleixo	Poulena	idem	031-95257
18) Caves Neto Costa, SA	Arcos	idem	031-52013
19) Caves Mário Gala	Póvoa Carreiro	3770 OLIVEIRA DO BAIRRO	034-752386
20) Sogrape-Vinhos de Portugal, SA	Mogolores	3780 ANADIA	031-52063
21) Eng <sup>o</sup> Luis Alberto Pires Pato	Ois do Bairro	idem	031-58156
22) Henrique Figueiredo Oliveira	Ourentã	3060 CANTANHEDE	031-42469
23) João Pires Santos Pato	Ribeiro da Gândara	3780 ANADIA	031-96432
24) António Maia Ferreira Faria	Tamengos	3780 ANADIA	031-52221
25) Mário Sérgio Alves Nuno	Fogueira	idem	034-742102

**Outubro** — Aderav participou no Encontro de Juventude para a Defesa do Ambiente, em Troia, numa representação coordenada por Cardoso Ferreira;

— Publicação do boletim nº 17, com o qual se encerrou o 2º volume dos Boletins ADERAV. Ao mesmo tempo, a Direcção decidiu proceder a confecção de capas próprias para encadernar os dois volumes;

— Reunião com candidatos à autarquia aveirense (PSD e, depois PS), a solicitação destes, para expôr principais preocupações desta associação no âmbito do espaço concelhio;

— ADERAV lançou um apelo aos partidos concorrentes às eleições autárquicas, sobre a Fábrica Campos. Dizia o Comunicado distribuído à imprensa:

*Recentemente, a "Fábrica Campos" voltou, mais uma vez, às páginas dos jornais para se anunciar que o projecto de recuperação está praticamente concluído. ADERAV que há 10 anos sugeriu a sua recuperação por sólidas razões de arte e história (na altura, com as construções de apoio do refeitório e escritórios como obras de valia na arquitectura do barro vermelho), vem manifestar a sua preocupação pelo arrastar das soluções com 10 anos de promessas, sem nada se haver feito pela defesa das instalações abandonadas ao sabor do tempo e à maldade dos homens.*

*Decorrendo, a curto prazo, um novo processo eleitoral, ADERAV lança mais um apelo público aos autarcas e aos candidatos à autarquia Aveirense para que não façam deste tema objecto de retórica, mas antes se comprometam na efectiva recuperação, ainda que gradual, desta obra, pelo que ela representa na arquitectura da tardia revolução industrial e na cultura da região de Aveiro.*

*É tempo de, em vez de discursos e declarações para a imprensa, se passar aos actos dado o carácter urgente da recuperação, pelo valor da obra em causa.*

*É uma questão de sensibilidade, mas também o é de respeito pelos valores culturais, como os mais representativos de um povo ou de uma cidade.*

— Amaro Neves e Cardoso Ferreira, pela Direcção, reuniram com o Presidente da C. M. de Ílhavo, Eng.º Manuel Galante, expondo preocupações da ADERAV para o concelho — e, mais uma vez, pela deterioração do palacete do Alqueidão; — Amaro Neves e Énio Semedo deslocaram-se a Vagos, expondo ao presidente do Município, Dr. João Rocha, as preocupações da Associação no âmbito do espaço concelhio.

**Novembro** — A Direcção da ADERAV fez-se representar com 6 elementos no II Encontro Distrital de Associações de Defesa do Pat.º e de grupos do Ambiente na sede do GEDEPA, na Pampilhosa, o qual decorreu em 4 deste mês. Aqui foram definidas estratégias de unidade para a Defesa do Património/Ambiente no Distrito, discutiram-se Estatutos da Federação Distrital em marcha e foi marcado o III Encontro para Ílhavo, sob a responsabilidade do NEI (Núcleo Ecologista de Ílhavo), que decorrerá em Janeiro;

— Foram entregues na C. M. da Murtoza por M.º José Quellet, da Direcção da Associação, 175 volumes de obras publicadas pela ADERAV, para serem distribuídas a escolas e associações culturais;

— Foi solicitado à C. M. de Aveiro — via pelouro da Cultura — que informasse esta associação sobre o andamento em que se encontraria o "processo da estátua" a José Mendes Leite, defendido e apoiado em sessão pública em que este emérito aveirense foi homenageado;

**Dezembro** — Decorreu o acto eleitoral para o ano de 1990, tendo sido eleitos os corpos directivos:

Direcção: Maria Albertina Nunes; António Ferreira Oliveira; Artur Jorge Almeida; Carlos Semedo; M. José Quellet;

Manuel C. Ferreira e Ana M.ª Seiga.

Ass. Geral: Amaro Neves; Aida Génio; Paula Pedro.

Cons. Fiscal: Énio Semedo; Conceição Pinho; M. Teresa Ribeiro.

Transmissão de poderes, na rede da Associação.

**Janeiro 23** — A ADERAV participou no encontro de Associações de Estudo e Defesa do Património Cultural Natural e Ambiental de Aveiro que se realizou no Museu Marítimo de Ílhavo.

**Janeiro 23** — Os Presidente e Vice-Presidente da ADERAV estiveram presentes no Salão Cultural de C. M. A. a convite do vereador da Pelouro da Cultura para fazer a retrospectiva da actividade cultural da C. M. Aveiro no ano transacto.

**Fevereiro** — A Direcção tomou posição sobre Velha Capela no Concelho de Anadia. Dizia o texto, para a Câmara:

*Chegou ao nosso conhecimento que há vontade de, no lugar de S. João da Azenha, levantar uma nova capela para o culto católico, o que muito nos apraz registar.*

*A nossa preocupação fica, no entanto, em relação à capela antiga que não deverá ser afectada, mas antes deveria ser recuperada com a brevidade possível. Elementos desta Associação deslocaram-se ali recentemente e constataram o interesse da salvaguarda desta capela que, não obstante ser pobre, no exterior, tem no interior um retábulo de pedra de Ançã e algumas esculturas de razoável confecção, nomeadamente a de Nossa Senhora da Piedade. A capela está referenciada na História da região desde meados do século XV o que é significativo marco a testemunhar a evolução do lugar.*

*Levamos pois ao conhecimento de V. Exa. alguma preocupação. Esta Associação nada tem contra a nova capela. Deseja até que ela nasça. Faz, porém,*

questão de lembrar que a capela velha deverá ser melhorada e sempre mantida”.

**Abril 11** — A ADERAV tomou posição pública contra a ameaça do projecto hidro-eléctrico, no Vale do Paiva:

Como associação de defesa da natureza e da cultura da região de Aveiro, a “Aderav” tem vindo a tomar posições de força no capítulo de preservação de zonas culturais e do património construído.

E são algumas (valiosas) zonas onde se enquadram parques naturais que os responsáveis da ADERAV insistem afinadamente na tentativa de defender o ambiente e a riqueza patrimonial de regiões e das populações respectivas.

As posições tomadas visam preservar toda aquela riqueza. Nessa ordem de ideias, a associação tomou uma posição sobre os projectos previstos para o rio Paiva. A ADERAV, que diz apoiar todas as iniciativas que visem a preservação da natureza, “jamais poderá concordar ou ficar mesmo indiferente ao projecto para o aproveitamento hidro-eléctrico do Rio Paiva nos concelhos de Arouca e Castelo de Paiva”.

Está prevista a construção de cinco, no mínimo, mini-barragens, informa a ADERAV. O repúdio surge, aliás, na sequência daquele aproveitamento hidro-eléctrico implicar a inundação futura (e destruição) de várias áreas devido à construção de várias albufeiras.

Segundo os responsáveis da Associação de Defesa e Património da Região de Aveiro, desaparecerá, dessa forma, “um riquíssimo ecossistema que se encontra praticamente intacto”. Adianta a ADERAV que, para “além desse facto, só a barragem de Alvarenga irá submergir algumas povoações, designadamente, as de Barco e Paradinha”.

Perante os factos, a ADERAV propõe que o rio Paiva, um dos rios menos poluídos da Europa, juntamente com os rios vizinhos Paivó e Arda, sejam salvaguardados e preservados, formando conjuntamente com as suas áreas envolventes reservas naturais.

“Estes rios — afirmam os responsáveis — nascem e percorrem uma região que a nível natural, paisagístico, etnográfico e biológico merece ser preservada no seu todo, desde a raça bovina, “arouquesa” até às típicas aldeias de granito, xisto e lousa de Canelas, Cando, Drave, etc., passando pelos cumes agrestes das serras da Freita, Gralheira e Montemuro,

ou pelas abandonadas minas de rio de Frades, Regoufe, etc.

A culminar a posição da ADERAV, os responsáveis entendem ser necessário, num futuro próximo, que seja criado o Parque Natural da Serra da Freita e Gralheira.

(Texto extraído do C.P. de 11 de Abril)

**Abril 20** — A Associação, tal como estava previsto no seu programa, divulgou, aos órgãos de comunicação social, o regulamento da exposição de artes plásticas.

**Maió 16** — Integrada nas festas da cidade e com o apoio da C.M. Aveiro, a ADERAV organizou uma conferência sobre “O Liberalismo em Aveiro”, em que foi palestrante, o Dr. Amadeu Carvalho Homem, do Instituto da Teoria das Ideias da Fac. Letras da U. Coimbra. Esta conferência esteve ligada à comemoração do “16 de Maio” em Aveiro.

**Maió 13** — Foi organizada uma visita guiada à Igreja da Misericórdia, sala do Despacho e Igreja das Carmelitas, sob a orientação do Dr. Amaro Neves.

**Maió 21** — Fez-se nova visita guiada à Capela de Nossa Senhora da Alegria e da Nossa Senhora das Barrocas, orientada pelos Drs. Amaro Neves e Artur Jorge.

**Maió 26** — A ADERAV participou em visitas guiadas à Pateira, Igreja de S. Paio e Forno Cerâmico de Eixo em colaboração directa com a Câmara Municipal de Aveiro que organizou as visitas integradas no Autocarro Cultural.

**Maió 22** — A Associação participou na Feira do Livro, com Stand próprio, onde puderam ser presentes ao público todas as suas edições ainda não esgotadas bem como publicações de outras associações.

**Julho 5** — A ADERAV divulgou o seguinte comunicado.

Mais um grave atentado foi perpetrado contra o já tão maltratado património aveirense. Um grupo de energúmenos na calada da noite, mutilou gravemente o fontanário das “Cinco Bicas”.

A altaneira água ficou completamente desfeita e seria mais um crime sem se saber a quem cabia a responsabilidade, não fora um dos noctívagos delapidadores do património ter voado do alto do pedestal, a motivar tratamento hospitalar. A Aderav na sua indeclinável missão, exige que os responsáveis por tal acto, sejam obrigados de imediato à reposição de uma réplica da água agora destruída que

reponha a dignidade do monumento e espera que esta acção delituosa não seja para constar apenas nos arquivos das autoridades. A ADERAV não pode também, deixar de chamar a atenção para as entidades responsáveis, para a falta de policiamento que se verifica na cidade, particularmente em certas zonas, onde estabelecimentos de bebidas estão abertos até altas horas, sendo desejável que essa acção de policiamento seja dissuasora de acções deste tipo.

**Julho 10** — A ADERAV, depois de efectuar algumas visitas guiadas a diversos monumentos da cidade, decidiu, em reunião extraordinária tomar pública posição, considerando que nesta época a nossa cidade recebe inúmeros visitantes e parte significativa do nosso património está fechado, nomeadamente os monumentos nacionais. Assim, dizia o texto distribuído:

1 — Esconde-se do visitante a igreja das Carmelitas, onde a talha e a azulejaria riquíssimas permanecem votadas ao abandono e em adiantado estado de degradação. As telas continuam a restaurar há longos anos, sem regressar ao local de origem, e a sacristia está com o tecto a desmoronar-se.

2 — O conjunto Franciscano e, sobretudo a Igreja de S. Francisco e S.º António estão, infelizmente, numa situação idêntica fechadas e a necessitar duma recuperação urgente quer na talha quer na azulejaria. A própria sacristia da Igreja de S.º António, devido à forte humidade, está de tal modo degradada, que se apresenta quase irrecuperável.

3 — A Capela do Senhor das Barrocas sofre infiltração de águas, necessitando urgentemente da recuperação da talha e a Capela da Senhora da Alegria merece recuperação e enquadramento adequado por forma a valorizar esta preciosa jóia (com o seu cruzeiro) que remonta, na sua origem, à fundação de Portugal.

4 — A Fábrica Campos apresenta-se, hoje, no seu esqueleto externo, e as verdadeiras obras parecem tardar. A ADERAV alerta para o facto de poderem chegar chuvas de inverno sem a necessária segurança que garanta a sua manutenção. Enfim, Aveirenses, no nosso Património construído, o panorama continua triste e deplorável, face à insensibilidade de quem deveria responder nomeadamente pela sua recuperação e devida utilização. Ele é património de todos nós, de todos os aveirenses.

# Prof. Dr. Aristides Hall

— um defensor do Património Cultural e Natural

Aristides Hall nasceu em Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital e era casado com a Sra. Dr<sup>a</sup> Maria Ernestina Encarnação Hall.

Depois de intensa actividade nas Universidades de Coimbra e de Lourenço Marques, Aristides Hall regressou a Portugal em 1974, integrando-se na recentemente formada Universidade de Aveiro.

Como catedrático de Química participou em inúmeras conferências e encontros internacionais de ciências químicas, e publicou meia centena de estudos nesta área científica.

Entre eles, salientamos alguns relacionados com a região de Aveiro:

*Caracterização físico-química da água da Pateira de Fermentelos, Laboratório Químico da Universidade de Aveiro, DQUA (1977-78).*

*Preconcentração e análise de metais vestigiais em águas naturais doces, DQUA (1978-79).*

*Impacto do efluente da fábrica de pasta e papel de Cacia na cultura do arroz, DQUA. (1980)*

*Análise sequencial de Al e H em banhos de anodização, DQUA (1980).*

*Aplicabilidade do método do indofenol em águas estuárias de salinidade variável, no DQUA (1981-82).*

*Análise de ácidos resínicos em sedimentos estuários, no DQUA (1982-\*)*

*Dispersão de Hg na região de Aveiro, no DQUA (1984-\*)*

Como funções, além das que desempenhou na Universidade de Aveiro — pró-reitor, vice-reitor e reitor, interinamente, como decano do corpo docente — esteve ligado a outras instituições superiores, tendo colaborado ou presidido à instalação de diversos serviços. Entre esses:

**Departamento de Química da Universidade de Lourenço Marques.** Laboratório de Hidrobiologia da Estação Científica de Cabora Bassa. Planeou as instalações e definiu e especificou o equipamento, os serviços e os materiais necessários a esse laboratório.

**Departamento de Química da Universidade de Aveiro (1974).** Foi o único responsável, até 1976,

pela instalação deste Departamento tendo definido espaços, desenhado laboratórios e orientado as respectivas obras; programado as actividades e proposto as linhas mestras da orientação científica que o Departamento seguiu nos primeiros anos da sua existência.

**Instalação do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro (1979).** Foi membro do

grupo de trabalho incumbido da instalação desse Departamento.

**Instalação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Faro (IPF) — 1983.** Presidiu à Comissão Instaladora do IPF. Coube-lhe definir o conteúdo programático e a organização dos cursos, seleccionar e mandar preparar o pessoal docente, administrativo e técnico, acompanhar as obras e sugerir as alterações necessárias, seleccionar, adquirir e supervisionar a montagem do equipamento, planear a evolução da ESTG e do IPF a curto e médio prazo. O trabalho assim desempenhado mereceu-lhe o público louvor, Despacho 80/SEES/85, DR, II Série, 1985.09.07.

Mas Aristides Hall foi também um esclarecido associado da ADERAV e, nesta qualidade, não só desempenhou cargos directivos (Presidente da Direcção em 1982 e Presidente da Assembleia Geral em 1983), presidiu a encontros e debates, interveio em visitas de estudo, tomou posição sobre as grandes questões do património aveirense, inclusivamente confeccionando textos de intervenção, de forma especial em relação à qualidade de vida na cidade e na Região, defesa da Água, ordenamento do território.

A sua opinião era respeitada porque solidamente baseada em pesquisas permanentes e consequentes.

ADERAV, colhida pela notícia da sua morte (com 54 anos de idade) e com este boletim em fase última de impressão, não podia deixar de testemunhar o seu apreço pelo Homem que tão vasta obra produziu e pelo cidadão que tanto se preocupou com a defesa dos valores culturais e naturais do Universo, como da Região de Aveiro.

